

VOZES DO IMPÉRIO

ESTADOS UNIDOS E ARGENTINA
NO DEBATE POLÍTICO DA
IMPrensa BRASILEIRA (1875-1889)

PAULA DA SILVA RAMOS

VOZES DO IMPÉRIO

Conselho Editorial Acadêmico
Responsável pela publicação desta obra

Prof^a Dr^a Lúcia Helena Oliveira Silva (Coordenadora)
Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior (Vice-Coodenador)
Prof. Dr. José Luís Bendicho Beired
Prof. Dr. Milton Carlos Costa

PAULA DA SILVA RAMOS

VOZES DO IMPÉRIO
ESTADOS UNIDOS E
ARGENTINA NO DEBATE
POLÍTICO DA IMPRENSA
BRASILEIRA (1875-1889)

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

© 2013 Editora UNESP
Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R145v

Ramos, Paula da Silva

Vozes do Império [recurso eletrônico] : Estados Unidos e Argentina no debate político da imprensa brasileira (1875-1889) / Paula da Silva Ramos. – 1. ed. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2013.
recurso digital

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-439-4 (recurso eletrônico)

1. Jornalismo – Brasil – História. 2. Imprensa e política – Brasil – História. 3. Jornais brasileiros – História. 4. Brasil – História – Império, 1822-1889. 5. Livros eletrônicos. I. Título.

13-06425

CDD: 079.81

CDU: 070(81)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

SUMÁRIO

Introdução 7

1. Brasil: política e imprensa 15

2. Estados Unidos: admiração, interesse e repúdio 49

3. Argentina: convergências e rivalidades 95

Considerações finais 147

Referências bibliográficas 151

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar as interpretações construídas por parte da imprensa brasileira sobre os Estados Unidos e a Argentina nos últimos anos de vigência do regime monárquico. As relações do Brasil com a América Latina e/ou os Estados Unidos já foram debatidas por vários autores, tanto no âmbito da política exterior quanto das imagens produzidas por intelectuais e políticos brasileiros acerca dos países do continente.¹ De acordo com a historiografia, durante o Império, esse relacionamento foi marcado pelo distanciamento e por construções negativas utilizadas para legitimar o Estado nacional e seus interesses na região platina. Discursos políticos e a produção intelectual do período exaltavam a singularidade e a superioridade da monarquia brasileira, identificada com a “civilização” europeia, em contraposição às “anárquicas” repúblicas hispano-americanas. Segundo Maria Lígia Prado, “a repetição continuada dos mesmos argumentos contribuiu para a constituição de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva –

1. Entre eles podemos citar Maria Lígia Prado, Kátia Gerab Baggio, Luis Cláudio Villafañe Santos, Amado Luis Cervo, Clodoaldo Bueno, Luis Felipe de Seixas Corrêa, Francisca Nogueira Azevedo e Manoel Luiz Salgado Guimarães. A seleção desses autores justificou-se pelo fato de eles terem tocado – ao menos tangencialmente, como no caso de Baggio e Bueno – nas relações entre o Brasil e os demais países americanos durante o período imperial.

sobre a outra América, dissociando-a, separando-a do Brasil” (Prado, 2001, p.129).

A queda do regime monárquico e a instauração da república no território brasileiro acarretaram um breve deslocamento das atenções do país para o continente americano. Segundo Clodoaldo Bueno, em relação à política exterior, o governo viveu uma verdadeira “festa” republicana. No momento imediatamente após o advento do novo regime buscou-se desfazer o rótulo que o Brasil tinha de “diferente” na América, por ter mantido instituições monárquicas e mais ligadas ao concerto europeu do que com o continente em que se situava (Bueno, 1995, p.23). Naquela conjuntura, observou-se o alinhamento do país à política pan-americanista liderada pelos Estados Unidos e a tentativa de resolução das pendências lindeiras, que se arrastavam por várias décadas com a Argentina.² Todavia, passada a euforia republicana, o país voltou ao pragmatismo do período anterior, e dentre os países americanos, manteve laços mais estreitos apenas com os Estados Unidos, que se constituíam paulatinamente como o principal parceiro econômico do Brasil.

Quanto à produção intelectual, como bem mostraram Maria Lígia Prado e Kátia Gerab Baggio, mesmo com o advento do novo regime, as interpretações negativas prevaleceram nos escritos brasileiros sobre a América Hispânica. Baggio, em sua tese de doutorado, constatou que nas obras analisadas a ênfase foi dada às imagens de anarquia, caos social, desordem, instabilidade, caudilhismo e fragmentação (Baggio, 1999, p.207). Segundo Prado, a

2. O clima de cordialidade que se manifestou no momento imediatamente após a Proclamação da República, tanto no Brasil quanto na Argentina, levou à proposta de uma solução amigável sobre o território de Palmas, ou Missões, em litígio entre os dois países. O Tratado de Montevideú, celebrado em nome da “unidade institucional da América” e assinado em 25 de janeiro de 1890 por Quintino Bocaiuva e Estanislao Zeballos, dividiu o território em questão ao meio entre os pretendentes. No entanto, após sofrer grande pressão da opinião pública nacional, o próprio Bocaiuva desaconselhou o referendo do tratado, considerado o primeiro grande erro da República (Bueno, 2000, p.246).

república, devedora dos ideais positivistas, era entendida como uma etapa necessária ao progresso, mas isso não significava destruir o que a monarquia havia legado à nação, a começar pela “manutenção da unidade e grandeza do território”, o que remetia à comparação com a fragmentação e “desordem” das repúblicas hispano-americanas (Prado, 2001, p.139; 2010, p.31-40). A periodização proposta nesta pesquisa refere-se a momentos decisivos do regime monárquico brasileiro, afligido pela grave crise política, econômica e social que causou sua queda em 1889. Os resultados negativos da Guerra do Paraguai e o crescimento da campanha republicana ocasionavam, entre outros, questionamentos sobre a política brasileira destinada ao continente americano, notadamente à região platina. E o momento internacional levava à ampliação da rede de relações do país, abrindo caminho à aproximação com os Estados Unidos, destacando-se a viagem do imperador àquele país no ano de 1876, em comemoração ao centenário de sua independência, e a participação brasileira na I Conferência Pan-Americana, em 1889, também sob os auspícios norte-americanos.

Entre os anos de 1875 e 1889, uma elite política, econômica e cultural associada à campanha republicana, com o objetivo de impulsionar a adesão a essa forma de governo, divulgou suas propostas e ideias por meio da imprensa. Uma de nossas hipóteses consiste em que os interesses específicos desse grupo, representado pelo jornal republicano *A Província de São Paulo*, contribuíram para uma interpretação distinta daquela apresentada pelo discurso dominante em relação aos países do continente, tendendo a enfatizar os aspectos positivos encontrados naqueles países, teoricamente devedores do regime político que almejavam para o Brasil.

Com o objetivo de compreender em que medida as propostas do grupo paulista, e de outros republicanos que partilhavam de suas ideias, foram recebidas no país, optamos por estudar mais um órgão de imprensa, o *Jornal do Commercio*, periódico monárquico-conservador, situado na capital imperial e que contava com grande prestígio e circulação. Assim, poderemos analisar como grupos políticos distintos se posicionaram em relação aos Estados Unidos e à

Argentina, e quais foram as suas propostas quanto ao lugar ocupado pelo Brasil na América. A segunda hipótese deste trabalho é que as interpretações dos diários supracitados não permaneceram estanques, e que sua participação no debate político das últimas décadas do século XIX contribuiu para a formação de um espaço da opinião pública no Brasil³ no qual se destacaram as diferentes perspectivas a respeito da forma ideal de governo para o Brasil e a vinculação desse questionamento às experiências dos Estados Unidos e da Argentina.

A opção por pesquisar esses dois países foi motivada pelas próprias fontes, uma vez que, do conjunto de países americanos, esses se destacaram sobremaneira nos periódicos analisados. Os Estados Unidos se configuravam como um importante mercado consumidor para o principal produto brasileiro, o café, e o crescimento acelerado daquele país despertava a admiração de vários setores da sociedade brasileira; a Argentina, por sua vez, era acompanhada de perto devido à relevância dos seus acontecimentos para o governo e a economia brasileira, e pelas constantes tensões motivadas por questões fronteiriças pendentes entre os dois países; o crescimento econômico da república vizinha também foi enfatizado na imprensa no período.

O uso dos jornais como fonte histórica foi por muito tempo questionado por sua “falta de objetividade” – mas objetividade é um atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar – e pelo uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informação a serem selecionadas, extraídas e utilizadas a bel-prazer do pesquisador (Luca, 2005, p.126). O estatuto da imprensa sofreu um deslocamento fundamental em meados dos anos 1970, na medida em que o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. Do ponto de vista metodológico, as dissertações de Maria Helena Capelato e Maria

3. Entre outros elementos que compõem a história da opinião pública, Jean-Jacques Becker discute a realidade plural desse conceito, ao qual se integram “tendências da opinião pública” (Becker, 1996, p.189-91).

Lígia Prado, posteriormente fundidas no livro *O bravo matutino*, foram pioneiras. Ressaltando a novidade da abordagem escolhida, as autoras afirmaram que

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (Capelato & Prado, 1980, p.XIX)

Esta pesquisa se insere nessa perspectiva, pois utiliza os periódicos *A Província de São Paulo* e *Jornal do Commercio* como fontes e objetos de análise crítica. Por esse motivo, grande atenção foi conferida aos elementos que permearam os discursos dos referidos diários sobre o tema, tais como seus representantes, grupos de interesse, filiação ideológica e público-alvo, de modo a obter o maior número possível de referências que possibilitassem a compreensão das propostas expressas pelos jornais em relação aos Estados Unidos e à Argentina.

Essa proposta articula-se em torno do estudo da construção da identidade nacional, dos embates ideológicos e do processo político em curso no Brasil e na América no final do século XIX. Com base em tais aspectos, procuramos descrever os elementos identitários presentes no discurso da imprensa, acompanhar como cada periódico se posicionou diante dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais dos países enfocados, em que medida suas interpretações se relacionavam com os eventos nacionais e quais aspectos foram privilegiados por cada órgão de imprensa,

características que denotam suas inclinações políticas e interesses específicos.

Nosso propósito é, em suma, recuperar as imagens e representações dos países americanos construídas politicamente por parte da imprensa brasileira nos anos finais de vigência do regime monárquico. Para Pierre Rosanvallon (1991, p.16-7), o campo “do político”, mais amplo do que se convencionou chamar de campo “da política”, é o lugar em que “se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”. Assim, o autor propõe uma “história conceitual do político” cujo objetivo “é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, o sistema de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”. Rosanvallon parte da ideia de que essas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores, mas que elas resultam do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma. Pensar essas representações requer, portanto, localizar os lugares sociais em que elas foram formuladas e identificar os grupos que as criaram, a fim de melhor compreender tais construções.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, buscamos demonstrar a atuação dos periódicos como agentes de intervenção na vida social. Para tanto, descrevemos as circunstâncias de suas fundações, inclinações político-ideológicas de seus representantes e da própria publicação e seu público-alvo. Também os situamos no contexto da imprensa brasileira do período e do cenário político interno e externo do país, pois estes se entrelaçaram às considerações de cada órgão de imprensa sobre os Estados Unidos e a Argentina. Outro elemento importante desse capítulo é a análise da identidade nacional brasileira que, como demonstrou Prado (2001), marcou a história das relações entre o Brasil e os demais países americanos, incidindo sobre as instituições, a política e a população em geral.

Nos capítulos subsequentes analisamos o discurso de ambos os diários em relação aos Estados Unidos e à Argentina, e como essas ponderações implicavam um exame particular da situação política nacional. Optamos por dividir o segundo capítulo entre as considerações circunstanciais dos jornais sobre os acontecimentos políticos e econômicos da república norte-americana, compreendidos entre 1875 e 1889, e uma análise temática, tomando como referência os assuntos mais debatidos e opinados por parte dos órgãos de imprensa pesquisados. No tocante ao jornal paulista, esses temas constituíram-se nas comparações entre o Brasil e os Estados Unidos, o progresso econômico liberal e a defesa da livre iniciativa, a instrução pública, a afluência de imigrantes, o federalismo, a exaltação das “características biológicas” da população norte-americana e a relação dos Estados Unidos com os países ao sul do continente, na qual se inseriu a busca por mercados e a Conferência de Washington. *O Jornal do Commercio*, por sua vez, abrangeu concepções mais gerais a respeito da política, economia e sociedade norte-americana, com especial atenção para a iniciativa pan-americana, proposta na década de 1880.

No terceiro, o foco é a Argentina. Da mesma forma que no capítulo anterior, optamos por fazer uma abordagem temático-cronológica. Os assuntos mais discutidos pelo jornal *A Província de São Paulo* sobre esse país se assemelharam muito aos descritos em relação aos Estados Unidos, abrangendo comparações entre Brasil e Argentina, o liberalismo econômico da república, a imigração, o federalismo e a instrução pública, elementos que se prendiam ao projeto político almejado pelos dirigentes do periódico paulista para a nação. As constantes tensões envolvendo Brasil e Argentina também mereceram destaque. Nessas ocasiões podemos observar o embate entre as interpretações positivas – que o periódico buscava divulgar – e as imagens negativas enraizadas na “memória coletiva” (Prado, 2001, p.129) brasileira – apoiadas nas concepções de desordem, fragmentação, caudilhismo e barbárie que estariam presentes nas repúblicas hispano-americanas. No tocante ao *Jornal do Commercio*, ainda que as representações negativas sobre a república

vizinha se fizessem mais presentes, podemos notar uma polifonia não observada no periódico paulista, e a inflexão do discurso do jornal diante do acelerado crescimento econômico e da maior estabilidade política vivenciada pela Argentina na década de 1880.

1

BRASIL: POLÍTICA E IMPRENSA

Durante o século XIX, prosperou no Brasil a crença de um futuro grandioso reservado ao país no continente. A manutenção da unidade, a relativa estabilidade política e as instituições monárquicas eram exaltadas como símbolos da verdadeira civilização. Essa concepção, que se constituiu em um importante elemento identitário da nacionalidade brasileira durante o período imperial, influenciou a trajetória da política exterior do Brasil dirigida às nações do continente e as representações elaboradas no país sobre as repúblicas hispano-americanas.

Todavia, as décadas de 1870-1880 abriram espaço para as críticas em relação ao regime monárquico e ao papel desempenhado pelo Brasil na América, manifestadas tanto no campo político-partidário quanto na imprensa. Neste capítulo, analisamos como as mudanças políticas internas e externas incidiram sobre os periódicos *A Província de São Paulo* e *Jornal do Commercio*. Buscamos, fundamentalmente, discutir a participação desses órgãos no debate político brasileiro do final do século XIX, as posições político-ideológicas dos dirigentes e dos próprios diários, bem como as suas propostas para o país.

Formação e consolidação do Estado e da identidade nacional

Para a compreensão das relações do Brasil com os demais países americanos durante o século XIX, faz-se necessário marcar as diferenças entre os seus regimes políticos. Como bem apresentou Luis Cláudio Villafañe Santos (Santos, 2004, p.32ss.), a relativa irrelevância das diferenças entre os regimes puramente republicanos e monarquias parlamentares nos dias de hoje, não devem servir como parâmetro para aferir a importância dessa discussão no século XIX. A partir do iluminismo, foi contestada a ideia do poder dos soberanos em decorrência de um direito divino. Seu poder deveria emanar, a partir de então, da vontade coletiva de seus súditos. Com o surgimento dos nacionalismos, esse processo aprofundou-se, e o sentimento de lealdade à nação passou a substituir os laços de suserania típicos do Antigo Regime (idem, p.35). O ponto culminante desse processo se deu com a Revolução Francesa, quando foi definitivamente contestada a legitimidade dinástica. Os desdobramentos do processo revolucionário de 1789, juntamente com os ideais da Revolução Americana, ocorrida pouco antes, tiveram reflexos irrefutáveis no tocante à legitimação política, e foram sentidos nos processos de emancipação das colônias espanholas e portuguesa na América.

Nesse mesmo sentido, outro evento, também decorrente desse processo, se refletiu no Novo Mundo: a formação da Santa Aliança, que marcou uma onda de conservadorismo e desejo de restauração na Europa diante das ondas liberais e nacionalistas. A Santa Aliança, formada por grandes potências europeias, conferiu-se o direito de intervenção em territórios soberanos sempre que a ordem, entendida como ordem monárquica, fosse ameaçada por movimentos revolucionários. Embora os pressupostos da Santa Aliança nunca tenham sido postos em prática, seu estabelecimento teve implicações nos movimentos de independência latino-americanos, que passaram a temer uma intervenção europeia no continente, uma

vez que, com exceção do Brasil, os novos países construíram seus Estados, desde o início, por meio da ideia de nacionalidade e soberania popular. Os ecos desses eventos foram significativos para marcar a separação ideológica envolvida nos regimes republicanos e monárquicos no decorrer do século XIX.

O processo de emancipação brasileiro foi *sui generis*. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi, em parte, responsável por uma independência realizada sob os auspícios do príncipe português radicado na colônia, posteriormente convertida em império. Essa diferença, entre outros fatores, acabou por “dividir” o continente entre os descendentes da monarquia portuguesa, inscritos no contexto do processo de restauração em curso na Europa, e o restante dos países americanos, imbuídos de fervores republicanos e liberais que os inspiravam em direção oposta à do Brasil (Corrêa, 2000, p.37).

Durante o Império, a situação brasileira contrastava com as das ex-colônias hispânicas, que se fragmentaram após as lutas pela independência e foram perpassadas por fortes conflitos entre poderes locais e centralistas. Após o período das regências, iniciou-se no Brasil uma nova fase política, marcada pela centralização e pela aliança entre o governo, os grupos conservadores e os chamados “barões do café”, que forneceram as bases de sustentação do regime monárquico brasileiro e garantiram um período de estabilidade à nação. O processo de configuração das repúblicas hispano-americanas foi lento, complexo e pontuado por conflitos internos, e as elites brasileiras interpretaram essa dificuldade como expressão da anarquia, desordem, fragmentação e barbárie que supunham caracterizar o regime republicano, e proclamavam o império como expressão da ordem, da unidade, e como símbolo da civilização europeia na América. Em contrapartida, os vizinhos republicanos criticaram durante todo o século XIX o regime imperial e escravocrata, afirmando que as instituições brasileiras eram retrógradas e retratando o Brasil como representante do “Antigo Regime” e da contrarrevolução (Capelato, 2000, p.289).

Na busca pela legitimação e conseqüente consolidação do Estado nacional brasileiro, a afirmação da singularidade e “supremacia” da monarquia no continente foi adotada nos discursos de políticos, dos jornais e na produção intelectual empreendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, base de toda a escrita da história do Brasil no século XIX. Devemos atentar para o sentido político conferido à História naquela conjuntura, pois, conforme afirmou Manoel Luís Salgado Guimarães, o que estava em jogo, para além do passado, era a produção de um sentido para o futuro da comunidade nacional, que lesse no passado certo destino possível e garantisse a coesão social para o presente (Guimarães, 2002, p.7).

Fundado em 1838, o IHGB possuía uma preocupação própria da primeira metade do século XIX: articular cientificidade à questão nacional, com o objetivo de formular a gênese da nação (Guimarães, 1988, p.5-27). A formulação do Brasil enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo se constituiu por meio da definição do “outro”, tanto interna quanto externamente.¹ No plano externo, essa delimitação enfatizou a diferença entre a monarquia e as repúblicas da América do Sul, “onde campeavam a desordem, a desunião e a fragmentação, todas alimentadas pelas ideias republicanas” (Prado, 2001, p.132). Outro dado essencial para a compreensão da historiografia constituída no seio do IHGB foi a estreita vinculação do Instituto com a monarquia, explicitada na ajuda financeira – uma vez que as verbas do Estado Imperial perfaziam cerca de 75% do orçamento da instituição; no perfil de

1. O texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, do botânico e viajante alemão Francisco Philipp von Martius, vencedor do concurso realizado pelo IHGB em 1840 para a elaboração de um plano para a escrita da história do país, definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico brasileiro. Nele ressaltava-se a identidade nacional, baseada na mescla de raças – porém com o predomínio do elemento branco e português sobre o indígena e o negro –, e na defesa do Brasil unido, monárquico e cristão, em contraposição à agitação das repúblicas hispano-americanas.

seus membros,² e na presença assídua e participante do próprio monarca no Instituto.

A construção do Estado brasileiro sob o signo da monarquia e o desenrolar de seu processo de afirmação foram, em parte, responsáveis por um afastamento do Brasil em relação aos demais países americanos. Tal distanciamento foi enfatizado no âmbito do discurso político e, conseqüentemente, do imaginário nacional, com a formação de uma concepção que salientava a singularidade do país, em detrimento das “republicuetas” do continente.

A estabilidade desfrutada pelo Brasil durante o predomínio saquarema³ respaldou ainda mais o confronto negativo em relação às repúblicas da América hispânica. Contudo, é importante salientar os aspectos heterogêneos que compuseram o cenário político brasileiro durante todo o Império, a fim de desconstruir a impressão de uma unidade perfeita da elite brasileira, aspecto que não correspondia à realidade econômica e social do país.⁴ José Murilo de Carvalho destacou os conflitos regionais e de gerações que permearam o ambiente político nacional mesmo após o regresso conservador e a consolidação do sistema centralizado, sustentando a tese de que tais diferenças foram niveladas por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho de Estado. Tais condições, segundo Carvalho, tiveram fortes implicações na atuação parlamentar bra-

2. Em sua pesquisa sobre o IHGB, Guimarães assegura que parte significativa dos membros do Instituto pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à península Ibérica. Tal experiência marcaria a socialização dessa geração, criada nos princípios de recusa do ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à dinastia dos Bragança, perspectivas que influenciaram decisivamente a história brasileira encaminhada pelo IHGB (Guimarães, 1988, p.10).

3. Sobre a política saquarema, ver Mattos, 1994.

4. Vários autores apontaram para a multiplicidade de projetos, caminhos e possibilidades existentes para a construção da ordem política brasileira e criticaram a ênfase no viés riocentrista e na “tradição saquarema”. Ver Ferreira, 1999; Mello, 2004.

sileira e, conseqüentemente, evitaram que forças centrífugas levassem o país ao mesmo destino da América espanhola (Carvalho, 2010, p.133).

Questões pragmáticas também contribuíram para colocar o país “de costas para a América” (Prado, 2001, p.128), tais como as pendências lindeiras com os países vizinhos, discordâncias quanto à navegação de rios internacionais, a escravidão e o pequeno fluxo comercial do Brasil com os países hispano-americanos no período (Santos, 2004). O Império também não se via ameaçado pelas potências europeias, o que o afastava das iniciativas americanistas, fomentadas, até a década de 1880, basicamente no sentido da formação de uma unidade americana contra possíveis agressões estrangeiras.

Todavia, mudanças no cenário político interno e externo do Brasil, a partir da década de 1870, ocasionaram o questionamento por parte de alguns grupos políticos sobre esse distanciamento adotado pelo Brasil no continente americano.⁵

Política externa e processo político no Segundo Reinado

Para a compreensão das peculiaridades dos anos pós-1870, consideramos imprescindível a exposição dos elementos constitutivos do período anterior no tocante à política interna e externa do Brasil, dando ênfase às relações do país com a Argentina e os Estados Unidos.

Após 1844, o Brasil inaugurou uma nova fase de sua política externa. Os anos que se seguiram até 1876 foram marcados pelo

5. Desde o Manifesto Republicano de 1870 constatou-se a intenção, por parte dos adeptos da implantação do regime republicano no Brasil, de alterar a maneira pela qual vinham sendo conduzidos os negócios exteriores do país. Em relação aos países do continente americano, suas propostas se resumiram na célebre frase: “Somos da América e queremos ser americanos” (Bueno, 2000).

fim do sistema de tratados, adquiridos em meio à busca pelo reconhecimento da independência, e pelo robustecimento da vontade nacional, resultando, segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno,⁶ em uma política externa enérgica em seus meios, e independente em seus fins. Um dos principais elementos dessa fase centrava-se na questão de limites, e na convicção de que a manutenção da paz com os vizinhos passava por essa definição.

Naquela conjuntura, a política externa pautou-se pela preservação das fronteiras, na defesa intransigente do legado territorial e no *uti possidetis*. Para implementar tal posição, o Brasil optava pela negociação bilateral, recusando o arbitramento em nome da soberania nacional, política que se mostrou bem-sucedida na maioria dos casos. O mito da grandeza nacional ditou a política de limites brasileira, e norteou as relações do país com os vizinhos americanos, somando-se a isso a determinação de resistir a pressões externas no terreno econômico e político e a busca por hegemonia no rio da Prata. Nessa perspectiva, inserem-se, respectivamente, a firme defesa da Amazônia diante do expansionismo norte-americano na década de 1850 e a política intervencionista no sul do continente no mesmo período.

A política exterior brasileira durante o Império baseava-se, segundo Cervo, na concepção “fraco-forte”, corrente que reconhecia as desigualdades de condições que ditavam o meio e a ação internacional dos países. As negociações diplomáticas com potências econômicas eram encaminhadas com o objetivo de descartar o risco de uma guerra, mas, quanto à região do rio da Prata, a situação se inverteia, pois, naquela localidade, o Brasil se considerava uma potência superior, concepção que pesou no exame das relações com os vizinhos do sul (Cervo, 1981, p.15-6). O apelo ao sentimento na-

6. Sobre a política externa brasileira durante período monárquico, ver Cervo & Bueno, 2002; Cervo, 1981. É importante destacar que há poucas obras sobre o tema, dessa forma, as considerações apresentadas ao longo do capítulo sobre a política exterior do Império baseiam-se fundamentalmente nas obras supracitadas.

cional, exacerbado pelas humilhações impostas pelas grandes potências, tinha no Prata a sua válvula de escape, na medida em que se podia lavar ali a honra e a dignidade nacional. Portanto, a guerra somente estaria autorizada contra os “fracos”, estando vetada em relação a Inglaterra, França e Estados Unidos, mas permitida para com a Argentina, Paraguai e Uruguai (idem, p.16, 92).

Com base nessa concepção, compreendemos a intervenção nacional na região platina em meados do século XIX. Quanto à política intervencionista, duas correntes dividiram espaço no parlamento, ambas conectadas a uma “ideia-força” da política exterior brasileira para aquela região, a saber, o confronto entre civilização e barbárie, justificada pelas diferenças entre os regimes políticos e em consonância com a construção identitária do país. Tais correntes foram a doutrina de segurança, baseada no equilíbrio de poder e no temor em relação ao possível anexionismo argentino, e a do intervencionismo humanitário (Cervo, 1981, p.59-60).

A presença brasileira efetiva no rio da Prata entre os anos de 1844 e 1876, abrangendo a intervenção no Uruguai, a luta contra Juan Manuel de Rosas, na Argentina, e a Guerra do Paraguai, estabeleceram profundas mudanças no cenário interno e externo do país. No plano externo marcou a ascensão, apogeu e declínio de uma política brasileira de potência periférica regional, com um moderado caráter imperialista (Cervo & Bueno, 2002, p.132). Do ponto de vista econômico, os efeitos da presença brasileira no Prata foram muito negativos, por ter desviado para esse fim um enorme volume de capital, em detrimento da modernização interna do país, e elevou a dívida pública, devido ao não ressarcimento dos empréstimos e dívidas de guerra. No parlamento brasileiro, a política platina, principalmente durante a Guerra do Paraguai, foi objeto de controvérsias, o que contribuiu para o desgaste do sistema partidário, já em franco processo de reformulação.

Desde meados da década de 1850 praticou-se uma política de conciliação entre os partidos Liberal e Conservador no Brasil, pois, após longo período de supremacia saquarema, temia-se pela legi-

timidade do governo e, conseqüentemente, do próprio regime. Segundo Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, idealizador de tal política, o sistema imperial deveria se sustentar na alternância do poder entre setores hegemônicos, mas conflitantes da elite. A conciliação teve como consequência a composição de um ministério mais heterogêneo e a dissensão dos conservadores tradicionais, sustentáculos da política saquarema (Carvalho & Neves, 2009, p.21-2).

Em 1866, em meio a intensa instabilidade ministerial, ocasionada pelas divergências entre os setores políticos – aos quais se acrescentou, na década de 1860, a Liga Progressista, formada por liberais moderados e conservadores dissidentes –, Zacarias de Góes, na ocasião chefe da Liga, assumiu o gabinete do governo. As tensões ocasionadas pela Guerra do Paraguai marcaram todo o período correspondente ao Ministério Zacarias e precipitou sua queda. Pouco mais de um mês após a sua instalação, as tropas aliadas sofreram grande derrota. Para enfrentar a crise na frente de batalha, Zacarias foi forçado a aceitar a nomeação do general Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, para o comando das tropas brasileiras. A presença do general conservador ocasionou a saída do ministro da Guerra, Ângelo Ferraz, e uma forte oposição liberal. No desenrolar da crise, Zacarias pediu demissão do ministério em julho de 1868. O imperador decidiu manter Caxias no comando e chamou ao governo os correligionários do general, os velhos conservadores, comandados por Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, um dos pilares da Trindade Saquarema.

De acordo com a prática parlamentarista consolidada no país, a escolha do novo presidente do Conselho de Ministros deveria recair sobre um componente da maioria parlamentar, isto é, um progressista, uma vez que os conservadores não contavam, naquela ocasião, com mais de dez deputados. A nomeação de um dos seus líderes provocou enorme reação, acarretando a dissolução da Câmara. A partir de então, os descontentamentos políticos se intensificaram. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, naquela data

começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o império estava condenado. Em 1868 começa o seu declínio até chegar à queda em 1889. Ele já revelara seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase vegetativamente, pois eram sabidos seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruína. (Holanda, 2005, p.132)

A queda do gabinete Zacarias, a implantação de outro que não gozava da maioria da Câmara e, conseqüentemente, a dissolução desta, evidenciaram aos opositores do regime a contradição do “suposto” parlamentarismo brasileiro e recrudescceu a crítica ao poder pessoal do monarca, aumentando a insatisfação política no império. De fato, entre meados de 1868 a 1889, com exceção de uma, todas as legislaturas foram interrompidas por medidas extraordinárias (Holanda, 2005a, p.80, 82).

No mesmo ano da queda do gabinete Zacarias, fundou-se no Rio de Janeiro, e em outros pontos do país, o Clube Radical. Os radicais iniciaram intensa propaganda política por meio de conferências públicas e pela imprensa. O Clube Radical, no entanto, durou pouco mais de dois anos, pois, em dezembro de 1870, após um período de discussões, seus membros decidiram fundar o Clube Republicano do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, os clubes radicais de São Paulo e Minas Gerais, e posteriormente os de outros pontos do país, passaram a intitular-se republicanos, acompanhando de perto os acontecimentos da capital imperial.

A importância do movimento em São Paulo era explicável, em parte, pela ebulição antimonárquica suscitada entre estudantes da academia de Direito, que alcançou larga repercussão, sobretudo na imprensa. O exemplo provindo da corte, com célebres conferências radicais, frutificou também na província paulista, onde as palavras de Luís Gama, Quirino dos Santos, Freitas Coutinho, entre outros, foram ouvidas e aplaudidas por numerosa plateia, representada em grande parte por estudantes do curso jurídico. Em

1869, Antônio Francisco de Paula Sousa, filho e neto de estadistas do Império, e mais tarde colaborador do jornal *A Província de São Paulo*, publicou um folheto intitulado *A República Federativa do Brasil*, no qual se lia na epígrafe que a monarquia “é planta exótica na América”. Nesse escrito sustentava que as reformas pedidas pela opinião pública não seriam duradoras ou vantajosas se não trouxessem no bojo a extinção do regime. O Clube Radical Paulistano sustentava também que a república era consequência necessária para que as ideias liberais e radicais encontrassem sua expressão madura (Holanda, 2005a, p.306-7).

As tensões político-ministeriais, somadas às dificuldades econômicas derivadas do conflito platino e a imposição de reformas sociais, tiveram grande impacto no campo do debate político, caracterizando esse período, segundo Carvalho, como a fase mais rica do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem conservadores, reformistas ou radicais (Carvalho & Neves, 2009, p.31).

Manifestava-se entre os políticos brasileiros, seguindo a interpretação de Carvalho & Neves (2009, p.29-30), a descaracterização do sistema de treinamento da elite política, que passava a ser composta em grande medida por profissionais liberais e não mais por funcionários públicos, o que lhes possibilitava maior liberdade para criticar e exercer oposição ao Estado. Outro dado relevante, segundo o autor, seria a participação de personagens de diferentes gerações no jogo político; os mais novos, não tendo passado pelo drama da Regência, não entendiam a preocupação dos antigos com a unidade do país, o que contribuía para os desentendimentos.

Terminada a guerra, o Brasil voltou-se à solução dos problemas internos, tais como a crise política, as dificuldades financeiras, a propaganda republicana e a questão servil, que provocava intensos debates e minava as bases de sustentação do regime. A política externa, como não poderia deixar de ser, recebeu os influxos de tal conjuntura, uma vez que a política interna dos Estados deve ser entendida como uma das principais chaves de explicação do jogo internacional (Duroselle, 2000, p.56-7).

Do término da guerra até a queda da monarquia, em 1889, duas tendências, interagindo uma sobre a outra, caracterizaram a política externa brasileira: introspecção e dilatação (Cervo, 1981, p.116). A descompressão externa convinha diante da grave crise política, e como condição para conduzir as relações com a Argentina, com a qual o Brasil ainda possuía pendências lindeiras, sem o risco de uma nova guerra, que teria consequências ainda mais desastrosas para o país. Assim, ao final do Império delineou-se entre os estadistas brasileiros uma tendência no sentido de desradicalizar a política brasileira de limites, passando-se a aceitar até mesmo o arbitramento, tradicionalmente rejeitado em nome da soberania das decisões externas, e, principalmente, foram abandonados os métodos de intervenção no Prata.

As relações com a Argentina evoluíram em meio a pressões contraditórias. A situação econômica e a importância política da região eram responsáveis pela atuação dos estadistas dos dois lados da fronteira no sentido de conjurar os perigos de guerra. No entanto, as rivalidades tradicionais se traduziam em constantes tensões entre as duas nações. Os motivos para esse quadro relacionavam-se ao litígio fronteiriço, ao armamentismo dos dois países, à concorrência para receber imigrantes e às antigas concepções geopolíticas. Sobre este último ponto podemos destacar a avaliação do governo brasileiro sobre a possibilidade do restabelecimento das fronteiras do antigo Vice-Reinado do Prata, que constituiria um grande Estado rival; bem como os temores argentinos sobre a expansão territorial do Brasil (Cervo, 1981).

A segunda tendência da política externa brasileira no período caminhava em direção oposta, uma vez que o retraimento não era aconselhado no momento em que as relações internacionais se ampliavam, com o apogeu da expansão colonial europeia, com crescimento da concorrência internacional resultante de um novo estágio do desenvolvimento industrial e com novas potências, tais como Alemanha, Japão e Estados Unidos, encaminhando-se para desempenhar um papel mais ativo no cenário mundial. Tal conjuntura, segundo Cervo, demandava dos Estados decisões circunstanciais que viabilizariam as possibilidades de emancipação

ou de dominação. Nesse sentido, compreende-se a diplomacia de prestígio de d. Pedro II e a adesão do país ao pan-americanismo (idem, 1981).

D. Pedro II investiu em uma política de prestígio pessoal, com a finalidade de resguardar o interesse brasileiro no exterior. Essa iniciativa voltou-se tanto para a Europa, por meio do contato com membros das famílias reais europeias e com instituições científicas, quanto para a América, mais especificamente os Estados Unidos, com a viagem do imperador àquele país para participar da Exposição de Filadélfia, em comemoração ao centenário da independência norte-americana no ano de 1876, e mediante a participação do Brasil na Conferência de Washington em 1889.

As relações com os Estados Unidos foram administradas de forma cautelosa. Nas primeiras décadas do Império havia desconfianças mútuas entre os dois países, pois se acreditava no Brasil que os norte-americanos eram agentes do republicanismo e da revolução na América; estes, por sua vez, consideravam a instauração da monarquia no Brasil como uma ponte aos interesses europeus no continente. Apesar dessa divergência, vários pontos de interesse comum colaboraram no sentido de aproximar as duas nações americanas (Holanda, 1971, p.176). Desde 1840, o governo brasileiro considerava as boas relações com aquele país de grande utilidade, a fim de obter vantagens comerciais. Por esse motivo, alinhou as relações para um tipo especial de pragmática cordialidade que zelava pela dignidade e autonomia da diplomacia imperial, como demonstrado pelo repúdio às pretensões norte-americanas em relação à Amazônia na década de 1850, e pela recusa da proposta estadunidense da formação de um Zollverein em 1887.

A pujança da nação norte-americana, acentuada no último quarto do século XIX, e a sua reorientação política em relação ao continente, que passou a privilegiar questões de caráter comercial, tornaram a presença dos Estados Unidos mais constante no Brasil. Além do aumento progressivo das exportações nacionais dirigidas àquele país, o desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico estadunidense não podiam ser ignorados:

Havia brasileiros de destaque, influenciando nos destinos do país, informados do exemplo norte-americano, e, quando não fosse por simpatia ou identificação com a nação do Norte, pelo menos sabiam do que se passava por lá.

Basta correr os olhos nos debates registrados nos Anais do Parlamento brasileiro, para perceber-se que os homens que liam Dickens ou Tocqueville, poderiam criticar os Estados Unidos, mas não poderiam ignorá-lo.

Quando se cuidou de federalismo, de republicanismo, de imigração e colonização, de reformas do meio circulante e de problemas comerciais no Brasil, o exemplo norte-americano, quando não as próprias sugestões americanas, foram assuntos trazidos à baila senão para a imitação pelo menos para efeito de comparação. (Holanda, 1971, p.182)

A imprensa participou ativamente do debate político das últimas décadas do século XIX, constituindo-se, assim, em um importante meio para acompanharmos as propostas e representações das elites brasileiras sobre as mudanças em curso. A conjuntura de reordenação interna abriu espaço para questionamentos quanto ao papel desempenhado pelo Brasil no exterior, principalmente no tocante às relações interamericanas. De acordo com as proposições de Rosanvallon (1981), buscaremos analisar as representações que grupos políticos distintos, ligados aos periódicos *A Província de São Paulo* e *Jornal do Commercio*, realizaram sobre os Estados Unidos e a Argentina, bem como suas críticas e propostas quanto à inserção brasileira no continente americano nos últimos anos de vigência do regime monárquico.

Vozes do Império: a participação da imprensa no debate político

Durante o Segundo Reinado, podemos distinguir duas fases da imprensa brasileira. Segundo Nelson Werneck Sodré (Sodré, 1999), a primeira fase, compreendida entre 1841 e meados de 1860, foi

pautada pela predominância do discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes que marcaram o período da Regência. A segunda, de 1868 em diante, caracterizou-se pela polifonia e pelo “novo ímpeto combativo” (Bello, 1969, p.53) do qual se revestiu a imprensa.

Devemos matizar a abrangência da “conciliação” entre Estado e imprensa na primeira metade do reinado de d. Pedro II, proposta por Sodré, pois, ainda que a liberdade de expressão proporcionada pelo monarca e a prosperidade econômica do país, derivada da produção cafeeira, tenham se refletido positivamente nessa conciliação, jornais de confronto, frutos da imprensa político-partidária e panfletos ousados, que sob o anonimato denunciavam as mazelas do Império, nunca deixaram de existir, ilustrando assim “o latente vespeiro que subjazia no aparente ‘remanso do Império’” (Martins, 2007, p.49).

A crise político-ministerial de 1868, acompanhada dos agravos econômicos e sociais, foram o estopim para que os debates políticos se acirrassem, tanto no parlamento quanto na imprensa. As dissensões partidárias, na maioria das vezes, eram acompanhadas da fundação de novas publicações para a divulgação de suas ideias. No auge da mobilização dos liberais radicais, entre 1870 e 1872, surgiram dezenas de pequenos jornais. Formou-se também uma imprensa independente em relação aos partidos imperiais, tanto na corte quanto nos redutos contestadores, notadamente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Os paulistas criaram *A Província de São Paulo* e os gaúchos fundaram em Porto Alegre *A Federação*. Segundo Angela Alonso, embora provinciais, esses jornais ganharam expressão nacional e participaram decisivamente em eventos cruciais para a queda do regime.⁷

Essa ativa participação política por meio da imprensa se inseriu em um contexto mais amplo do movimento político-intelectual surgido no Brasil nos anos 1870. De acordo com Alonso, os

7. Alonso, 2002, p.278. A autora se apoia para fazer essas afirmações em Ferreira de Araújo, 1889.

membros dessa geração, marginalizados pelas principais instituições imperiais, como cátedras de faculdade, o parlamento e os partidos imperiais – embora os republicanos Prudente de Moraes e Campos Sales tivessem adentrado ao parlamento na condição de deputados –, buscaram formas alternativas, não institucionalizadas de associação política e de manifestações públicas, tais como passeatas, comícios, banquetes e associações. Expressaram-se também por meios de livros e artigos de jornal. Ainda que atuassem em um espaço público incipiente, por estarem circunscritos a uma diminuta população alfabetizada e restrita aos centros urbanos, os membros do movimento de 1870 fizeram da imprensa o seu palanque. O *Jornal do Commercio* era um dos poucos jornais não partidários existentes no Brasil; ele “era antes informativo que de opinião, mas tendia ao compromisso com as instituições, adotando um tom moderadamente conservador, em sintonia com o espírito do Império” (Alonso, 2002, p.211).

Ao mesmo tempo em que se elevava o tom político da imprensa, transformações técnicas e a capitalização das empresas jornalísticas mudaram a forma de se fazer notícia. São de grande valia as considerações de Maria Helena Capelato acerca de tais mudanças e de seu impacto na compreensão da função da imprensa (Capelato, 1986). Partindo da interpretação de Jürgen Habermas, a autora fez um exame original da história da imprensa no Brasil.

Segundo Habermas (1984), o periodismo europeu definiu sua segunda fase no século XVIII, ao tomar como característica a veiculação de ideias na luta contra o Antigo Regime. Essa fase se diferenciava da primeira, denominada por ele de informativa, na medida em que o interesse pela luta política passou a orientar a atuação dos donos de jornais para a esfera pública, em detrimento da circulação de notícias inscritas primordialmente na esfera privada. Assim, a imprensa política teve início quando certos escritores começaram a utilizar os jornais para tornar pública sua opinião. Nessa fase, os proprietários decidiam sobre o conteúdo, pagavam do próprio bolso os colaboradores e assumiam sozinhos os riscos econômicos. Como o lucro era relegado a segundo plano,

geralmente essas empresas eram deficitárias, pois os donos de jornais estavam interessados em discutir, argumentar e questionar o governo. De acordo com Capelato, a imprensa brasileira assumiu papel semelhante na primeira metade do século XIX, orientando sua atuação para a crítica política, a conquista da liberdade de opinião, defesa da publicidade e atribuindo um papel secundário ao lucro.

Na segunda metade do século XIX ocorreram modificações na imprensa brasileira. A principal delas foi o fato de os jornais se organizarem como empresas comerciais, visando ao lucro. O periodismo europeu havia passado por essa transformação no início do século XIX, momento que Habermas identificou como a terceira fase da imprensa europeia, denominada por ele de comercial. Com a consolidação das demandas da fase anterior, tais como o estabelecimento do Estado constitucional burguês e a legalização da esfera pública, o teor político e crítico da imprensa se esvaiu e, assim, foi possível ao setor jornalístico abrir-se às possibilidades do lucro como qualquer outra empresa.

Na interpretação de Habermas, ao se tornarem empresas, os jornais cederam o lugar da crítica política aos interesses comerciais, restringindo, a partir de então, a sua ação novamente à esfera privada. No entanto, Capelato sustenta que, apesar do caráter comercial – evidenciado desde a constituição da empresa em forma de comandita até a busca por aprimoramento técnico com objetivo de angariar maior número de leitores –, os periódicos mantiveram intensa atuação política desde a sua criação, destacando-se como agentes de intervenção na vida política nacional (Capelato, 1986).

Concordamos com Capelato quanto à compatibilidade entre o caráter comercial da imprensa e sua atuação política, pois, ainda que *A Província de São Paulo* e o *Jornal do Commercio* estivessem constituídos como empresas, esse aspecto não obstava sua participação ativa como agentes político-ideológicos no cenário político brasileiro dos anos finais do Império. Outro dado a ser observado é que, embora as grandes empresas jornalísticas, constituídas a partir das últimas décadas do século XIX, pretendessem a objetividade e a im-

parcialidade informativa em suas publicações, devemos considerar as notícias reproduzidas por esses órgãos como pertencentes a um contexto mais amplo. Tanto a seleção dos fatos a serem divulgados quanto os artigos de opinião denotavam as atitudes próprias de cada veículo de comunicação, e nesse sentido devem ser analisadas.

Segundo Pierre Albert (“Comment étudier un journal?” apud Zickman, 1981), no estudo da imprensa três aspectos devem ser levados em conta pelo pesquisador: “atrás”, “dentro” e “em frente” do jornal. O “atrás” do jornal é tudo aquilo que contribui à sua realização e intervém no seu controle – sociedade proprietária, empresa editora e corpo de redatores e jornalistas. Por “dentro” do jornal entendem-se as características formais da publicação, o estilo de apresentação dos artigos e notícias, o quadro redacional (distribuição dos artigos pelas várias colunas e seções do jornal), a publicidade, a parte redacional (colunas e seções mais importantes) e as principais tendências da publicação. Por fim, o “em frente” diz respeito à audiência da publicação, ou ainda seu leitor-alvo.

Cabe observar ainda o processo de obtenção das notícias internacionais, que, juntamente com os editoriais e cartas de correspondentes, constituíram nosso objeto de estudo mais específico. Na esteira das transformações do último quartel do século XIX, alguns elementos contribuíram para a maior dinamização em relação à obtenção e divulgação das notícias estrangeiras no país: o cabo submarino, a introdução do telégrafo e o aumento da malha ferroviária. O fim do século XIX acompanhou o “espetáculo da superação das distâncias”, o mundo tornou-se mais compactado, o que imprimiu um novo ritmo à sociedade. Antes disso, as notícias internacionais eram obtidas por meio de jornais, revistas e livros trazidos por navios; para o interior havia três possibilidades: portadores solitários, as tropas ou o correio, quando havia (Camargo, 2011).

No ano de 1874, o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, publicou os primeiros telegramas, distribuídos pela agência telegráfica francesa Havas no Brasil e, no ano de 1886, *A Província de São Paulo* também passou a utilizar o serviço. O telégrafo tornou as notícias parte do cotidiano, com relatos curtos que se construíam dia

após dia. Com esse serviço, a divulgação dos acontecimentos políticos e econômicos dos países analisados se tornou constante, porém, durante todo o período abrangido por esta pesquisa, as notas telegráficas dividiram espaço, nos jornais analisados, com as resenhas de notícias de folhas internacionais que eram trazidas por navios, e principalmente com as cartas dos correspondentes, ainda que com certa defasagem de tempo, mas preservando as minúcias dos acontecimentos filtrados pelo jornalista e carregadas de suas impressões políticas.

Com base em tais balizas teórico-metodológicas apresentaremos adiante as principais características dos diários estudados, buscando demonstrar os aspectos que contribuíram para as representações destes sobre os Estados Unidos e a Argentina e do próprio lugar do Brasil na América.

A Província de São Paulo

A fundação do periódico *A Província de São Paulo* esteve intimamente ligada às insatisfações de grupos políticos e econômicos paulistas que se organizaram politicamente em torno do Partido Republicano da província para se oporem ao Império.

A partir da segunda metade do século XIX, assistiu-se à ascensão do setor cafeeiro do Oeste paulista, que introduziu em suas fazendas métodos de produção mais modernos, substituiu gradativamente o trabalho escravo pelo livre e aumentou sua produtividade. Tais avanços contrastavam com as feições das zonas produtoras mais antigas, base do governo monárquico, que, atingidas pela decadência, apegavam-se a formas tradicionais de produção e ao trabalho escravo.

O grupo paulista vivia uma situação contraditória, pois a transferência do eixo econômico não implicou sua emergência política e no declínio do poder dos setores tradicionais, os antigos “barões do café”. Embora tivesse se convertido na área mais dinâmica do país, sua representação política era pequena. Outro dado que explicava o

descontentamento era o fato de a província receber apenas um oitavo da renda paga por ela em impostos ao Império, devido à centralização monárquica. O protesto contra o centralismo político e a reivindicação do gerenciamento de sua própria economia foram elementos de aglutinação deste grupo em torno do Partido Republicano Paulista (PRP) (Schwarcz, 1987, p.72-4).

Os republicanos de São Paulo possuíam preocupações distintas em relação aos do Rio de Janeiro. Enquanto os republicanos da província fluminense refletiam os anseios de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas representavam as aspirações do setor cafeeiro. A principal preocupação dos paulistas era com a autonomia da província, pois a centralização imperial drenava os seus recursos para a corte e para outras regiões (Carvalho, 2010, p.209). A primeira convenção do PRP foi realizada em Itu no ano de 1873, e desde então se manifestou a intenção de montar um órgão de imprensa constituído e financiado exclusivamente por republicanos.

O grupo tentou comprar o *Correio Paulistano*, mas, diante da recusa dos proprietários, partiu-se para criação de um órgão jornalístico próprio. Foi então que Américo Brasiliense de Almeida Campos e Manuel Ferraz de Campos Sales, ambos signatários do manifesto republicano paulista, reuniram um grande número de acionistas e fizeram tomar corpo a ideia de criação de um órgão de imprensa financiado pelos republicanos. A organização do jornal se fez nos moldes de uma empresa e contou também com a atuação destacada de ex-alunos da tradicional faculdade de Direito de São Paulo, entre eles, Francisco Rangel Pestana. Advogado e jornalista, Pestana participou intensamente dos debates políticos do período, ajudou a fundar o Clube Radical em 1868, participou da redação dos jornais radicais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*, foi um dos oradores das conferências radicais de 1869, aderiu ao Partido Republicano em 1870, e posteriormente ao PRP.

O grupo republicano paulista vinculado ao diário *A Província de São Paulo* era composto principalmente por proprietários rurais ligados à economia do café. Contudo, estes se distinguiam dos velhos saquaremas pela preocupação em utilizar as descobertas cien-

tíficas recentes como modo de auferir maior produtividade. As relações de parentesco estruturavam o grupo. Além dos laços de sangue, que uniam os irmãos Alberto Sales e Campos Sales, Jorge Miranda e Francisco Glicério, e pai e filho João e Jorge Tibiriçá, havia uma estratégia endogâmica de casamento entre paulistas – Rangel Pestana casou-se com a irmã de José Quirino dos Santos, por exemplo. Havia também as figuras destoantes de dois tipógrafos, José Maria Lisboa, português de origem, e Francisco Glicério, preceptor dos Sales. Ambos juntaram-se ao grupo por sua profissão, no momento de fundação do periódico. Outro colaborador destacado do jornal foi Argemiro Galvão, republicano gaúcho com ativa participação na direção e redação de jornais de contestação, entre eles, *A República*, juntamente com Alberto Sales; e *A Luta*, um dos mais longevos dentre os pequenos jornais (Alonso, 2002, p.147-51).

O primeiro número, publicado em 4 de janeiro de 1875, sob a direção de José Maria Lisboa e a redação coordenada por Rangel Pestana e pelo também republicano Américo de Campos, declarava o jornal independente, “não sendo órgão de nenhum partido nem estando em seus intuítos advogar os interesses de qualquer deles”. No entanto, a adesão do grupo dirigente aos ideais republicanos era determinante na seleção das notícias e temas abordados pelo periódico, que se tornou uma importante voz dos opositores ao regime dinástico brasileiro.⁸ Em 1880, o diário reafirmou que não se constituía em órgão oficial de nenhum partido, mas declarou que “em política *A Província de São Paulo* tem um pensamento bem definido: é republicana”.⁹

No ano de 1884, *A Província* tornou-se propriedade de Alberto Sales e, no ano seguinte passou às mãos de Rangel Pestana. Em

8. *A Província de São Paulo. A Província de São Paulo*, 4/1/1875. Para Juarez Bahia, essa aparente contradição pode ser vista como uma “estratégia para tornar mais eficiente a propaganda republicana, questionar a imparcialidade, observar a prudência e a moderação”. Ver Bahia, 1990, p.76.

9. *A Província de São Paulo. A Província de São Paulo*, 24/1/1880.

1885, Júlio de Mesquita assumiu a gerência da empresa, mas logo depois se fixou na redação. Por ocasião da retirada de Sales do empreendimento, Rangel Pestana comprovou a estreita vinculação do jornal com o PRP e a atuação do órgão como agente de intervenção política e ideológica na sociedade brasileira, ao declarar que sentia profundamente

a falta de sua valiosa cooperação, que, no tocante ao doutrinação do partido, é insuprimível. Assumo só a responsabilidade da direção do jornal e *faço mais em obediência aos grandes interesses do Partido Republicano que ao impulso da minha própria vontade. A Província de São Paulo não sofrerá com isso a menor alteração quanto a seu programa.*¹⁰

As principais propostas do jornal estavam em consonância com as do Partido Republicano: descentralização, ensino secular e obrigatório, fim da vitaliciedade do Senado, eleições diretas, liberdade de culto, instituição do casamento civil e a introdução do trabalho livre, que deveria ser realizada por cada província de acordo com seus interesses específicos e tendo por base a indenização (Schwarcz, 1987, p.78).

Além do republicanismo, outras questões referentes à filiação ideológica do diário são relevantes para o entendimento das suas formulações sobre os acontecimentos ocorridos no contexto americano. O modelo político defendido pelo periódico e considerado “ideal” para o país norteava-se pelos princípios liberais. Como os liberais clássicos, defendia o princípio dos direitos naturais do homem, acreditando, como os iluministas, que a lei da natureza, ou da razão, era capaz de indicar o caminho certo para a conduta humana, estabelecer os padrões sobre o que se podia realizar e os limites para a sua ação. De conformidade com esse princípio, o papel do Estado se resumia a promover a liberdade, a igualdade,

10. Pestana, Francisco Rangel. A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*, 12/12/1885, grifo nosso.

o gozo da propriedade e outros direitos individuais. Um bom governo, para os dirigentes do jornal, deveria objetivar a manutenção de uma sociedade em que a capacidade e a energia de cada indivíduo fossem a chave para sua riqueza. Assim, a defesa da livre iniciativa, um dos sustentáculos da doutrina liberal, configurou-se como um dos conceitos-chave d'*A Província*. A partir de tais pressupostos, é possível compreender, em parte, as representações do periódico em relação à Argentina e aos Estados Unidos, que foram utilizados como exemplos comprobatórios dos benefícios das teorias defendidas pelo grupo dirigente. Outro traço característico de suas formulações foi a luta contra o centralismo. Assim, o modelo federal, nos moldes da organização dos Estados Unidos, foi apresentado como solução para os males brasileiros.

Por meio do conceito de opinião pública, concebida como fundamento das instituições liberais, o periódico justificava as suas posições, e na qualidade de órgão de imprensa atribuiu-se a condição de intérprete dessa opinião, como podemos observar no fragmento a seguir:

Todas as vezes que emitimos opinião sobre qualquer fato de ordem social, procuramos dar corpo ao nosso pensamento com o direito de quem aceitou os ônus de cidadão brasileiro. Se lembramos alguma medida fazemo-los procurando concretizar aspirações mais gerais da sociedade.¹¹

Não é possível fazer aqui um balanço exato do alcance das formulações do periódico, porém, diante do crescimento ano a ano da publicação, podemos inferir que os ideais divulgados tiveram número crescente de adeptos, uma vez que, em 1880, *A Província* já se destacava como o jornal de maior tiragem de São Paulo. No ano de 1888, o diário produzia 4 mil exemplares, ao passo que o tradicional *Correio Paulistano*, em 1890, contava com apenas 1.800 exemplares diários (Love, 1982, p.130). Ainda que representassem uma redu-

11. A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*, 19/11/1879.

zida elite política, econômica e cultural, não se pode negar que esse grupo constituía uma tendência da opinião pública. De acordo com Jean-Jacques Becker, essas tendências possuem diferentes pesos, “um peso que se mede em ‘quantidade’ e em ‘qualidade’”, pois pouco importa politicamente que exista uma maioria hostil, “se essa hostilidade não chegar ao fanatismo. Inversamente, ‘minorias atuantes’ podem influir mais no acontecimento que maiorias silenciosas” (Becker, 1996, p.191).

Embora as concepções dos dirigentes do jornal se nortegassem basicamente pelos princípios da clássica teoria liberal do século XVIII, debates próprios do século XIX, tais como o evolucionismo de Spencer e o positivismo de Comte, também se fizeram presentes em seus posicionamentos e foram utilizados a fim de reforçar a adoção do regime republicano e incentivar a imigração europeia no Brasil. Segundo os dirigentes do periódico, a adoção da república seria um passo imprescindível à evolução da nacionalidade brasileira, voltada pela ordem natural das coisas a ser cada dia mais *americana e democrática*.¹² Devemos ressaltar a leitura própria que esse grupo fazia de tais teorias, utilizando-as na medida em que se adequavam a seus interesses. Era comum a publicação de repúdios feitos a artigos de outros periódicos, que por vezes baseavam-se nos mesmos teóricos, chegando, porém, a conclusões completamente díspares.

De acordo com Alonso, as teorias estrangeiras compuseram um repertório para a ação política dos membros da geração de 1870, no qual não importava a consistência teórica entre os elementos selecionados, pois seu arranjo era histórico e prático. Segundo a autora, esse repertório funcionou como uma “caixa de ferramentas” à qual os agentes recorriam seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. O repertório político-intelectual europeu auxiliou o movimento da geração de 1870 a exprimir de maneira sistemática e organizada suas críticas aos modos de pensar e agir da elite imperial (Alonso,

12. S. Paulo, 30 de março. *A Província de São Paulo*, 31/3/1881, grifo do jornal.

2002, p.39-40). Referindo-se ao jornal *A Luta*, a autora afirmou que esse diário adotou uma “linha científica de ataque ao Império e de defesa do republicanismo”, e seus artigos seguiam um padrão: apresentavam um assunto do debate político do dia, vasculhavam nas obras de Comte, Spencer, Renan, Darwin, Haeckel e Le Bon – para mencionar apenas alguns – os princípios científicos mais gerais aplicáveis ao problema, concluindo-os com uma solução “oportuna” (idem, p.147). Estratégia semelhante foi adotada pelo periódico *A Província de São Paulo*.

Os elementos descritos antes são importantes à compreensão das representações do periódico paulista sobre Estados Unidos e Argentina, bem como sobre o lugar ocupado pelo Brasil na América, o que demonstra que as formulações construídas em torno dos países analisados estavam inseridas em um quadro mais amplo, ou seja, estavam ligadas ao projeto político que os dirigentes do periódico formularam para o Brasil. Ressaltamos, assim, o papel da imprensa enquanto instrumento de intervenção na vida social e a recusa por entendê-la como mera reprodutora de informações.

Nossa análise não se restringiu a uma única seção do jornal, pois, ainda que as notícias estrangeiras se encontrassem basicamente na seção “Exterior”, composta por resenhas de matérias retiradas de diários brasileiros e internacionais, muitas impressões sobre a Argentina e os Estados Unidos foram encontradas em artigos referentes a temas nacionais com a finalidade de exemplificar a questão debatida. Assim, os editoriais, e seções como “Instrução Pública”, “Questões Sociais”, entre outras, também se constituíram em objeto de análise desta pesquisa.

Jornal do Commercio

A imprensa periódica surgiu tardiamente no Brasil em comparação à Europa ou mesmo às outras partes das Américas, iniciando-se sistematicamente somente a partir de 1808 com a chegada da corte portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia.

Nesse mesmo ano começaram a circular os pioneiros *Correio Brasileiro*, produzido em Londres por Hipólito da Costa, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, redigida inicialmente por frei Tibúrcio da Rocha e utilizando-se da recém-instalada Impressão Régia. Sob a vigilância e a censura prévia promovida pelas autoridades, várias publicações se desenvolveram na corte, em sua maioria de maneira efêmera.

Anos depois, em 1o de outubro de 1827, contrariando o caráter temporário da maioria dos diários do período, começou a circular o *Jornal do Commercio*, um dos mais antigos órgãos de imprensa da América Latina ainda em atividade. Fundado pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé, o jornal restringiu-se a princípio aos assuntos comerciais e econômicos e em seu primeiro número declarava ser exclusivamente dedicado aos “senhores negociantes”. No entanto, em 16 de julho de 1828, o título do jornal passou a refletir suas incursões pelo território do político, adotando por um curto período o nome *Jornal do Commercio, Folha Comercial e Política*. Ainda com predominância da parte econômica, Plancher envolveu o periódico nas questões políticas do fim do Primeiro Reinado, posicionando-se contra o imperador. Ao lado da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, participou ativamente do movimento que levaria Pedro I a abdicar (Leal & Sandroni, 2001).

No ano de 1832, Plancher decidiu voltar para a França, e por esse motivo vendeu a empresa a Junius Villeneuve – a qual permaneceria sob o controle da família Villeneuve até 1890. O novo proprietário promoveu grandes incrementos no periódico. Em 7 de maio de 1836, o jornal passou a ser impresso em um prelo mecânico importado da França, o primeiro instalado na América Latina. Se, até então, a impressão consumia dez horas de trabalho em dois prelos de ferro manuais, com o novo instrumento, levava apenas duas horas. O novo recurso tecnológico proporcionou um aumento significativo na sua circulação, de 400 exemplares quando fora criado em 1827, para mais de 4 mil em meados de 1840 (Borges, 2005, p.83).

Em 1844, Villeneuve retirou-se para a França, deixando o jornal aos cuidados de Francisco Antônio Picot, seu sócio desde 1837 e mais tarde seu genro. Sob a direção de Picot, o jornal adquiriu considerável influência sobre a opinião pública. O grupo proprietário continuou investindo no aprimoramento técnico da empresa por meio da aquisição de impressoras rotativas e posteriormente uma linotipo, instrumentos que fizeram sua tiragem atingir a cifra de 15 mil exemplares diários em 1871, número bastante expressivo para a época. Outra novidade foi a introdução das notas telegráficas distribuídas pela agência de notícias Havas, como já destacamos anteriormente.

Na esteira do prestígio alcançado pelo periódico, podemos citar a participação de ilustres colaboradores, tais como José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco, Joaquim Manuel de Macedo, José Joaquim Vieira Souto, Justiniano José da Rocha, Gonçalves Dias, Joaquim Nabuco, entre outros. As inovações técnicas, o alcance no número de leitores e a notoriedade de seus colaboradores fizeram do *Jornal do Commercio* um dos órgãos de imprensa mais importantes da corte imperial ao final do século XIX, com grande circulação e respeitabilidade.¹³ Quanto à sua inclinação política, o *Jornal do Commercio* se constituiu como órgão apartidário, porém, segundo Sodré, sua estreita ligação com o poder monárquico e o caráter conservador o aproximava do que poderia se chamar de jornalismo oficial (Sodré, 1999, p.189). Devemos matizar essa afirmação de Sodré, pois, ainda que possuísse clara tendência monarquista, o jornal não se furtou a criticar, ainda que em um tom moderado, alguns aspectos da política imperial, tais como a permanência da escravidão e a apatia do governo no tocante ao estímulo à imigração europeia. Por ocasião do aniversário de dez

13. Em 1889, o *Jornal do Commercio* era considerado pelo jornalista francês Max Leclerc, correspondente no Rio de Janeiro de um jornal parisiense, um dos dois grandes jornais da capital do país, sendo o outro *A Gazeta de Notícias* (Leal & Sandroni, 2001, p.2.877).

anos da Lei do Ventre Livre, o diário manifestou seu júbilo por essa ação que iniciou o fim da escravidão no Brasil, tido com um sistema incompatível com o desenvolvimento moral, econômico e da civilização no geral:

Completa hoje o seu primeiro decênio a lei que estancou a última fonte da escravidão no Brasil, iniciando a grande obra que, prudentemente, mas energicamente destinada, fará desaparecer, sem perturbação incompatível ao desenvolvimento da riqueza nacional, os vestígios de uma instituição bloqueada no seu derradeiro reduto pelas exigências da moral universal, pela nítida compreensão dos verdadeiros princípios econômicos, por todos os interesses, enfim, de um estado de civilização, digno de um povo a quem coube em partilha uma das mais extensas e opulentas regiões do mundo.¹⁴

Em outra passagem, o correspondente do *Jornal* em Nova York adotou um tom mais veemente. Após detalhar o estudo de um economista norte-americano acerca da diferença de produtividade entre o sistema de trabalho livre e o escravista, no qual o último foi apresentado como expressão da barbárie, o correspondente concluiu sua carta com uma crítica à atuação dos estadistas brasileiros:

O que ele diz acerca da diferença do trabalho livre e do trabalho escravo deveria ser bem pensado pelos estadistas do Brasil, se as questões meramente de “política” não os preocupassem tanto. Infelizmente, o governo quase nada tem feito para a promoção da emancipação e todos os amigos do Brasil devem folgar que o *Jornal do Commercio*, com tanta imparcialidade que é seu caráter distintivo, chamasse ultimamente a contas as autoridades do país pelo abuso do fundo de emancipação.¹⁵

14. *Jornal do Commercio*. 28 de setembro. *Jornal do Commercio*, 28/9/1881.

15. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 4/10/1880.

O diário dividia suas atenções entre os temas nacionais e internacionais. Sobre os assuntos internos, um elemento importante em sua composição era a prática de publicar, por vezes na íntegra, os atos do Executivo e os debates parlamentares por meios das seções: “Parte Oficial”, “Assembleia Geral”, “Câmara dos Senhores Deputados” e “Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro”. O teor opinativo do jornal era relativamente pequeno. As opiniões mais contundentes eram encontradas nos “Retrospectos Políticos”, publicados ao início de cada ano, e em editoriais de datas representativas para o Império, tais como o 7 de Setembro e o 25 de Março, “aniversário da lei fundamental da nossa organização política”,¹⁶ quando o jornal demonstrava claramente sua tendência monarquista.

Os embates entre a tradicional concepção do Estado nacional e as impreteríveis reformas sociais, políticas e econômicas foram a tônica dos anos finais da monarquia brasileira e, devido à empatia do *Jornal do Commercio* com o regime, este conflito se refletiu também em suas páginas. O diário teceu em diversos momentos elogios às instituições e manifestou o desejo de continuidade monárquica:

registremos um fato que encheu de júbilo a família imperial, e foi acolhido com a maior satisfação pelo país inteiro: o nascimento do príncipe do Grão-Pará [...] representante de um princípio, a garantia de conservação das sábias instituições a cuja sombra tem o Brasil realizado progressos, senão rápidos, ao menos constantes e estáveis.¹⁷

Contudo, tal como demonstrado em relação à escravidão, temas como a reforma eleitoral, a separação entre Estado e Igreja, os direitos civis, a instrução pública, a demasiada tutela estatal na

16. *Jornal do Commercio*. 25 de março. *Jornal do Commercio*, 25/3/1878.

17. Retrospecto do ano político de 1875 – Brasil. *Jornal do Commercio*, 11/1/1876.

economia e a onipotência do Executivo foram discutidos pelo periódico, com críticas, ainda que sutis, aos estadistas brasileiros:

Há de ser livre o Estado que cuidar em elevar o seu nível intelectual e moral, instruindo e educando os indivíduos e promovendo geral progresso. É impossível firmar-se a liberdade política entre um povo composto de ignorantes, desmoralizados, indigentes e inconscientes de seus direitos, será matéria predisposta para todos os despotismos. Temos já caminhado bastante, poderemos caminhar mais aceleradamente se os nossos estadistas cuidarem mais e eficazmente em promover o progresso real da nação, as questões sociais, econômicas e administrativas devem ser a arena dos espíritos criadores.¹⁸

Tais questionamentos culminaram na reflexão sobre a adequação do regime político brasileiro na imprensa nacional. Se, para os contestadores, o republicanismo seria a forma mais adequada de o país alcançar o progresso, o *Jornal do Commercio* afirmava que, em teoria de governo, o Brasil possuía o que havia de melhor. Todavia, em ambas as análises, as representações acerca das repúblicas do continente, notadamente Estados Unidos e Argentina, tiveram importância crucial, conforme veremos adiante.

Em relação às notícias internacionais, a quantidade de informação também era elevada, sobretudo pela frequência das notas telegráficas. Mesmo contando com esse serviço, as resenhas de jornais estrangeiros mereciam lugar de destaque, ocupando parte das seções “Jornal do Commercio” e “Gazetilha”, também com pouco teor opinativo por parte dos dirigentes do diário brasileiro. Esse lugar-comum era quebrado nos “Retrospectos Políticos” internacionais, e na seção “Exterior”, constituída pelas cartas de correspondentes particulares do jornal residentes nos países de interesse. A Europa contava com maior espaço na seção: Inglaterra, França, Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Áustria e Rússia eram alguns

18. *Jornal do Commercio*. 25 de março. *Jornal do Commercio*, 25/3/1878.

dos países apresentados regularmente aos leitores. Sobre tais países, o periódico publicava também, quinzenalmente, o “Suplemento de Notícias da Europa”.

No continente americano, apenas os Estados Unidos, a Argentina e o Uruguai contavam com o serviço dos correspondentes, o que demonstrava a relevância de tais países no conjunto das nações americanas para os dirigentes do diário fluminense. A aparente imparcialidade demonstrada nas demais seções, devido ao diminuto teor opinativo do periódico, desaparecia nos relatos desses correspondentes. Infelizmente não foi possível mapear quem eram esses funcionários residentes devido à inexistência de arquivos sobre eles, mas por meio da leitura atenta de suas cartas foi possível interpretar suas inclinações políticas e, de certa forma, a repercussão de suas opiniões na capital imperial. Por esse motivo, a seção “Exterior” se constituiu em um dos principais tópicos de análise desta pesquisa, sem, no entanto, excluirmos o teor das demais.

Notamos uma pluralidade nas opiniões manifestas na correspondência de Buenos Aires. No ano de 1876, a mudança ocorreu de forma explícita por meio da substituição do colaborador do jornal na Argentina. Em alguns períodos, observamos também o acúmulo de funções dos correspondentes no rio da Prata, na medida em que as notícias argentinas eram por vezes enviadas pelo colaborador em Montevideu, ocorrendo também o inverso. Outro dado importante foi a repercussão dessa seção do *Jornal do Commercio* na imprensa e no Senado¹⁹ do Brasil e na Argentina. A correspondência de Nova York esteve sob a responsabilidade de José Carlos Rodrigues durante toda a década de 1870. Posteriormente, em 1882, Rodrigues passou a correspondente em Londres.²⁰

19. Na correspondência do rio da Prata datada de 15 de agosto de 1875, o correspondente declarou que respeitava a opinião dos “senadores que se manifestaram em completo desacordo com as apreciações” que ele havia feito, demonstrando, assim, a circulação e importância dessa publicação no meio político brasileiro no último quartel do século XIX.

20. Não houve como no caso argentino o noticiamento da mudança de correspondentes em Nova York. Ressaltamos mais uma vez a inexistência de arquivos

A empresa jornalística se demonstrou um empreendimento lucrativo, porém, com a proclamação da República, Francisco Picot e Julio Constâncio Villeneuve – filho de Junius, que durante o Império seguiu carreira de diplomata e era monarquista, fiel ao imperador Pedro II – resolveram vender o *Jornal do Commercio* ao até então correspondente em Londres, José Carlos Rodrigues. Sob a direção de Rodrigues, o jornal inaugurou uma nova era de sua existência, passando até mesmo a apoiar a República.

Antes da análise das notícias referentes à Argentina e aos Estados Unidos, enfatizamos a circulação de ideias que se manifestava em território brasileiro no referido período, em grande parte devedora das novas tecnologias que encurtaram distâncias ao final do século XIX. As opiniões de ambos os jornais não permaneceram circunscritas às suas respectivas províncias, pois matérias publicadas em *A Província de São Paulo* foram rebatidas e/ou utilizadas como base de argumentação em textos do *Jornal do Commercio*, ocorrendo também o inverso. As apreciações do correspondente do *Jornal do Commercio* no rio da Prata também serviram de base a muitos artigos de opinião d'*A Província*, demonstrando assim a existência de um debate e até mesmo uma disputa por leitores e adeptos de cada uma das interpretações. Esse dado revela a atuação dos jornais como instrumentos de intervenção política visando à mobilização da opinião pública nacional, entendida como um “fervilhamento de opiniões particulares” (Jacques Ozouf apud Becker, 1996, p.190).

Com a liberdade que a imprensa desfrutou durante o Segundo Reinado, foi possível que vários elementos da opinião pública se refletissem nos jornais.²¹ Em conformidade com a análise de Bec-

sobre os colaboradores do *Jornal do Commercio* no período analisado. José Carlos Rodrigues foi o único mencionado nas obras de referência, devido a sua importância para a história do periódico a partir de 1890.

21. Em sua análise sobre a história da opinião pública, Becker dedicou especial atenção à imprensa, e afirmou que esta, desde que livre de qualquer censura, é um produtor considerável de informações diversas, que esclarecem os com-

ker, buscamos analisar como se configurou esse espaço de opinião no Brasil em relação às instituições políticas nacionais e aos países americanos, que englobou traços da identidade nacional, inseridos na longa duração, e as mudanças do cenário político interno e externo brasileiro das décadas de 1870-1880, em uma “complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto” (Becker, 1996, p.190).

portamentos e, conseqüentemente, contribuem para o estudo da opinião pública (Becker, 1996, p.195-7).

2

ESTADOS UNIDOS: ADMIRAÇÃO, INTERESSE E REPÚDIO

Poucos anos após o término da Guerra de Secessão, os Estados Unidos já se destacavam como uma das maiores potências industriais do mundo, suscitando admiração e desconfiança em todo o continente americano. A grande expansão econômica, as tentativas de ampliação de seus mercados consumidores, a intervenção nos territórios ao sul do rio Grande e a composição “racial” de sua população foram temas que ganharam cada vez mais espaço entre os intelectuais latino-americanos ao final do século XIX. No Brasil, agitado pela crise do regime monárquico e pela campanha republicana, posições distintas sobre aquele país foram divulgadas, ainda que apresentassem como aspecto comum o reconhecimento do seu “admirável progresso”.

Este capítulo tem por objetivo a análise das representações construídas pelos periódicos *A Província de São Paulo* e *Jornal do Commercio* sobre os Estados Unidos, destacando como estas representações se prendiam ao corpo de ideias que compunham o repertório político-ideológico desses órgãos. Nossa hipótese é que, ao noticiar os acontecimentos da república norte-americana, os diários buscaram selecionar fatos e elementos da história daquele país, em detrimento de outros, para a composição de exemplos e justificativas de seus posicionamentos em relação à política brasi-

leira. No tocante a *A Província*, ainda que motivado pelo pragmatismo, acreditamos que suas formulações colaboraram para a divulgação da vertente pan-americanista no país, em contraposição ao europeísmo monárquico. O *Jornal*, por sua vez, destacou, além do elevado crescimento econômico, as contradições existentes na república estadunidense, explicitando seu repúdio às instituições republicanas. Atenção especial foi dada também às iniciativas para a ampliação de mercados consumidores nos países latino-americanos.

Optamos por dividir este capítulo em duas partes. Na primeira, vamos nos ocupar dos acontecimentos norte-americanos balizados entre 1875 e 1889, a fim de apreciar quais foram os assuntos noticiados ou ignorados pelos jornais. Em seguida, analisaremos as questões mais debatidas pelos periódicos sobre os Estados Unidos e a relação destas questões com as propostas dos grupos dirigentes para os rumos da política nacional.

Seleção dos fatos e construção da imagem norte-americana

Durante o período abarcado por esta pesquisa, os Estados Unidos passavam por uma fase de reestruturação após a Guerra Civil e a consolidação interna do país sob a hegemonia do Norte capitalista. Politicamente, a guerra marcou o renascimento da União e o estabelecimento de um Estado mais centralizado no Executivo. Tal situação garantiu condições para que o país passasse a um novo estágio de desenvolvimento, constituindo-se, ao final do século XIX, em uma das maiores potências industriais do mundo.

A reconstrução pós-guerra não se deu facilmente. As disputas partidárias e o elevado índice de corrupção, principalmente na administração do republicano Ulysses S. Grant, entre os anos de 1869 e 1877, foram algumas das dificuldades enfrentadas. As eleições de 1876 ocorreram ainda sob fortes tensões quanto à reconciliação entre o Norte e o Sul do país. O processo eleitoral daquele ano foi

travado entre Rutherford B. Hayes, governador republicano de Ohio, e o democrata Samuel J. Tilden, governador de Nova York. Quando os resultados foram divulgados, Tilden havia ganhado no voto popular e parecia ter chances de obter uma vitória estreita no colégio eleitoral.

Em 22 de dezembro de 1876, *A Província de São Paulo* publicou fragmentos de um artigo argentino sobre a possível vitória do candidato democrata, após a administração envolta por escândalos de corrupção do republicano Grant. O artigo salientava a forma como a população norte-americana havia se manifestado nas urnas, mostrando por meio de um processo democrático a sua insatisfação com o governo anterior. Segundo *A Província*, esta era “antes de tudo, a afirmação da vitalidade e sensatez prática de um povo, que nos tempos modernos está patenteando ao mundo a pujança e energia de uma sociedade livre e democrática”.¹ O artigo continuou em tom elogioso para com a população estadunidense, em contraposição à atitude dos povos ao sul do continente, entre os quais incluiu o Brasil, que preferiam a revolta, por vezes armada, e a fraude para manifestar sua insatisfação.

O resultado foi contestado pelos republicanos e por esse motivo a definição do novo presidente ficou em suspenso por meses. O Congresso nomeou uma comissão eleitoral composta por 15 membros para determinar a quem seriam atribuídos os votos nos estados com contagem duvidosa. A comissão, dividida entre os partidos, deu parecer favorável a Hayes, com diferença de apenas um voto, mas essa decisão ainda deveria ser ratificada pelo Congresso e pela Câmara, na qual havia forte oposição democrata. A disputa chegou ao fim por meio de um acordo, o “Compromisso de 1877”, que assegurou a eleição de Hayes em troca da evacuação das últimas tropas federais do Sul.

As tensões entre o Norte e o Sul do país não mereceram destaque no periódico paulista. No ano de 1877, *A Província*, apenas

1. A vitória dos princípios. *A Província de São Paulo*, 22/12/1876.

informou a apuração dos votos da “Grande União Americana” e a retirada gradual das tropas federais dos estados do Sul do país, que, de acordo com o jornal, estariam inteiramente pacificados e reconciliados. Sem emitir opiniões contundentes sobre a forma como se deu a eleição, o diário ocupou-se em apresentar o novo chefe da nação norte-americana e seus ministros, e, ao longo de seu governo, emitiu pareceres favoráveis às suas ações e personalidade, declarando que “não é lícito duvidar da honestidade e patriotismo de suas intenções (do presidente Hayes) e do sisudo gabinete que o auxilia”.² O artigo publicado quando do anúncio da possível vitória de Tilden não pode ser interpretado como uma preferência partidária do jornal, pois evidenciou mais um caráter de comparação entre as atitudes das diferentes populações do continente americano do que uma tomada de posição diante do acontecimento político em si.

Os processos eleitorais norte-americanos se constituíram em um dos temas mais caros ao *Jornal do Commercio*, que realizou análises minuciosas do cenário político, da escolha dos candidatos e das inclinações políticas e pessoais dos mesmos, sem se abster de criticar ambos os partidos. De acordo com o diário, os Estados Unidos deviam muito ao Partido Republicano pela sua atuação na Guerra de Secessão e na abolição da escravidão, porém este havia se corrompido sobremaneira; o Partido Democrata, por sua vez, não possuía política fixa e ainda estava sob a sombra de suas confabulações com os rebeldes do Sul contra a existência da União. A “corruptíssima administração Grant” e as eleições de 1876 ecoaram negativamente no diário a cada nova sucessão presidencial, e foi caracterizada como um escândalo, uma fraude, uma vez que não havia dúvidas de que Tilden havia sido eleito.

Seguiram-se ao governo Hayes as administrações republicanas de James Garfield, de março a setembro de 1881, interrompida pelo assassinato do presidente; de Chester A. Arthur, de setembro

2. Exterior – O presidente Hayes. *A Província de São Paulo*, 1º/4/1879.

de 1881 a março de 1885; do democrata Grover Cleveland, de 1885 a 1889, e, por fim, novamente um republicano, Benjamin Harrison, de 1889 a 1893. Os processos eleitorais foram acompanhados com bastante atenção pelos periódicos analisados, desde as convenções partidárias até a apuração. Séries de matérias também foram publicadas com a finalidade de explicar o sistema eleitoral e descrever as personalidades que haviam ocupado o cargo de presidente da República. Particular interesse foi demonstrado pelo diário *A Província* durante as eleições legislativas no Brasil e a discussão sobre a reforma eleitoral no ano de 1881.

As apreciações do jornal paulista em relação aos políticos norte-americanos, independentemente de suas filiações partidárias, centravam-se na publicação de suas trajetórias, que, sem exceção, explicitavam o “caráter irrepreensível” dos mesmos. Até mesmo Grant, cuja administração foi marcada por escândalos administrativos, foi qualificado como o “homem a quem a nação americana deve seu restabelecimento”.³ *O Jornal do Commercio* mostrou-se mais crítico em relação às personalidades políticas norte-americanas. Entre outras considerações, o diário afirmou que Grant desconhecia as regras de cortesia e civilização política⁴ e que Hayes havia sido infeliz na execução de seu plano presidencial: “um grande homem poderia tê-lo feito, mas Hayes é apenas um bom homem, um excelente cristão de puros costumes, mas não tem força de vontade, carece daquele magnetismo que faria este povo esquecer os muitos erros do estólido Grant”.⁵

Os anos após a Guerra Civil foram de extraordinário crescimento econômico. Entre 1870 e 1900, a população dos Estados Unidos dobrou, passando de cerca de 35 milhões para mais de 70 milhões de habitantes, acompanhada de intensa urbanização. O

3. Exterior – Estados Unidos. *A Província de São Paulo*, 18/11/1879.

4. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 2/2/1877.

5. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 4/5/1878.

Produto Nacional Bruto (PNB) triplicou, surgiram as grandes empresas, iniciou-se a era da industrialização e das inovações tecnológicas. A mecanização da agricultura gerou aumentos exponenciais de produção e a expansão das áreas de cultivo. As três últimas décadas do século XIX assistiram também a uma verdadeira revolução nos transportes, de modo que a malha ferroviária norte-americana atingiu a cifra de 380 mil quilômetros, integrando todo o país (Schoultz, 2000, p.106).

A economia estadunidense foi, sem dúvida, o tema de maior destaque no periódico paulista, pois “nada podia demonstrar melhor a pasmosa prosperidade dos Estados Unidos que o resultado da tesouraria geral”.⁶ Cifras sobre a exportação, receitas, produção agrícola e investimentos nos mais diversos setores foram constantemente publicados pelo jornal, que se utilizava desses dados para criticar o governo brasileiro. Segundo *A Província*, o imobilismo monárquico seria o responsável pelo fato de o Brasil estar aquém de sua capacidade produtiva.

Embora ambos os jornais utilizados nesta pesquisa apresentassem como ponto comum o reconhecimento do “extraordinário progresso” econômico norte-americano, o *Jornal do Commercio*, diferentemente do periódico paulista, noticiou também as contradições daquele país. Ainda que o crescimento fosse bastante significativo, recessões e problemas sociais foram constantes nas últimas décadas do século XIX. Os anos de *boom* econômico pós-guerra foram pontuadas por recessões entre 1873 a 1878, 1882 a 1885 e 1893 a 1897 (Schoultz, 2000, p.107); por conflitos sociais decorrentes da abolição da escravidão nos Estados do Sul e pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos em todo o país.

A formação de verdadeiros impérios nas mãos de interesses privados, como a Standard Oil – organizada em 1870 por John Rockefeller e que veio a monopolizar a distribuição de petróleo nas

6. Revista estrangeira – Estados Unidos. *A Província de São Paulo*, 4/12/1881.

últimas décadas do século XIX –, não poderia deixar de afetar arrendatários e trabalhadores de usinas. Pesava sobre essa situação a adesão do governo norte-americano ao não intervencionismo, ao *laissez-faire*, e, segundo Claude Fohlen, ao darwinismo social, pelo qual se acreditava que “fora pela seleção natural que a espécie humana atingira seu presente estado de desenvolvimento, fazendo-se então necessário deixar agir os fatores naturais”, o que permitiria “aos mais fortes organizarem livremente sua dominação” (Fohlen, 1981, p.101).

Levantes de negros, piquetes operários, greves de funcionários e outros eventos decorrentes de problemas sociais não mereceram mais que notas curtas por parte d’*A Província*. As recessões econômicas não foram citadas e tampouco foram analisadas as condições de trabalho nos Estados Unidos. A livre iniciativa e a formação de impérios econômicos, sim, chamavam a atenção dos dirigentes do jornal, que destacavam os benefícios da economia liberal e o modo como esta permitia que certos homens adquirissem enorme fortuna.

Por sua vez, o *Jornal* deu grande atenção às “perturbações econômicas das relações entre o capital e o trabalho”,⁷ noticiando repetidamente as paralisações operárias ocorridas nos Estados Unidos e a formação de trustes:

Nem podia ter perfeita tranquilidade tendo havido como houve a famosa parede que esteve a ponto de degenerar em revolta. Por questão de salários começou e propagou-se a parede entre os empregados de estradas de ferro, que se negaram ao trabalho: esse exemplo penetrou em fábricas e até chegou no seio de minas.⁸

7. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 7/6/1886.

8. Retrospecto político do ano de 1877 – Estados Unidos Norte-Americanos. *Jornal do Commercio*, 2/1/1878.

As grandes corporações e os monopólios combinados estão a postos para tomar as avenidas do poder. Ninguém ignora que eles já governam os estados por meio de legisladores comprados e de tribunais corrompidos, que estão fortes no Congresso e que todos os meios lhes servem para vencer as prevenções e impor sua influência. Este estado de coisas é realmente assustador, porque, salvo uma mudança pronta e radical, as instituições livres estão condenadas a ser suplantadas por uma oligarquia fundada sobre o dinheiro e o privilégio.⁹

Com menor intensidade, o diário fluminense publicou também algumas notas sobre “perturbações da ordem” motivadas por conflitos de cunho racial, chamados de “levantes negros”. Acreditamos que esse tema tenha se situado em segundo plano no periódico dado seu posicionamento em relação à abolição, pois, apesar de desaprovar a via armada, o *Jornal* considerava que os benefícios da substituição do trabalho escravo pelo livre, observados no território norte-americano, deveriam servir de exemplo para o Brasil, conforme veremos adiante.

Apesar de alavancar vários setores produtivos norte-americanos, a população imigrante foi alvo de controvérsias. Sob a influência de teóricos europeus, como Gobineau e Chamberlain, e das ideias darwinistas, desenvolveu-se em vários países a concepção de grupos humanos desiguais. Tais distinções alcançaram, na segunda metade do século XIX, *status* científico e fizeram acreditar que as diferenças que dividiam os homens em grupos e as distinções em seus códigos morais eram intransponíveis (Fohlen, 1981, p.273). Assim, discussões foram levantadas nos Estados Unidos acerca da origem desses imigrantes e a pressão social contra os asiáticos ou europeus católicos resultou em medidas governamentais para conter a imigração de algumas nacionalidades ao final do século.

9. Retrospecto político do ano de 1881 – América – Estados Unidos. *Jornal do Commercio*, 24/1/1882.

No Brasil, questões desse tipo também foram levantadas. O programa de imigração chinesa, proposto pelo senador João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, visconde de Sinimbu, no final da década de 1870, foi rejeitado no parlamento, com o argumento de que os chineses corromperiam a formação racial da nação (Ventura, 1991, p.63). A proposta também foi refutada pelo jornal paulista, que afirmava que “a entrada daquela população no país ergueria uma verdadeira *muralla da China que nos segregaria da civilização*”.¹⁰ A favor de seu posicionamento, argumentava:

é quando o povo (norte-americano), que mais se tem distinguido por sua energia e pujança, clama contra os chins, que nós, cuja indolência vai se tornando proverbial, vamos chamá-los. Parece que não há exagerações em repetirmos, que é um crime contra os vindouros.¹¹

A afirmação anterior demonstrou dois elementos constitutivos do ideário político do diário *A Província de São Paulo*: a adesão às teorias raciais do século XIX e a utilização dos exemplos de outros países, entre os quais os Estados Unidos, assumiram lugar de destaque. Posição completamente oposta foi adotada pelo *Jornal do Commercio*, que durante todo o período analisado destacou os benefícios que a imigração chinesa poderia proporcionar ao Brasil, questão que será discutida adiante.

Os períodos de recessão econômica nos Estados Unidos, compreendidos no último quartel do século XIX, produziam discussões acerca dos seus motivos e possíveis soluções. Duas correntes polarizaram as interpretações: os “subconsumistas”, que enfocavam a necessidade de aumentar salários, a fim de possibilitar à população um maior poder de compra, equiparando-o ao nível de produção; e os “superprodutores”, que propunham o desenvolvimento de

10. Crônica Política – Confronto significativo. *A Província de São Paulo*, 19/3/1879, grifos do jornal.

11. Questões Sociais – Os chins. *A Província de São Paulo*, 2/3/1879.

novos mercados para absorver os altos índices produtivos da república (Schoultz, 2000, p.107). Venceu a segunda.

De acordo com Bueno, nas últimas décadas do século XIX os Estados Unidos reivindicaram sua integração no rol das grandes potências e procuraram formar sua esfera de influência. O comércio direcionava a política externa e, desse modo, a América Latina passou a ser vista pelos norte-americanos como uma área naturalmente destinada à expansão econômica do seu país (Bueno, 2004, p.67).

Em 1879, o presidente Hayes expôs ao Senado suas considerações sobre os meios para abrir novos mercados estrangeiros aos produtos norte-americanos. No discurso, publicado por ambos os jornais, o presidente declarou que:

A América do Sul parecia-lhe um campo privilegiado, que se oferecia por si mesmo à indústria americana. Sua proximidade dos Estados Unidos dá-lhes vantagens consideráveis sobre as nações europeias, que, entretanto, tem quase o monopólio da importação nesta parte do continente americano. Uma das causas principais, senão a causa determinadora de semelhante anomalia, era a facilidade e rapidez relativas das comunicações entre o lugar da produção e do consumo.¹²

Hayes continuou sua mensagem declarando a necessidade de se estabelecer comunicações diretas entre os Estados Unidos e os demais países americanos em benefício do comércio.

A discussão quanto à abertura de mercados consumidores no território latino-americano ganhou cada vez mais espaço no Senado estadunidense. Em 1884, o republicano John Miller declarou que “aqui ao nosso sul temos nossa Índia, e se tivermos a coragem, a visão e a sagacidade de utilizá-la com métodos apropriados, te-

12. *Jornal do Commercio. Jornal do Commercio*, 26/1/1879; Exterior – Estados Unidos. *A Província de São Paulo*, 28/1/1879.

remos novos mercados para nossos produtos e manufaturas” (apud Schoultz, 2000, p.107).

Nessa conjuntura, James Blaine, secretário de Estado norte-americano, convocou todas as nações do hemisfério, à exceção do Canadá, para uma conferência internacional, que aconteceu em Washington, no período de 20 de outubro de 1889 a 19 de outubro do ano seguinte. Gestada desde o início da década de 1880, o principal objetivo da reunião era ampliar o intercâmbio comercial com a América Latina. Contudo havia grandes receios entre os hispano-americanos quanto à iniciativa estadunidense. Segundo Bueno:

Vivia-se o momento dos “panismos”, como por exemplo, pan-germanismo e pan-eslavismo, atrás dos quais estavam, respectivamente, Alemanha e Rússia. O aparecimento, neste lado do Atlântico, de um pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos, provocava nos latino-americanos a sensação de que este país apenas procurava exercer sua hegemonia sobre o hemisfério, por meio da busca de uma união continental, transformada em palavra de ordem. (Bueno, 2004, p.68)

As pretensões estadunidenses sobre o restante do continente foram discutidas entre os intelectuais latino-americanos desde meados do século XIX. Esse debate era permeado pela própria construção da expressão América Latina. Duas matrizes explicativas dividem espaço quanto à formulação desse conceito. Na primeira, a terminologia seria fortemente devedora dos políticos e intelectuais franceses que giravam em torno de Napoleão III, imperador da França entre 1852 e 1870. Nessa interpretação, o conceito tomou corpo em decorrência da intervenção francesa no México na década de 1860, no bojo da uma estratégia para aumentar sua influência no Novo Mundo.

A segunda matriz ressalta a reflexão de uma rede de intelectuais ibero-americanos, em geral residentes ou de passagem pela Europa, e relacionou-se em especial ao temor da expansão dos Estados Unidos pelo subcontinente. Segundo Carla Brandalise, os li-

mites e influências entre ambas as matrizes inspiradoras dessa adição conceitual restam nebulosos, alimentando um debate acadêmico ainda não concluído. Todavia, levando-se em conta a existência conjuntural histórica comum e a convivência nos mesmos centros culturais europeus desses político-intelectuais, as interações e influxos devem ter sido, segundo a autora, um tanto quanto recorrentes (Brandalise, 2008, p.22-3).

A vertente latino-americanista teve como maior expoente o escritor colombiano José Maria Torres Caicedo, que viveu por longos anos em Paris, participando inclusive de cerimoniais da corte de Napoleão III. Sua contribuição à construção e difusão do conceito inseriu-se no alerta do perigo da atuação estadunidense para os povos ao sul do rio Grande. Caicedo publicou em 1857, em *El Correo de Ultramar*, periódico de língua espanhola editado em Paris e com circulação na Europa e na América, o texto poético “Las dos Américas”, no qual pregou a união dos povos latinos contra a ameaça anglo-saxônica. Nesse poema, utilizou-se a expressão “América Latina” e a associação desta a uma “raça” diferente da “raça saxônica”. Essa concepção ganhou força ao final do século XIX e início do século XX, principalmente após a intervenção norte-americana em Cuba no ano de 1898. Contudo, as diferenciações entre essas duas “raças” que compunham o território americano foram uma constante desde o início da segunda metade do século XIX, de modo que o confronto entre anglo-saxões e latinos – em detrimento destes – foi um dos elementos que permeou as relações dos Estados Unidos com o restante do continente americano, justificando, por exemplo, a anexação de territórios mexicanos.

De acordo com Schoultz, ao final do século, os Estados Unidos desenvolveram um “paternalismo utilitário” para justificar sua expansão ao sul do continente, que não se orientava mais pela anexação de territórios, mas pela dominação comercial. E, diante da tensão entre a autodeterminação, tradicionalmente defendida, e o desejo de expansão comercial,

Os líderes políticos dos Estados Unidos obtinham a aquiescência do público alegando em cada caso específico – nunca como princípio geral – que as alternativas à dominação dos Estados Unidos, quaisquer que pudesse ser, seriam piores. Os Estados Unidos tinham a responsabilidade moral de agir, não em interesse próprio, mas nos interesses do *povo inferior* que eles pretendiam dominar. (Schoultz, 2000, p.111-2, grifo nosso)

No ano de 1880, o secretário de Estado Willian Evarts, com a finalidade de ilustrar como os interesses dos Estados Unidos teriam uma influência benéfica sobre as condições políticas das repúblicas latino-americanas, declarou que, por meio do trabalho empenhado por elas para pagar pelos produtos estadunidenses, a energia popular, desperdiçada em esquemas de revolução ou engrandecimento militar, se voltaria para empreendimentos mais pacíficos e lucrativos (apud Schoultz, 2000, p.107).

A contraposição racial não era nova, uma vez que já se inscrevia no afã classificador da diversidade humana desde o século XVIII, consagrando a superioridade do homem branco. Em meados do século XIX, o pensamento racial introduziu conceitos “científicos”, por exemplo, a medida do índice cefálico, utilizada fundamentalmente para medir as diferenças entre as populações europeias. A partir de então tensões políticas receberam constantemente a interpretação de lutas entre diferentes raças na Europa (Quijada, 1997, p.596-7).

Segundo Mónica Quijada, em nenhum lugar do mundo ocidental essa visão dicotômica teve projeções mais palpáveis que no continente americano, onde essa divisão incorporou outro tipo de referência racial, a mescla com elementos indígenas e africanos. Todavia, a matriz de significado não variava, pois se entendia a resistência ao “cruzamento” com “raças inferiores” praticada pelos anglo-saxões como mais um indício de superioridade sobre os latinos no continente. Essa convicção foi um elemento importante nas relações dos Estados Unidos com seus vizinhos do sul, na medida em que foi utilizado para legitimar ações de expansão do ter-

ritório norte-americano (idem, p.597). Essa “visão racializada” (idem, p.598) da qual fala Quijada, esteve presente nas considerações do periódico *A Província de São Paulo* sobre os Estados Unidos. Por outro lado, o *Jornal do Commercio* deu pouca ênfase a essa asserção, pautando suas considerações sobre a política estadunidense para a América Latina no pragmatismo econômico, conforme veremos adiante.

Realizaremos nas duas seções a seguir uma análise temática, tomando como referência os assuntos mais debatidos por parte dos órgãos de imprensa analisados. *A Província de São Paulo* privilegiou o regime republicano e federativo, os dados econômicos norte-americanos, a comercialização do café brasileiro com aquela república, a defesa da mão de obra imigrante e a instrução pública. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, destacou os processos eleitorais, a política destinada aos demais países do continente, o crescimento econômico, o protecionismo e a ampliação de mercados, bem como a sociedade norte-americana em geral. Demonstraremos que as representações construídas acerca dos Estados Unidos relacionaram-se às propostas dos referidos diários em relação à política, economia e sociedade brasileira e que, por esse motivo, seguiram direções distintas. Buscaremos também, quando possível, chamar a atenção para os pontos de convergência entre os dois órgãos de imprensa.

“Olhemos para o abismo”

A frase que intitula esta seção é significativa quanto à interpretação do jornal *A Província de São Paulo* sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos últimos anos de vigência do regime

monárquico, pautada, basicamente, na denúncia das disparidades existentes entre as duas nações. As representações sobre a república norte-americana ligavam-se diretamente ao projeto político defendido pelo periódico para o país, que, por sua vez, era balizado pelas posições ideológicas professadas por seus dirigentes, tais como o republicanismo, o liberalismo econômico e noções positivistas e evolucionistas.

Publicados com títulos sugestivos tais como “Triste confronto”, “Um confronto significativo” e “Olhemos para o abismo”, muitos editoriais do jornal *A Província de São Paulo* incluíam o paralelo com os Estados Unidos a fim de ressaltar sua desaprovação em relação aos rumos da política nacional. Uma das estratégias utilizadas pelo periódico em sua cruzada de oposição ao regime monárquico era iniciar seus artigos de opinião com discursos ou entrevistas de políticos norte-americanos sobre os temas em discussão. Em 31 de outubro de 1875, o diário publicou, como de costume, trechos da mensagem do presidente norte-americano ao Congresso, destacando a liberdade de pensamento, a tolerância religiosa, e a laicidade do Estado:

Grande diferença, – abismo imenso – a que separa o Brasil da grande nação norte-americana!

Lá as grandes ideias do século encontram a proteção do primeiro magistrado do país. Aqui, entre nós, são elas postas de lado, e os homens do poder são contra o povo, pretendendo fazer-nos retrogradar até a velha idade [...]

Enquanto o povo americano trabalha pela liberdade de pensamento, pela palavra autorizada da imprensa, pela tolerância religiosa, pela criação de escolas livres, e entrega o ensino religioso ao altar da família, o governo do Brasil, pela força de suas espadas, manda calar o povo, quer impor silêncio à imprensa, levanta a questão religiosa, e manda-nos os jesuítas ensinar nossos filhos.¹³

13. Crônica Política – Um confronto. *A Província de São Paulo*, 31/10/1875.

O artigo seguiu em tom anticlerical, denunciando o fanatismo religioso do governo e da família imperial e, por fim, conclamou os seus leitores – chamados de “filhos da América”, filhos das novas crenças e da liberdade – a reagirem contra esse que seria o “pior dos despotismos”. Para além do tema explícito da publicação, esse artigo delineou a proposta de um novo paradigma para a sociedade brasileira, que se estenderia posteriormente à política externa. No lugar do contexto europeu, com o qual a monarquia se identificava, o periódico propunha que o país se lançasse à liberdade, de acordo com termos proferidos pelo presidente norte-americano no início do artigo:

Deixemos a Europa ultramontana com suas velhas usanças, deixemos de imitar a França, querendo criar aqui uma individualidade talhada nos moldes do império de Napoleão III; – sejamos livres, inteiramente livres, haja tolerância religiosa, igualdade de direitos para todos, tenhamos o ensino na escola, deixando à Igreja e à família a educação religiosa; trabalhemos para que não nos obriguem a deixar a trilha da civilização [...].¹⁴

Frases atribuídas a personagens importantes da história política norte-americana, tais como George Washington e Alexander Hamilton, também compunham o repertório do jornal, e foram utilizadas a fim de corroborar seus posicionamentos, dando-lhes credibilidade. Esses textos foram dirigidos de maneira didática ao leitor, de modo a apresentar o funcionamento e os benefícios do regime republicano, em contraposição à forma de governo adotada pelo Brasil.

O editorial “Tempestade no Olimpo”, publicado em 5 de maio de 1886, se iniciou com o relato de um encontro do ex-presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, com um europeu, o qual manifestava receios pela forma republicana, devido às lutas perió-

14. Crônica Política – Um confronto. *A Província de São Paulo*, 31/10/1875.

dicas para a eleição presidencial. Jefferson lhe explicou que, na América, as eleições se faziam sem revolução, que a luta dos candidatos se dava com a toda a publicidade e que a escolha popular verificava os méritos de cada um. O ex-presidente afirmou que considerava a luta dos príncipes que pretendem um trono muito pior para a vida das nações, e concluiu dizendo que “a democracia americana tem outras fórmulas para constituir o seu governo: não é pela guerra, é pela eleição; não são pelas armas, são pelos votos”. Na sequência, o editorialista voltou-se à situação brasileira, na qual, segundo ele, já se começava “a conhecer a intriga dos príncipes, a luta surda dos pretendentes a uma sucessão que ainda não se abriu”. Por fim, lamentou a sorte do país, preso às instituições monárquicas: “Ah! Se os brasileiros se lembrassem que estão na América [...] Se valesse a lição...”¹⁵

O interesse pelos Estados Unidos era crescente no periódico, mas a distância e as escassas linhas diretas de navegação dificultavam a obtenção de elementos para compor as notícias. Parte das informações coletadas era retirada de resenhas de publicações de jornais da corte, que por sua vez advinham de periódicos estrangeiros ou das cartas dos correspondentes internacionais chegadas ao Brasil via pacote. Quando a navegação direta entre os dois países foi interrompida em 1875, o jornal paulista chamou a atenção aos prejuízos para o Brasil decorrentes da perda de contato com aquele país, e denunciou o fato de o governo imperial sustentar tantas linhas de navegação para a Europa e não conseguir manter uma única linha para os Estados Unidos, que naquele período já se constituíam no maior consumidor do café brasileiro. Para compor essa notícia, *A Província* utilizou-se de fragmentos de um periódico da corte, intitulado *Brasil Americano*, elogiado pelo jornal paulista como um “campeão da nacionalidade brasileira” e um representante dos interesses americanos, ainda que lamentasse o fato de suas “ideias generosas” não encontrarem eco na capital

15. Tempestade no Olimpo. *A Província de São Paulo*, 5/5/1886.

imperial.¹⁶ Essa passagem demonstrou mais uma vez o redirecionamento proposto pelo jornal republicano, da Europa para a América, mais precisamente para os Estados Unidos, ilustrando assim a frase emblemática do Manifesto de 1870: “somos da América e queremos ser americanos”.

O número reduzido de notícias acerca dos acontecimentos mais recentes dos Estados Unidos era compensado por longas matérias sobre a história do país, biografias dos ex-presidentes e relatos de pessoas que lá estiveram para estudar, salientando o grande interesse que o país despertava nos dirigentes do jornal. Em 1886, foi publicada uma série de artigos intitulada “Milionários Americanos”, que propagava o mito do *self-made man*, na medida em que objetivava noticiar sobre os “mais célebres milionários americanos, procurando mostrar como quase todos eles haviam saído da obscuridade, da mais abjeta pobreza, e subiram às camadas sociais com o auxílio exclusivo do seu trabalho e economia”.¹⁷ Mais que isso, os artigos procuraram demonstrar como o governo e as leis estadunidenses impulsionaram as ações autônomas daqueles indivíduos, ao passo que,

em um país como o nosso, quase sempre governado por homens sem ideias e sem patriotismo, dotado de instituições velhas, carunchosas, acanhadas, *antiamericanas*, com uma legislação que parece de propósito preparada para sofismar as liberdades públicas e aniquilar as mais nobres aspirações do homem, não há e nem pode haver trabalho organizado remunerativo [...]

Se os fatos apontados explicam a razão porque os americanos em geral ganham mais dinheiro do que os brasileiros, de forma alguma justificam estes últimos em sujeitar-se a um regime anti-

16. Crônica Política – Linha de paquetes para Nova York. *A Província de São Paulo*, 7/12/1875.

17. Piza, A. de Toledo. Milionários Americanos – Apreciação geral. *A Província de São Paulo*, 16/12/1886.

quado e absurdo, que limita as suas aspirações, pondo peias à sua atividade.¹⁸

Por mais de uma ocasião, trechos como esses, advertiram os brasileiros a lutar por mudanças; alguns mais incisivos propunham até mesmo a realização de uma revolução.¹⁹ No entanto, a esse conceito foram atribuídas noções de renovação, melhoramento e perfectibilidade, bem como da necessidade de se fazer um exame criterioso a fim de eliminar somente o que fosse inútil. Assim, a linha de atuação do periódico podia ser resumida pela premissa “aceita o progresso sem ser revolucionário, assim como também aceita a ordem sem ser retrógrado”.²⁰

A discussão sobre a adequação ou não das instituições brasileiras não foi uma exclusividade d'*A Província*. Devido ao período de crise pelo qual passava o regime brasileiro, esse tema permeou o debate político do último quartel do século XIX e se refletiu em grande medida na imprensa do período. Nos dias 13 e 28 de janeiro de 1875, *A Província* publicou editoriais nos quais refutava as considerações do jornal *Diário de São Paulo* sobre o “admirável desenvolvimento do Brasil em relação à sua idade”. O *Diário* afirmou que as instituições nacionais eram excelentes e que proporcionavam os meios para a perfeição do país. *A Província*, por sua vez, apesar de admitir que o país havia progredido desde os tempos coloniais, argumentou que o desenvolvimento “moral e material” brasileiro não condiziam com a sua idade e com as circunstâncias favoráveis que afluíam para a expansão das forças nacionais e individuais, pois, se comparado aos Estados Unidos, descontando-se o “tempo e a energia da raça”, o paralelo era insuportável ao Brasil. Dentre as explicações para este descompasso, ou abismo, conforme afirmava *A Província*, estava a excessiva centralização do governo

18. Idem, grifo nosso.

19. Leão, José. A revolução. *A Província de São Paulo*, 21/1/1880.

20. Almeida, Piza. A vitória republicana. *A Província de São Paulo*, 29/3/1885.

imperial.²¹ A autonomia provincial era uma das principais aspirações dos republicanos paulistas e o exemplo dos Estados Unidos foi utilizado para corroborar o benefício da forma de governo almejada pelos dirigentes do periódico. Segundo *A Província*, a organização federal era o ponto culminante na conquista do ideal democrático, e nas repúblicas do continente americano, isentas de tradições monárquicas, essa tendência era ainda mais acentuada. Referindo-se à Constituição norte-americana de 1787, o jornal afirmou que tal “documento traduziu o espírito de associação sob a forma republicana, e que do modelo federativo instituído por ele provinha o progresso assombroso dos Estados Unidos da América do Norte”.²²

A Constituição norte-americana foi inovadora em vários sentidos, sendo considerada como portadora de uma teorização política eminentemente moderna (Limongi, 1989, p.247). O texto constitucional rompia em vários aspectos com a tradição iniciada por Maquiavel e que teve Montesquieu e Rousseau como ilustres representantes. As discordâncias entre a literatura política do século XVIII e o documento estadunidense centravam-se, entre outros aspectos, na incompatibilidade de implantação de um governo popular em vastos territórios. Segundo James Madison, considerado o “pai da Constituição”, esse cenário não só era compatível com esse tipo de governo, como também seria mais apropriado ao seu sucesso. Essa característica, afirmava Madison, neutralizaria uma das principais causas de fracasso das democracias, as facções, uma vez que a ampliação do território acarretaria uma maior diversidade de interesses, impedindo o domínio de uma única facção e, conseqüentemente, uma ditadura da maioria (idem, p.252-5).

Não obstante as rupturas com a teoria política, em alguns pontos o texto se aproximou da mesma. A separação dos poderes, com o objetivo de controlar os seus detentores, por exemplo, era

21. *A Província de São Paulo. A Província de São Paulo*, 13/1/1875; *A Província de São Paulo. A Província de São Paulo*, 28/1/1875.

22. Pestana, Rangel. *A Federação. A Província de São Paulo*, 30/9/1885.

uma referência clara a Montesquieu. No entanto, mais uma inovação se fez presente nesse aspecto, uma vez que essa divisão não se daria entre os grupos que compunham a sociedade em um governo misto – realza, nobreza e povo – tal como proposta pelo pensador francês. A separação defendida nos Estados Unidos, país no qual as condições para a implantação de um governo misto não estavam presentes, seria garantida por meio de medidas constitucionais que assegurariam a autonomia dos diferentes ramos do poder, postos em relação um com os outros para que pudessem se controlar mutuamente (idem, p.249-52).

O federalismo proposto no texto constitucional norte-americano também possuía uma nova conotação. Até aquele momento, o termo federação era sinônimo de confederação. A diferença a partir de então estaria, conforme assinalado por Alexander Hamilton, no fato de que, enquanto em uma confederação o governo central só se relacionava com os estados, cuja soberania interna permanecia intacta, em uma federação essa ação se estenderia aos indivíduos. Assim, a órbita de ação dos estados seria definida pela Constituição da União e por meio de um pacto federal que, segundo a argumentação de Hamilton, traria grandes vantagens para ambas as esferas. Buscava-se, dessa maneira, conferir ao governo central maior jurisdição sobre o território, ainda que fosse mantida em grande medida a autonomia dos estados (idem, p.247-8, 253).

Tais concepções, publicadas primeiro em forma de artigos, compuseram o livro *O Federalista*,²³ que se tornou um *best-seller*. Uma edição francesa já era conhecida no Brasil, e em 1840 apareceu uma tradução portuguesa, que se esgotou rapidamente (Holanda, 1971, p.182), o que sugere que os representantes do periódico paulista e ao menos parte do público ao qual se dirigiam, por se tra-

23. *O Federalista* é fruto da união de uma série de ensaios publicados na imprensa de Nova York em 1788, com o objetivo de contribuir para a ratificação da Constituição norte-americana pelos estados. Os autores dos artigos foram Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, todos figuras fortemente associadas à luta pela independência dos Estados Unidos.

tarem da elite política, econômica e cultural brasileira, conheciam em detalhes a estrutura política norte-americana.

De acordo com o credo liberal professado pelo periódico paulista – e em consonância com a proposta encontrada em *O Federalista* –, o governo federal deveria basicamente proteger a liberdade dos homens, assegurando uma esfera própria para o livre desenvolvimento dos indivíduos, em especial em suas atividades econômicas:

Em diversos de nossos artigos sobre as indústrias temos censurado com alguma severidade a ausência da iniciativa privada particular, imputando-lhe imensa responsabilidade quanto a essa sensível decadência, em que ainda nos achamos.

O triste e reprovado pensamento de tudo esperar-se dos governos, ainda que estes devam prestar apoio e judiciosa proteção ao desenvolvimento das indústrias, exprime um erro grave para os povos laboriosos, erro que os bons princípios econômicos fulminam e condenam.

Do que é capaz a iniciativa particular, quando prudentemente desenvolvida, dá-nos o mais vivo exemplo a grande República dos Estados Unidos, cujo rápido caminhar de suas variadíssimas indústrias tem conquistado em um século o que os países do velho continente obtiveram em muitos séculos e à sombra de alguma proteção de seus respectivos governos.

E qual o ramo das indústrias conhecidas que naquele admirável país americano não possa competir na perfeição dos produtos com os de qualquer outra nação?

Deixando, porém, de parte o que se observa no estrangeiro, volvamos nossas vistas para aquilo, que entre nós se vai testemunhando quanto às indústrias e à nossa minguada iniciativa.

Sob este ponto de vista é força confessar, que nos guiamos por princípios carunchosos, *herdados ou não*, e que somente traduzem a indigência dessas nobres dedicações, que tanto elevam os povos zelosos de seu engrandecimento.

Dentre as províncias deste vasto império, porém, destaca-se, há alguns anos, a de São Paulo, que parece destinada a representar importante papel, servindo de protesto solene à inação que suas irmãs sustentam.²⁴

Durante o último quartel do século XIX, a província de São Paulo, impulsionada pelo avanço do setor cafeeiro, se converteu na região econômica mais produtiva e dinâmica do país. Entre os anos de 1854 e 1886, a produção cafeeira do Oeste paulista decuplicou, passando a corresponder a cerca de 80% do total produzido no país (Morse, 1970, p.230). Somava-se a isso o avanço da malha ferroviária, a expansão industrial, comercial e populacional que fizeram São Paulo perder a aparência colonial e transformar-se numa cidade completa, economicamente dinâmica e impaciente com os programas políticos que não visassem ao “progresso material” (Morse, 1970, p.216).

Além do centralismo administrativo brasileiro, as instituições e costumes herdados de Portugal se constituíam em outra vertente explicativa para o abismo entre o Brasil e os Estados Unidos. A herança portuguesa e o fato de o Brasil ter se mantido ligado aos costumes “carunchosos” da velha Europa por meio da manutenção das instituições monárquicas seriam os motivos do atraso do país. Assim, a adoção do regime republicano, federativo, associado aos “bons princípios econômicos”²⁵ seria a saída para que “a grande nação da América do Sul não corasse de vergonha a fitar a grande nação da América do Norte”.²⁶ A fim de enfatizar tal argumento, detalhes sobre as finanças norte-americanas foram constantemente divulgadas no periódico, acompanhadas de comentários que explicitavam os benefícios do republicanismo:

24. O que se diz de nós – do Industrial do Recife. *A Província de São Paulo*, 29/8/1883, grifo do jornal.

25. O que se diz de nós – do Industrial do Recife. *A Província de São Paulo*, 29/8/1883.

26. Crônica Política – Um confronto. *A Província de São Paulo*, 31/10/1875.

O governo americano navega em mar de rosas. Nada o perturba em meio da imensa prosperidade em que se acha o país. Nunca estiveram os créditos da república em tão bom estado e tão garantido como presentemente.

Dirigidas com habilidade e, sobretudo com admirável critério, por estadistas de talento, as finanças daquela república acham-se hoje tão bem encaminhadas que o próprio governo está se vendo embaraçado com os excessos que todos os anos deixam a receita sobre a despesa [...] *E dizem que o império é a paz e a ordem! E que a república é anarquia e esfacelamento!*²⁷

Para *A Província de São Paulo*, a instrução pública e a imigração também se constituíam em pilares do progresso norte-americano. Por esse motivo, publicava constantemente dados comparativos sobre a educação nos dois países, pois acreditava ser profícua sua divulgação “por todos os recantos deste adormecido país, cujo progresso real e sólido pede a mesma base que é a pedra fundamental da grande confederação americana”.²⁸ O jornal criticava o vínculo do ensino no Brasil com a Igreja e os parcos investimentos do governo imperial em escolas, que se constituíam na “única base verdadeira do progresso e da grandeza de um povo”,²⁹ e afirmava que, se mais escolas fossem instaladas no Brasil, “o gigante da América Meridional”, adormecido, poderia levantar a cabeça altiva diante das outras potências da terra.³⁰

Os Estados Unidos receberam um enorme fluxo imigratório na segunda metade do século XIX, proporcionando um contingente populacional que dinamizou vários setores produtivos da-

27. Sales, Alberto. As finanças americanas. *A Província de São Paulo*, 11/2/1885, grifo nosso.

28. Questões Sociais – Maravilhas da instrução pública nos Estados Unidos. *A Província de São Paulo*, 19/6/1877.

29. Sales, Alberto. Instrução Pública – A instrução pública no Brasil e nos Estados Unidos. *A Província de São Paulo*, 6/1/1877.

30. Idem.

quele país. No Brasil, o trabalho de imigrantes europeus foi a saída encontrada para o problema da mão de obra que se impunha devido à extinção do tráfico negreiro no ano de 1850 e da escravidão em 1888. A província paulista, em particular, recebeu imigrantes desde meados do século XIX. Essa população representava, aos dirigentes do periódico analisado, um duplo elemento de prosperidade: o trabalho nas lavouras de café da província e a “raça” superior, que poderia conduzir o Brasil “mestiço” à civilização. Referindo-se ao ingresso de estrangeiros no país e sua posterior naturalização, mais uma vez o exemplo norte-americano foi utilizado pelo diário:

Mas se não encontramos modelo conveniente na história antiga, tínhamos em compensação o exemplo recente de um país surgido e formado das mesmas emergências, das mesmas circunstâncias, e que, no momento de nossa independência já atraía sobre si a atenção do mundo civilizado. Os Estados Unidos da América ali estavam para nos guiar com seu exemplo e sua experiência, e não era difícil abstrair da forma republicana para com ele aprendermos os meios de obter elementos para nós capital – a população.³¹

Ao final do século XIX, a questão racial tornou-se central para a compreensão dos destinos da nação. A década de 1870 no Brasil foi o momento de entrada do ideário positivista evolucionista em que os modelos raciais de análise tiveram papel importante. Embora o arquétipo liberal estivesse presente desde a primeira metade do século XIX, a partir daquela data, ele foi utilizado conjuntamente com as teorias de cunho racial:

Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificaram, neste momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de su-

31. Questões Sociais – A grande naturalização. *A Província de São Paulo*, 21/2/1880.

cesso local equivalente e, no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e na sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular. (Schwarcz, 1993, p.14)

A utilização paralela dessas duas concepções foi um elemento importante para a compreensão das representações do periódico paulista sobre os Estados Unidos. Os temas analisados nesta seção foram tangenciados pela questão da “especificidade biológica” da população norte-americana, pois a “superioridade” do elemento anglo-saxão, de acordo com o diário, favorecia o desenvolvimento daquele país. Esse aspecto, porém, não se caracterizava como motivo suficiente para que a experiência prática e o exemplo estadunidense não fossem utilizados pelo Brasil, uma vez que outros povos da “raça latina” já os tinham adotado com considerável sucesso, como era o caso da Argentina, que será abordado no capítulo subsequente.

Segundo Quijada, no extremo austral do continente americano, a visão “racializada” das diferenças entre o norte e o sul se fez cada vez mais presente no último quarto do século XIX (Quijada, 1997, p.598). Naquela conjuntura, passou a ser comum a utilização das categorias raciais para explicar os fracassos nacionais e os êxitos de outros países, ressaltando as diferenças entre as duas Américas. *A Província de São Paulo* compartilhava dessas premissas. Na comparação entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas declarou que era

eloquente o paralelo pelo qual se torna claro o que falta em tal sentido aos outros povos da América, quer de origem espanhola, quer de origem portuguesa.

É aí bem saliente a demonstração de quanto influem para a prosperidade política de uma nacionalidade os costumes e a educação social [...]

Como se houveram para obter a vitória? – Revoltaram-se? – Não. Fizeram pronunciamentos? Cometeram fraudes, como no Sul da América, como no México, devastado pela guerra civil acesa pela paixão dos caudilhos? [...]

*A causa dos infortúnios dos sul-americanos assenta na raça, no sangue, nos costumes e na educação colonial, do absolutismo que dominou 300 anos, e no divórcio tradicional que sempre tem separado o povo e o governo, que se reputam inimigos irreconciliáveis, quando têm os mesmos interesses, e são ambos obra um do outro [...] falta-nos, entretanto, a calma, a frieza do saxão, a reflexão alemã, para pôr em prática e desenvolver o sistema de governo que, com o ser mais singelo, maior soma de virtude exige.*³²

Ainda que o país e a população norte-americana fossem admirados por parte dos intelectuais ao sul do rio Grande, ganharam força, a partir de meados do século XIX, as desconfianças em relação aos Estados Unidos. Temia-se que a influência dessa nação no continente assumisse um caráter opressivo, por meio de um domínio econômico sobre os países latino-americanos. Esse tema foi discutido algumas vezes pelo jornal *A Província de São Paulo* na década de 1880, decênio no qual se iniciaram os preparativos para a realização da Conferência de Washington, e se acentuou o interesse norte-americano sobre o canal do Panamá. Em 25 de agosto de 1882, o jornal publicou um editorial intitulado “A América anglo-saxônica e a América Latina”, utilizando fragmentos de um artigo do escritor colombiano Torres Caicedo,³³ no qual delineou o seu posicionamento em relação às desconfianças nutridas sobre a política norte-americana destinada ao continente.

32. A vitória dos princípios. *A Província de São Paulo*, 22/12/1876, grifos nossos.

33. Não foi possível o acesso ao artigo de José Maria Torres Caicedo (1830-1889) ao qual o editorialista faz referência. Ainda que se utilize da dicotomia entre americanos anglo-saxões e latinos, exposta no texto poético “Las dos Américas”, publicado em 1857 por Torres Caicedo, provavelmente se trata de outro escrito, uma vez que discute temas como a Conferência de Washington e as pretensões norte-americanas sobre o canal do Panamá.

No artigo, Torres Caicedo manifestou seus receios quanto às “pretensões de conquista e de domínio na América Latina” por parte da “grande república anglo-saxônica”, e admoestou as nações hispânicas a não anuir à reunião do Congresso de Washington, afirmando que “este congresso das duas Américas” seria um erro político dos Estados latino-americanos. Apesar de abrir espaço para o tema, os temores do escritor colombiano foram considerados exagerados por parte do jornal, e, de todos os aspectos abordados por Torres Caicedo, o periódico ressaltou apenas o mérito do autor em chamar a atenção para a “célebre Doutrina Monroe”. Tal política, pronunciada pelo então presidente norte-americano James Monroe, em 1823, em resposta à formação da Santa Aliança, teoricamente, se colocava contra qualquer ingerência europeia no continente, simbolizada pela frase “América para os americanos”. Ao final daquele século, porém, Torres Caicedo temia que essa doutrina, somada à justificativa ideológica de expansão do território norte-americano, o Destino Manifesto, assumisse a forma de um protetorado dos Estados Unidos sobre as outras repúblicas do continente. As considerações a respeito das pretensões imperialistas norte-americanas para com a América Latina foram rebatidas pelo diário por meio da afirmação de que o Brasil, a Argentina e o Chile seriam fortes o suficiente para impedir que tal doutrina atingisse o caráter despótico receado por Caicedo.

A busca norte-americana para expandir seus mercados – noticiada repetidas vezes – não recebeu nenhum tipo de comentário que demonstrasse alguma desconfiança por parte do jornal em relação àquela república. Ao contrário, o periódico advogava que o governo brasileiro pensasse na possibilidade de se estabelecer com aquele país um tratado bilateral para incrementar o comércio entre os dois países, pois,

Se os Estados Unidos vêm a ganhar com o aumento de sua exportação, nós também de nossa parte auferimos com a transação lucros incalculáveis, porque não somente a nossa lavoura poderá obter os instrumentos e maquinismos de que precisa em condi-

ções favoráveis, como ainda a nossa exportação também se aumentará consideravelmente.³⁴

Quanto à Conferência de Washington, o jornal salientou que havia muitos anos que os Estados Unidos tentavam, sem sucesso, firmar um tratado comercial com o Brasil, e se regozijou pelo fato de a monarquia, enfim, entrar em franca negociação com a república do norte. Após apresentar os diplomatas brasileiros que participariam da reunião, os srs. Lafaiete Rodrigues Pereira e Salvador de Mendonça, o periódico divulgou uma lista com os assuntos de pauta do Congresso, que, exceto pela questão do arbitramento, eram todos de cunho comercial. *A Província de São Paulo* chamou a atenção para o fato de os Estados Unidos serem o maior consumidor dos produtos brasileiros, ao passo que as mercadorias industriais daquele país eram pouco conhecidas em território nacional, dado o predomínio europeu no nosso mercado. Assim, o autor do artigo acreditava que, diante desse quadro, e da “posição ocupada pelo Brasil no continente”, o país poderia obter grandes vantagens por meio de tratados com aquela nação. Em resumo, a realização do evento foi apresentada pelo periódico como “exemplo da grande e generosa política americana”, e o aceite do convite, por parte do governo brasileiro foi muito celebrado, pois “o Império a desconjuntar as suas velhas instituições parecia ter um arranco de vida”.³⁵

As instruções passadas pela Monarquia à delegação brasileira, chefiada por Lafaiete Rodrigues Pereira, faziam várias reservas à I Conferência Internacional Americana, pois, segundo Bueno, a diplomacia imperial não desejava ver o Brasil incluído no subsistema de poder que a potência do norte buscava consolidar. Os diplomatas brasileiros deram especial importância ao arbitramento, embora soubessem que esse tema não era o objetivo principal da Conferência. Ainda segundo o autor, a Monarquia percebia que o governo norte-americano tendia “de algum tempo assumir uma es-

34. Sales, Alberto. Mais um exemplo. *A Província de São Paulo*, 18/1/1885.

35. Política americana. *A Província de São Paulo*, 2/7/1889.

pécie de protetorado sobre os Estados da América”. Assim, as instruções recebidas pelos representantes brasileiros divergiam de quase todos os temas da reunião. O governo imperial não desejava se afastar do concerto europeu, nem envolver o país em compromissos comerciais, aspecto que marcou a política externa brasileira desde o fim do “sistema de tratados”, nos anos 1840 (Bueno, 1995, p.27-9).

Proclamada a República, Lafaiete Rodrigues Pereira deixou, a pedido, a chefia da delegação e foi substituído por Salvador de Mendonça, republicano signatário do Manifesto de 1870. No Ministério das Relações Exteriores assumiu outro signatário do manifesto, Quintino Bocaiuva, o qual autorizou Salvador de Mendonça a dar “espírito republicano” às instruções provenientes do regime caído (Bueno, 1995, p.27-9). Entre outras tarefas, Mendonça buscou o estabelecimento de um tratado com os Estados Unidos, cujo objetivo era ampliar as exportações do açúcar brasileiro para esse país. Em contrapartida, o convênio deveria autorizar a entrada, “como reciprocidade devida”, de uma longa lista de artigos norte-americanos livres de direitos, e também relacionava outros tantos produtos com redução de 25% nos direitos de exportação. O Tratado de Reciprocidade, firmado em 13 de janeiro de 1891, não surtiu o efeito desejado. A assinatura de um convênio entre os Estados Unidos e a Espanha, em favor do açúcar produzido nas Antilhas, reduziu consideravelmente os benefícios do produto brasileiro e a entrada maciça de manufaturas norte-americanas no país minaram as bases de uma possível industrialização nacional no período (Bueno, 1995, p.117-34). Porém, o tratado marcou a “festa republicana” instaurada no governo brasileiro no momento imediatamente após a Proclamação, e a ânsia de afirmar sua condição de republicano e americano (idem, p.23). A *Província de São Paulo* demonstrou que essa “euforia republicana” vinha sendo gestada anos antes da instauração do regime no Brasil.

Os interesses político-econômicos da província, e a busca pela manutenção do mercado norte-americano ditaram os posicionamentos do jornal acerca das relações com os Estados Unidos.

Assim, o apoio à política pan-americanista, entendida como estratégia estadunidense para a ampliação de seu mercado e influência sobre o continente, era aberto. A crescente presença comercial daquele país no território mexicano ao final do século XIX, por exemplo, foi interpretada como um domínio natural, devido à superioridade de sua civilização e de seus capitais. Ao mesmo tempo, o jornal alertou para o fato de o Brasil impor barreiras ao comércio norte-americano, ao passo que o México permitia a livre entrada desses produtos, podendo, assim, o café mexicano suplantar a produção brasileira nos Estados Unidos:

Os americanos dominam ali (México) por meio de sua adiantada e imponente civilização, por meio de seus capitais e do seu elevado e esclarecido espírito industrial, de modo que proteger o café mexicano e proteger o México é proteger seus próprios capitais e interesses econômicos e até políticos [...]

[...] a política americana é de sabedoria e equidade, porque, havendo países que admitem livres os produtos americanos por que há de a nação americana tratar esses países do mesmo modo que o Brasil, que incessantemente, aumenta os seus direitos de importação, hostilizando assim o comércio americano?³⁶

Pesava sobre essa interpretação a importância do mercado consumidor estadunidense e, de acordo com Bueno, certo idealismo sobre as relações internacionais, por acreditar que o fato de o Brasil pertencer à América constituía-se em razão suficiente para se adotar uma política francamente americana ou, mais precisamente, pan-americana. Segundo o autor, não obstante tal sentimento fosse sintetizado pela frase bem construída do Manifesto de 1870, demonstrava romantismo, que se apoiava na falta de conhecimento do intrincado jogo de interesses inerentes ao sistema internacional (Bueno, 1995, p.24).

36. Campos, Américo de. Fatos e boatos. *A Província de São Paulo*, 7/10/1883, grifo nosso.

Concluimos que os Estados Unidos foram representados pelo jornal *A Província de São Paulo* como exemplo incondicional ao país, pois, na experiência prática daquela nação estaria o caminho para a superação do atraso no qual se encontrava o Brasil. O uso das comparações como estratégia para corroborar os benefícios do projeto político defendido pelo jornal foram constantes. Afirmava-se que o país poderia ser “grande”, mas as amarras impostas pelas instituições monárquicas impossibilitavam o avanço do “gigante da América do Sul”. Delineou-se nesse período, também, o alinhamento do país em relação à potência norte-americana, baseada nas ótimas relações comerciais entre as duas nações, principalmente se tomarmos como referência o setor cafeeiro, ao qual se ligava o periódico analisado e na crescente admiração daquele país por parte dos republicanos brasileiros.

“Nem tudo podia sorrir aos Estados Unidos”³⁷

Ao final do século XIX, a situação brasileira contrastava com a estadunidense, principalmente em relação à economia. De acordo com o *Jornal*, a questão financeira no Brasil apresentava “sinistras cores” e, em contrapartida, a república norte-americana já disputava a primazia com as nações da Europa mais adiantadas em progresso material, industrial, comércio e civilização.³⁸ Porém, devido à sua inclinação política, o diário fluminense mostrava-se otimista quanto à superação da crise pela monarquia, e utilizou o exemplo norte-americano para aferir suas expectativas:

Não há nação ou Estado por maior opulência que ostente e por mais recursos de todo gênero que de sobra tenha, que escape a pe-

37. Retrospecto político do ano de 1878 – Estados Unidos Norte-Americanos. *Jornal do Commercio*, 3/1/1879.

38. Retrospecto político do ano de 1876 – Estados Unidos da América do Norte. *Jornal do Commercio*, 2/1/1877.

ríodos de ameaçadora crise e de influência aflagidora. Exemplo, a União Norte-Americana, onde a guerra entre os estados confederados e os federais deixou aqueles transformados em campos de ruínas, a situação financeira da poderosa e riquíssima república em circunstâncias penosas [...] mas a sabedoria e o patriotismo, o trabalho e a indústria, a perseverança, enfim aos poucos foram destruindo as consequências lamentáveis do período desolador.³⁹

A oposição republicana, como demonstrado na seção anterior, discordava veementemente dessa perspectiva e sustentava que apenas a substituição do regime colocaria o Brasil no caminho do progresso. O *Jornal* rebateu o que chamou de “vozes isoladas”, afirmando que estas se perdiam sem eco no país ao propagarem as “incontáveis vantagens de uma forma de governo mais simples”.⁴⁰ Todavia, ainda que julgasse a campanha republicana um movimento sem expressão, o periódico fluminense achou por bem desqualificá-la em vários momentos, em uma clara manifestação de desconforto e oposição à publicidade de tais ideias.

Os grupos de contestação política surgidos ao final do século XIX no Brasil,⁴¹ a exemplo do jornal *A Província de São Paulo*, ressignificaram o americanismo por meio do exemplo norte-americano, que passou a ser apresentado como símbolo da “civilização moderna”. Os pontos de convergência entre os órgãos de imprensa utilizados como fontes desta pesquisa se concentraram no reconhecimento da “riqueza, pujança e esplendor dos Estados Unidos”, na admiração pelas “redes imensas de caminhos de ferro”, pela ins-

39. Retrospecto político do ano de 1877 – Brasil. *Jornal do Commercio*, 6/1/1878.

40. Retrospecto político do ano de 1875 – Brasil. *Jornal do Commercio*, 11/1/1876.

41. A historiadora Angela Alonso identificou três grupos, com subdivisões internas, de contestação política dentro da geração de 1870, a saber: as dissidências liberais, compostas pelos novos liberais e liberais republicanos; os abolicionistas positivistas; e os grupos regionais politicamente marginalizados, nos quais se inseriam as províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, todos esses grupos reinterpretaram o americanismo, por meio do exemplo norte-americano (Alonso, 2002).

trução pública e pela “ampla liberdade política, religiosa, civil e industrial” daquele país.⁴² De maneira menos enfática, o diário fluminense também destacou a oposição entre latinos e anglo-saxões, e creditou à “raça latina” alguns agravos brasileiros:

Nós, os homens da raça latina, não somos como os norte-americanos, nos dias prósperos julgamos que tudo é possível, nos dias adversos deixamo-nos possuir do sentimento oposto, desanimamos, cruzamos os braços, queremos recuar um século, e muito tempo é preciso para convencer-nos que o mundo é sempre assim, e que os reveses se dão lições, nos cumpre não esquecer, nem desprezar, exigem aplicada energia para destruir os seus efeitos e mais outra vez, nas sendas do verdadeiro e contínuo progresso, que nada pode estorvar poderosamente.⁴³

Todavia, diferentemente da exaltação indiscriminada observada no periódico paulista, o pragmatismo e a adesão do *Jornal* ao regime monárquico se traduziram em uma abordagem crítica, que abriu espaço para a divulgação de diversos aspectos negativos da república, e se refletiram também em seu posicionamento quanto à política pan-americanista, conforme veremos adiante.

Nesta seção aprofundaremos a análise sobre as diferenças na abordagem dos periódicos, a começar pelo tema das eleições. Certamente, o fato de o *Jornal* contar com os serviços de um correspondente em Nova York propiciou uma visão mais detalhada acerca da complexidade política norte-americana. Contudo, o foco na exacerbação da corrupção partidária a cada sucessão presidencial, que se constituiu no pilar da crítica do diário fluminense, relacionava-se estreitamente à sua visão negativa do regime republicano. No fragmento a seguir, podemos observar a posição desse órgão de imprensa sobre os processos eleitorais na república estadunidense:

42. Retrospecto político do ano de 1876 – Estados Unidos da América do Norte. *Jornal do Commercio*, 2/1/1877.

43. Retrospecto político do ano de 1876 – Brasil. *Jornal do Commercio*, 7/1/1877.

Os Estados Unidos de há muito gozam [...] da boa fortuna e a outros respeitos, da deplorável condição de que os dois grandes partidos em que o país está dividido acham-se reduzidos a guerrearem-se sem piedade de quatro em quatro anos, sem que nenhum interesse nacional de importância capital dependa do resultado. É incrível a que ponto chega a animosidade de cada partido contra os candidatos seus adversários, são cobertos de ultrajes, os mais insultuosos ataques à moralidade política.⁴⁴

O *Jornal* ressaltava que “só reinava agitação cada vez que era preciso votar” para presidente⁴⁵ e que aqueles períodos reacendiam também as antigas disputas entre o Norte, predominantemente republicano, e o Sul do país, democrata em sua maioria. Referiu-se à eleição de Hayes, em 1876, como um “abismo da fraude e da violência mais desenfreada”, fato que demonstrava que a opulência da nação pronunciava vícios na mesma proporção: “dir-se-ia que ali nada pode ser pequeno, tudo deve ser grande, tanto o bem como o mal”.⁴⁶ Contudo, as eleições legislativas, apesar de receberem enorme atenção, por exemplo, com o detalhamento dos embates políticos em vários estados, não contavam com a mesma carga negativa; ao contrário, as declarações privilegiavam a manifestação da população e o “exemplo da força e da benéfica influência da opinião pública quando as instituições permitem que ela se manifeste com plena liberdade”.⁴⁷ A identificação entre o ramo legislativo e a legitimidade da monarquia constitucional brasileira pode ter pesado na análise do diário a respeito desse tema.

A política destinada às nações latino-americanas foi debatida conjuntamente com a economia. O *Jornal* acompanhou com aten-

44. O ano de 1884 – Exterior. *Jornal do Commercio*, 26/1/1885.

45. Retrospecto político do ano de 1879 – Estados Unidos. *Jornal do Commercio*, 1/2/1880.

46. Retrospecto político do ano de 1877 – Estados Unidos Norte-Americanos. *Jornal do Commercio*, 2/1/1878.

47. Retrospecto político de 1875 – América do Norte, Central e do Pacífico. *Jornal do Commercio*, 2/1/1876.

ção as propostas para o desenvolvimento do comércio estadunidense com os países ao sul do rio Grande, propaganda iniciada, de acordo com o diário, devido à crise que começou em 1873 e que ainda perdurava na grande república.⁴⁸ O pragmatismo econômico e a desconfiança moderada diante da política pan-americanista caracterizaram as considerações do periódico sobre esse tema.

Entre as opiniões mais contundentes podemos citar a declaração a respeito da expansão norte-americana sobre os territórios mexicanos. De acordo com o *Jornal*, era provável que as “revoltas e revoluções mexicanas” fossem agradáveis à “Águia da América, que já havia tomado em suas garras o Texas e a Califórnia, e sabia o quanto valia o México”: era, porém, águia prudente, e não abria voo sem certeza, e sem aparente justificação da presa que arrebataba.⁴⁹ No entanto, durante a Conferência de Washington, os “protestos veementes” da imprensa hispano-americana, acerca da tentativa estadunidense de acentuar sua influência política nos outros países do continente, foram considerados “tão injustos, quão desnecessários”.⁵⁰

Diante do envolvimento norte-americano nas negociações da Guerra do Pacífico, no início da década de 1880, o jornal também oscilou em seu posicionamento. Apesar de afirmar que a política estadunidense para com as repúblicas hispano-americanas era de um interesse amigável, o fato de os Estados Unidos não aceitarem ajuda europeia para a resolução do conflito que envolvia Chile, Peru e Bolívia, foi visto com receio por parte do diário fluminense:

E não é só no Panamá que Blaine opõe-se a toda ingerência europeia, mas em todos os países do hemisfério americano. Os Estados

48. Interesses comerciais – Brasil e Estados Unidos. *Jornal do Commercio*, 5/1/1878.

49. Retrospecto político do ano de 1877 – Estados Unidos Norte-Americanos. *Jornal do Commercio*, 2/1/1878.

50. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – A Conferência de Washington. *Jornal do Commercio*, 31/10/1889.

Unidos intervieram na questão do Pacífico para salvar o Peru de uma completa destruição sem, todavia, querer aceitar o concurso material ou moral das potências europeias. A pretensão de Blaine era fazer de seu país o árbitro exclusivo do novo mundo. A América, no sentido mais geral, era dos americanos, no sentido restrito, a América era dos americanos dos Estados Unidos.⁵¹

As críticas a respeito de uma política mais agressiva em relação aos países latino-americanos foram dirigidas exclusivamente à figura do ex-secretário de Estado, James Blaine. De acordo com o correspondente, o interesse pelo guano peruano motivou a intervenção norte-americana na guerra e o convite para um congresso de paz que deveria reunir em Washington as nações ao sul do rio Grande:

Blaine que, como disse, gosta de golpes brilhantes precisava explicar o seu descomunal amor pelos incas e seu ódio pelos araucanos. Veio-lhe então a ideia magnífica do congresso de paz das nações sul-americanas. Para mim, é claro que Mr. Blaine não se move por dar cá aquela palha em favor das repúblicas latino-americanas. A convocação do congresso é uma forma para explicar a sua política no Peru, a qual não pode ser sustentada pelo direito internacional.⁵²

A morte do presidente Garfield nos Estados Unidos em 1881 e a própria Guerra do Pacífico frustraram a iniciativa de realização da reunião no início daquela década. A não concretização dos planos de Blaine – que “cheiravam a nitrato” e vislumbravam a constituição de um protetorado no Peru – foi celebrado pelo correspondente. De acordo com este, o ministério formado após a posse

51. Retrospecto do ano de 1881 – América. *Jornal do Commercio*, 24/1/1882.

52. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 5/3/1882.

do presidente Chester A. Arthur chamou a atenção para o “estado pouco desejável em que se achavam as relações com a América do Sul”. O chefe de Estado, por sua vez, ordenou prontamente que se abandonasse a chamada “política brilhante de Mr. Blaine”.⁵³ Esse político foi retratado pelo *Jornal* como um “homem de atos inesperados e pouco escrupulosos”,⁵⁴ reconhecidamente talentoso, porém destituído de tudo o mais que “constitui um bom ministro de estrangeiros”.⁵⁵

Quanto à ampliação de mercados no continente, o órgão de imprensa manteve uma posição firme e pragmática, sustentando que os Estados Unidos queriam o impossível, “propondo alta proteção e ao mesmo tempo procurando impingir-nos mercadorias altamente protegidas”.⁵⁶ O periódico fluminense criticou em várias oportunidades a política protecionista e alertou o governo brasileiro acerca da unilateralidade da proposta estadunidense:

Enquanto os Estados Unidos mantiverem as suas tarifas atuais, isto é, enquanto for caro o produto de sua manufatura, não poderão competir com a Europa [...] o Brasil que tem relações muito íntimas com o comércio europeu, não se deve deixar iludir com estas ideias de *zollverein* americano. O que nós devemos querer é o verdadeiro comércio livre, internacional, o *zollverein* de todo o mundo.⁵⁷

Segundo o diário, o protecionismo era expressão do egoísmo nacional, um aspecto que se ligava ao instinto de guerra e por meio dessa política os Estados Unidos construíam em torno de si uma

53. *Ibidem*.

54. *Ibidem*.

55. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 30/1/1882.

56. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 30/9/1884.

57. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 19/5/1888.

“grande muralha chinesa sob a forma de tarifas”. Apesar de essa política proporcionar aos produtos norte-americanos “*free trade* no interior do seu pujante país”, se essa nação não mudasse a sua política alfandegária dificilmente teria sucesso na expectativa de formação de um “*free trade* americano à custa do comércio europeu”.⁵⁸ O correspondente do *Jornal* observou que essa disparidade era o ponto fraco essencial da I Conferência Americana. Em sua opinião:

não houve, jamais, dúvida sobre o resultado desta conferência, quanto a seu objeto primordial. Os leitores do *Jornal* sabem que sempre sustentei que estes arranjos só eram possíveis no caso menos utópico de perfeita liberdade de tráfego entre todas as nações interessadas. Mas querer, por meios artificiais, aumentar a exportação desse país, que importa mais do que exporta; querer fomentar a saída de gêneros caros – e que não podem deixar de ser caros por serem manufaturados sob o regime do protecionismo – isto é um absurdo econômico.⁵⁹

Os “grandes propósitos e grandes utopias” da reunião dividiam os participantes: os incrédulos só enxergavam o desejo desse país em aumentar o seu comércio à custa do da Europa; outros acreditavam que Blaine tinha em vista apenas acentuar a influência política estadunidense nos outros países do continente.⁶⁰ Diante de tais questionamentos, mesclando mais uma vez declarações fortes com outras mais amenas, o correspondente afirmou que não se assinalava mais nos Estados Unidos o desejo de imiscuir-se nos negócios dos vizinhos, pois já havia passado a época em que se queria S. Domingos, Cuba, o Canadá, o México e até mesmo o Amazonas. Para ele, os norte-americanos tampouco desejavam “campear de

58. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 25/5/1889.

59. Exterior – Conferência de Washington. *Jornal do Commercio*, 11/11/1889.

60. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – A Conferência de Washington. *Jornal do Commercio*, 31/10/1889.

Dom Quixote da paz e de protetores das repúblicas hispano-americanas”, pois tinham consciência de que seus serviços seriam “mais valiosos quando solicitados espontaneamente”.⁶¹

O correspondente do *Jornal* em Nova York cogitou a fixação de um tratado de reciprocidade entre o Brasil e os Estados Unidos, pois acreditava que a permuta seria o melhor meio de se consolidarem as boas relações comerciais entre os dois países. No entanto, tal acordo deveria ser feito com base em um estudo apurado, uma vez que o produto brasileiro de exportação mais importante, o café, já entrava naquele país livre de impostos e a recíproca demandaria do Brasil sacrificar muitos direitos de importação. Outro dado a ser observado era, novamente, o exacerbado protecionismo estadunidense, pois, de acordo com o correspondente, o Brasil não comprava mais produtos norte-americanos porque estes eram caros, o que tornava “impossível remediar as relações comerciais sem uma mudança no sistema financeiro dos Estados Unidos”.⁶²

Bem diferente do idealismo e romantismo acerca das relações internacionais (Bueno, 1995, p.24) manifestados pelos republicanos de *A Província de São Paulo*, o diário fluminense manteve uma postura pragmática e crítica sobre o pan-americanismo, que se ligava estreitamente com a política adotada pela Monarquia. Esse exame, porém, não ignorava a importância daquele mercado para o principal produto brasileiro e, por esse motivo, o incremento das relações comerciais entre os dois países por meio de um tratado bilateral foi cogitado pelo periódico, ainda que de maneira bastante cautelosa. Algumas declarações mais amenas em meio ao receio de uma intervenção norte-americana nos países ao sul do rio Grande e a atribuição desta unicamente à pessoa de Blaine também podem ser atribuídas ao desejo de manutenção das boas relações com a “grande nação da América do Norte”.

61. Ibidem.

62. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 23/9/1884.

A sociedade norte-americana também mereceu destaque no *Jornal*. Grande quantidade de cartas do correspondente em Nova York narravam por meio de crônicas, o cotidiano daquela república. A liberdade civil, política, de trabalho e religiosa, bem como o acentuado desenvolvimento das estradas de ferro, das indústrias e o crescimento da população imigrante acentuavam a admiração por aquele país. Contudo, tal como observado na política e na economia, “nem tudo podia sorrir aos Estados Unidos”,⁶³ assim, os conflitos entre as nacionalidades imigrantes, entre o Norte e o Sul do país, as paralisações operárias e os levantes negros também figuraram nas páginas do diário fluminense, sendo relacionadas, na maioria das vezes, às discussões nacionais.

A inclinação desse periódico para a causa abolicionista tinha como contrapartida a defesa da imigração. Diferentemente do diário paulista, as teorias científicas e raciais não se fizeram muito presentes no discurso desse órgão de imprensa. A propaganda pelo ingresso de estrangeiros no país tinha como função primordial o trabalho na lavoura e, por esse motivo, a proposta do visconde de Sinumbu para o incentivo da imigração chinesa foi aprovada pelo *Jornal*, que durante todo o período analisado fez declarações sobre os benefícios que esses trabalhadores proporcionariam para a produção brasileira, utilizando-se, para tanto, das observações do correspondente em Nova York.

As discussões que culminaram na lei de proibição da entrada de imigrantes asiáticos nos Estados Unidos em 1882 foram muito noticiadas e criticadas pelo diário. De acordo com este, a oposição aos “chins” provinha “somente do elemento mais baixo e demagógico da população”, composta principalmente pelos imigrantes de origem irlandesa. O restante da população norte-americana, “gente séria do Oeste e aqui do Leste” desejava receber os chineses “no mesmo pé de igualdade que recebia o irlandês brutalizado” e os principais órgãos de imprensa da opinião pública se declaravam

63. Retrospecto político do ano de 1878 – Estados Unidos Norte-Americanos. *Jornal do Commercio*, 3/1/1879.

contra o então projeto de lei.⁶⁴ Para o jornal fluminense, os chineses eram tão combatidos justamente porque eram hábeis, “se fossem intelectualmente inferiores aos caucasianos, o perigo seria menor, mas não são. Em comércio é o povo mais fino, mais judicioso e mais ousado do mundo”.⁶⁵

O correspondente combateu também a “notável impertinência” de alguns escritores brasileiros contrários à imigração chinesa, cujos escritos abordavam uma teoria, mas olvidavam os fatos que se passavam nos Estados Unidos. Os argumentos utilizados faziam o correspondente “rir pelos seus erros absurdos”, aos quais se contrapunham o “testemunho de quanta gente tem empregado os chins não só na construção de vias férreas, como nas fábricas, no campo, na horta e nos serviços manuais e caseiros”.⁶⁶ As vantagens da contratação de trabalhadores asiáticos centravam-se no fato de eles aceitarem trabalhos que muitos brancos evitavam e no baixo custo de sua mão de obra.

Em 1875, quando o Peru havia acabado de firmar um tratado de imigração com a China, o correspondente aconselhou o governo brasileiro a fazer o mesmo. Para ele, um influxo de imigração chinesa seria muito útil à lavoura do Brasil e aos próprios imigrantes, “os quais ao fim de cinco anos poderiam voltar, comparativamente ricos à sua terra”.⁶⁷ Essa última declaração deixava implícito que, embora o periódico defendesse a utilização da mão de obra chinesa, a incorporação dessa população à brasileira não era desejada.

Além das discussões em torno dos *cules*,⁶⁸ a imigração foi vinculada ao aumento da criminalidade e mendicância nos Estados

64. Exterior – Correspondência do Jornal do Commercio – Nova York. *Jornal do Commercio*, 8/3/1879.

65. Retrospecto político do ano de 1882 – América do Norte, Central e Repúblicas do Pacífico. *Jornal do Commercio*, 17/1/1883.

66. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 9/5/1879.

67. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 22/9/1875.

68. Forma como eram chamados os imigrantes chineses.

Unidos. O correspondente comentou o crescente número de mendigos, que já inspiravam medidas de repressão e denunciavam alguns inconvenientes do enorme número de estrangeiros que adentravam o país. O *Jornal* reconheceu que entre as desvantagens imediatas da corrente imigratória estava a “abundância de gente ociosa, vadia e onerosíssima”, que causava distúrbios em vários ramos da sociedade norte-americana, por exemplo, entre os operários, que, de acordo com o periódico, adotaram certa tendência socialista, motivados por imigrantes alemães – “homens que Bismark expulsou de sua terra e que vêm para aqui exercer o seu negócio sob a proteção da liberdade americana”. Contudo, não considerava que a extraordinária imigração que invadia os Estados Unidos devesse ser condenada, pois era em consequência dela que aquela nação era opulenta e grandiosa.⁶⁹

Outro aspecto presente nas correspondências de Nova York sobre a sociedade estadunidense foram os resquícios do conflito entre o Norte e o Sul do país, tendo como pano de fundo a questão da abolição da escravidão. Até o final da década de 1870, o *Jornal* afirmava que os Estados Unidos desfrutavam de uma “tranquilidade relativa”, pois ainda se faziam sentir as consequências da revolução social e da revolução do trabalho produzidas pela emancipação dos escravos e pela entrada destes na sociedade comum, civil e política. De acordo com o correspondente, o contato entre os libertos e seus antigos senhores ainda ocasionava muitos atos de violência. Todavia, apesar de citados, os conflitos raciais não foram explorados com intensidade pelo diário.

A partir do início da década de 1880, notícias sobre o reestabelecimento da harmonia política e entre “as raças” se tornaram mais frequentes no periódico fluminense. Em 1885, o correspondente declarou que, naquela data, o Sul agradecia a derrota na guerra, pois esta o fez desapegar-se de uma instituição ultrajante:

69. Retrospecto político do ano de 1877 – Estados Unidos Norte-Americanos. *Jornal do Commercio*, 2/1/1878.

O Sul errado que andava, cria com fervor que a escravidão era ou devia ser a pedra fundamental do seu sistema e aderiu a essa fé com a pertinência digna de uma causa santa. O Sul foi batido e humilhado e agora como que agradece à fortuna por tê-lo sido. A escravidão seria hoje tão horrorosa ao sul como o fora na Nova Inglaterra. O Sul reconhece que era necessária a força, a espada e o sangue para fazê-lo desapegar de uma instituição que tanto aviltava.⁷⁰

Sem se furtar de informar os leitores brasileiros acerca dos conflitos existentes na república norte-americana após a Guerra Civil, o *Jornal* priorizou na década de 1880 os benefícios advindos da abolição da escravidão, pois, apesar de discordar de uma solução brusca, o diário almejava o fim do trabalho servil no Brasil. Nesse sentido, desqualificou o sistema escravista e teceu vários elogios à utilização da mão de obra imigrante que contribuía para a riqueza e prosperidade daquela nação.

Finalizando a análise do *Jornal do Commercio* sobre a sociedade estadunidense, mencionamos as considerações sobre seus aspectos “morais e intelectuais”. Nesse ponto manifestou-se certa contradição nas declarações do periódico, que algumas vezes creditou o assombroso desenvolvimento econômico norte-americano à força vital e intelectual de seu povo e em outras afirmou que as civilizações moral/intelectual e material caminhavam em direções opostas nos Estados Unidos.

Algumas das explicações apresentadas pelo diário para a diminuição do nível moral da república norte-americana foram a “febre do crescimento físico do gigante americano, a imigração, que fornecia o contingente impuro das camadas inferiores dos povos da Europa e a corrupção mantida em larga escala pela avidez dos espe-

70. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Nova York. *Jornal do Commercio*, 22/9/1885.

culadores políticos”.⁷¹ Nessa mesma linha de raciocínio, o jornal afirmou que, nos Estados Unidos, a preocupação com os interesses materiais dominava tudo; a expansão das forças materiais confundia a imaginação e a atividade e o tempo das grandes massas da população eram empregados exclusivamente na procura da riqueza, o que fazia crescer sobremaneira o reino da cobiça e do egoísmo.

Em uma clara manifestação de oposição ao pan-americanismo – divulgado no Brasil naquela conjuntura pela atuação dos grupos de contestação ao regime monárquico – e de defesa do europeísmo, o *Jornal* declarou que muito tempo deveria se passar até que os Estados Unidos pudessem dar lições no que concernia à vida moral e intelectual dos povos; e no próprio domínio das coisas materiais, tinha mais noções a adquirir do que a dar. De acordo com o diário, no tocante ao progresso real, considerado em todos os sentidos, era a Europa “*que, a despeito de tudo quanto dizem os admiradores do desconhecido*”, caminhava com passo firme e rápido e não tinha nada que invejar da república estadunidense.⁷²

Entre os anos de 1875 e 1889, o periódico fluminense enfrentou o desafio de noticiar os acontecimentos norte-americanos e, conseqüentemente, seu acelerado desenvolvimento econômico, e, ao mesmo tempo, combater a propaganda republicana, que colocava aquele país como modelo a ser seguido pelo Brasil. Por esse motivo, podemos observar ao longo dos anos pesquisados uma mescla de declarações negativas, que se relacionavam com o posicionamento do diário e sua atuação como instrumento de intervenção política na vida nacional, com outras positivas, uma vez que não havia como ignorar os dados econômicos daquela nação. Nesse último aspecto, a importância daquele mercado para o Brasil, a abolição do trabalho escravo e a adoção da mão de obra imigrante, defendidas pelo *Jornal*, também pesaram nas representações da folha.

71. Retrospecto político do ano de 1881 – América. *Jornal do Commercio*, 24/1/1882.

72. *Ibidem*, grifo nosso.

3

ARGENTINA: CONVERGÊNCIAS E RIVALIDADES

As décadas de 1870 e 1880 foram de redefinições econômicas, políticas e sociais na República Argentina. Nesse período, observou-se a superação de uma crise comercial, o acelerado crescimento econômico derivado dos investimentos e do comércio exterior, a consolidação das bases do Estado nacional argentino, o relativo abrandamento das disputas inter-regionais do país, o elevado crescimento populacional, alavancado pela imigração, a urbanização e a melhora nos níveis de educação, moradia e consumo.

Tais fatores chamaram a atenção de alguns setores políticos no Brasil, de modo que o país platino se constituiu em um modelo para os organizadores da república brasileira. De acordo com o historiador José Maria Bello, era mais curta a distância entre brasileiros e argentinos do que entre brasileiros e norte-americanos, também utilizados como exemplo dos benefícios da adoção de um novo regime, uma vez que aqueles descendiam do mesmo tronco étnico, assemelhando-se pela mesma crença religiosa e pelos hábitos, reagindo, pois, de maneira análoga aos aspectos nacionais, principalmente o econômico (Bello, 1969, p.56-8).

Não obstante, as pendências fronteiriças, a corrida armamentista e a disputa por imigrantes colocavam as relações entre o Brasil e a Argentina em constante estado de tensão e agitavam a opinião

pública nacional. A imprensa participou ativamente da discussão dessas questões e contribuiu para concentrar ou dissipar as “nuvens” que se formavam no horizonte¹ do rio da Prata, utilizando-se de uma criteriosa seleção dos acontecimentos, dos pronunciamentos políticos e dos artigos publicados no país vizinho.

Neste capítulo analisaremos de que forma os jornais *A Província de São Paulo* e *Jornal do Commercio* buscaram retratar a República Argentina e como essas representações se prendiam ao corpo de ideias que compunham os repertórios políticos desses órgãos. Nossa hipótese é que as posições ideológicas do periódico paulista contribuíram para a divulgação de um discurso positivo em relação ao país platino, em contraposição à visão negativa recorrente no Brasil quanto às repúblicas hispano-americanas; e que tais considerações repercutiram entre os monarquistas, representados neste trabalho pelo *Jornal do Commercio*. Objetivamos analisar também em que medida as imagens preconcebidas sobre aqueles territórios, arraigadas na identidade nacional, influenciaram a interpretação de ambos os diários.

Tal como no capítulo anterior, optamos por dividir esta seção em duas partes. Na primeira, nos ocuparemos dos acontecimentos compreendidos entre os anos de 1875 e 1889, enfatizando a repercussão destes nos periódicos analisados. Na segunda, abordaremos os temas mais discutidos pelos jornais. Tal proposta justifica-se pelo fato de estes terem dispensado maior espaço para questões que se aproximavam de suas propostas políticas para o Brasil. Assim, muitos eventos foram noticiados sem grande teor opinativo, ao passo que, quando se tratava de temas relacionados aos interesses dos dirigentes dos periódicos, abundaram discussões e opiniões.

1. A expressão “nuvens no horizonte” foi utilizada em inúmeras matérias durante o período abordado, relativas às relações, e possíveis conflitos, entre o Brasil e os demais países americanos, sobretudo a Argentina, e empregada por muitos jornais da época, entre eles, *A Província de São Paulo* e o *Jornal do Commercio*.

A conjuntura político-econômica argentina por meio dos jornais

Após décadas de conflitos entre federalistas e unitários, interior e litoral, em 1862 foi eleito o primeiro presidente argentino após a unificação do país. Com Bartolomé Mitre, a Argentina teve lançadas as bases do Estado nacional e do modelo econômico primário-exportador, consolidado nos anos seguintes. Também no governo Mitre, o país se envolveu na Guerra do Paraguai, aliando-se ao Brasil e ao Uruguai. Paralisado pela guerra, Mitre não pôde manipular a eleição do seu sucessor em 1868, e, assim, a presidência passou a Domingo F. Sarmiento, primeiro de uma série de quatro presidentes de províncias do interior. A eleição de um *provinciano* para a presidência renovou antigas rivalidades e muitos políticos, entre eles Mitre, consideraram esse fato uma ameaça à posição especial conferida a Buenos Aires.²

O problema da sucessão presidencial originou um movimento revolucionário pouco antes de terminar o mandato de Sarmiento. Os chefes dos principais partidos políticos, Bartolomé Mitre e Adolfo Alsina, disputavam a futura presidência, porém encontravam resistências no interior do país. Também estava na disputa Nicolás Avellaneda, ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública de Sarmiento, que formara o Partido Nacional, composto por grupos provinciais contrários ao predomínio dos portenhos e de alguns federalistas. As eleições legislativas realizadas pouco antes demonstraram que o Partido Nacional contava com grande aceitação. Adolfo Alsina, chefe do Partido Autonomista, compreendendo que poderia perder a eleição, decidiu renunciar a sua candidatura e apoiar Avellaneda. Para formalizar a aliança fundiram seus partidos, formando, em março de 1874, o Partido Autonomista Nacional (PAN).

As eleições foram realizadas em abril do mesmo ano, em meio a uma grande tensão política e, como se previa, o candidato do

2. Rock, 1994; Donghi, 1980, 1982; Escudé & Cisneros, 2000.

recém-formado PAN obteve a vitória. Mitre e seus correligionários alegaram fraude e apelaram para as armas, sendo derrotados pelas forças nacionais, comandadas pelo general Julio A. Roca. Ao final da rebelião, o conselho de guerra decidiu pelo fuzilamento dos rebeldes, mas Avellaneda se colocou contra a sentença, dando início em seu mandato a uma política de pacificação interna.

Mitre era um expoente da tese da convergência de interesses entre o Brasil e a Argentina, tendo, inclusive, se aliado ao Império durante a Guerra do Paraguai (Paradiso, 1993, p.39). Esse fator gerou a simpatia d'A *Província* em relação a esse político e ao jornal *La Nación*, seu porta-voz.

A *Província de São Paulo* acompanhou com atenção a prisão e o julgamento de Mitre, e publicou fragmentos de uma carta do ex-presidente argentino, na qual o general justificou-se afirmando ter cumprido um dever ao protestar, com as armas em punho, junto com seus companheiros “contra o falseamento das instituições republicanas, base de todo o poder e de toda obediência, em um país livre”.³ O diário não se manifestou sobre a declaração do ex-aliado na Guerra do Paraguai, mas o fato de não ter condenado a rebelião mitrista indica a concordância com a justificativa da mesma, pois, ainda que mantivesse grandes reservas quanto ao uso das armas, o jornal se posicionou algumas vezes em favor da necessidade de lutar por instituições “livres” e republicanas.

Com a vitória de Avellaneda, Alsina assumiu a pasta da Guerra. No Brasil eram mantidas muitas desconfianças quanto ao novo ministro, pois, de acordo com ambos os jornais analisados, Alsina, o “paladino da guerra”,⁴ não nutria nenhuma estima pelo Brasil, o que motivava suspeitas sobre as intenções de sua nomeação. Apesar disso, *A Província* manteve um tom ameno em relação aos conflitos entre os dois países, publicando notas e artigos de jornais argen-

3. Exterior – Julgamento do general Mitre e seus companheiros. *A Província de São Paulo*, 2/6/1875.

4. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Montevidéu. *Jornal do Commercio*, 15/8/1875.

tinis que concordavam quanto aos prejuízos que uma guerra acarretaria para as duas nações.

A rebelião mitrista evidenciou dois aspectos da unidade argentina alcançada no início dos anos 1860. O primeiro foi que o projeto arquitetado por Mitre possuía incontestavelmente, como princípio básico, a supremacia da província de Buenos Aires; e segundo, mostrou a base sobre a qual se efetuou a unidade nacional: a expansão econômica. No momento em que os criadores de ovelhas e gado buscavam novas terras e comerciantes novos mercados, Mitre conduziu o movimento pela unidade, mas em meados dos anos 1870, durante uma depressão comercial, quando as províncias passaram a disputar recursos escassos, voltou-se novamente à defesa da posição privilegiada de Buenos Aires. Contudo, em 1877, o presidente expôs ao Congresso os termos de sua “política de conciliação”. Avellaneda concedeu anistia aos líderes da revolução de 1874 e convidou Mitre e alguns de seus correligionários para participar do governo. A conciliação enfrentou muita resistência, porém foi bem-sucedida.

A política de conciliação de Avellaneda e seus desdobramentos foram bastante noticiados pelo diário paulista, que salientou seus benefícios para a nação e a “habilidade” do presidente, que, diante de uma rebelião na província de Corrientes, “vendo prestes a desfazer a conciliação pelas intrigas dos partidos em luta, soube salvar a sua autoridade e aparentemente impor o desarmamento à revolução”.⁵

O *Jornal do Commercio*, a princípio, se mostrou reticente quanto à viabilidade de tal política, mas, por fim, aplaudiu os meios empregados pelos dois chefes de partidos para se aproximarem e considerou essa política uma feliz probabilidade de conservação da paz. O correspondente em Buenos Aires percebia as dificuldades em conciliar interesses tão opostos, uma vez que um grande partido nunca renunciaria à sua aspiração de se tornar governo, fosse pelo

5. Exterior – Rio da Prata. *A Província de São Paulo*, 28/3/1878.

voto, fosse pelas armas. A missão de Avellaneda seria, então, inspirar no partido mitrista “confiança na liberdade do voto, persuadi-lo a procurar nela as suas probabilidades de suplantar o adversário, ativando com as suas forças e os seus elementos a vida política do país em prol do progresso”.⁶

A *Província* definiu a década de 1870 como o início de uma nova fase para a república vizinha: se antes predominavam o caudilhismo e o elemento bárbaro, a partir de então, o desenvolvimento econômico, alavancado pelos investimentos externos e as estradas de ferro, assegurava a força do Estado. No *Jornal*, esta inflexão, pontuada por desconfianças, ocorreu apenas no início da década de 1880, o que não o impediu de publicar algumas notas positivas na década anterior. A prisão do caudilho Ricardo López Jordán, em 1876, foi noticiada pelo *Jornal do Commercio* e reproduzida dois dias depois pelo periódico *A Província de São Paulo*:

Como quer que fosse, o resultado forneceu mais uma prova de que mesmo no rio da Prata vai passando o tempo dos caudilhos, o elemento bárbaro desaparece gradualmente, e as estradas de ferro e a organização e armamentos do Exército deram ao governo força tal, que só poderia ser obrigado a ceder perante a vontade decidida e resolução enérgica da grande maioria da nação.⁷

López Jordán, o último dos grandes caudilhos argentinos, dominou a província de Entre Rios após seus seguidores assassinarem Urquiza, ex-presidente da Confederação, em 1870. Durante vários anos, Jordán resistiu às tentativas de Buenos Aires de eliminá-lo, mas em 1876 foi definitivamente derrotado. A partir de então, para os unitários, o caudilhismo se converteu em apenas uma desagradável lembrança de um passado agitado (Rock, 1994, p.178-9). Em um olhar retrospectivo para o ano de 1876, o *Jornal do Commercio*

6. *Jornal do Commercio. Jornal do Commercio*, 8/7/1877.

7. *Gazetinha – Rio da Prata. Jornal do Commercio*, 21/12/1876; *Exterior – Rio da Prata. A Província de São Paulo*, 23/12/1876.

salientou que todas as questões internas que ameaçaram a alteração da ordem pública foram liquidadas com saldo para o governo de Avellaneda, e concluiu que, “se a prudência e a equidade guiarem o governo na direção dos negócios, a República Argentina, rica e feliz, gozará da consideração e estima do mundo civilizado, que vê na paz a mais eficaz garantia do trabalho e a mais genuína expressão dos sentimentos que na atualidade dominam a humanidade”.⁸

Desde 1873, manifestaram-se os primeiros sinais da crise econômica que afetaria quase todos os setores produtivos argentinos durante o restante daquela década. A elevação dos investimentos externos no decênio anterior provocou um aumento nos gastos públicos e nas importações, assim como uma acelerada especulação na compra e venda de terras. Então, quando os fluxos de capitais do exterior começaram a decair, teve início uma grave crise na balança comercial, acarretando uma diminuição dos créditos bancários e, conseqüentemente, restrições ao comércio urbano. A crise afetou vários setores, o governo suspendeu a obtenção de novos empréstimos ao exterior, diminuiu consideravelmente as importações e os gastos públicos, paralisou obras, reduziu o número e os salários de funcionários e aprovou nova lei aduaneira em 1876. A partir daquele ano, a balança comercial começou a dar sinais de melhoria, adquirindo seguidamente saldos positivos. Em 1879, a crise já estava quase superada, abrindo caminho para uma expansão econômica sem precedentes na história argentina.

Durante os anos de crise, esboçou-se a proposta de uma política industrial-protetionista na Argentina. Porém, esse movimento de nacionalismo econômico estava destinado a declinar rapidamente, em favor da lógica de um processo de crescimento baseado nas exportações agropecuárias, que se consolidou a partir da década de 1880. Assim, a Argentina se inseriu na economia mundial como um dos principais provedores de cereais e carnes congeladas, rece-

8. Retrospecto político do ano de 1876 – República Argentina. *Jornal do Comercio*, 4/1/1877.

bendo, em contrapartida, capitais, mão de obra, produtos manufaturados, ideias e estilo de vida (Paradiso, 1993, p.27).

Os embaraços econômicos pelos quais a Argentina passou na década de 1870 foram noticiados por meio de notas curtas pelo jornal *A Província*, que, a respeito da crise, conferiu maior ênfase ao funcionamento das instituições republicanas, salientando as medidas do Congresso para a melhoria da economia e o fato de o governo argentino ter pagado os juros da dívida, mesmo diante das dificuldades financeiras.

O *Jornal do Commercio*, por sua vez, carregou nas tintas ao descrever as dificuldades financeiras enfrentadas pela República naquele momento. O diário afirmou diversas vezes que, por mais que os escritores se esforçassem em pintar a situação com cores menos assustadoras, eles eram desmentidos eloquentemente pelos fatos, que encaminhavam o país fatalmente para o abismo:

Cada dia mais se evidencia a ruína total, e não deparamos auxílio algum que possa salvar este país da miséria completa, da desorganização mais espantosa que talvez tenha se dado na América Meridional, na segunda parte deste século. Não têm faltado projetos salvadores, mas todos têm se desvanecido diante da indiferença pública ou dos interesses bastardos, como os vapores da manhã se dissipam como o sopro do vendaval.⁹

O governo Avellaneda foi marcado também por uma forte tensão nas relações com o Brasil devido aos tratados entre a Argentina e o Paraguai após o término da guerra da Tríplice Aliança. A primeira tentativa de solucionar definitivamente a regulamentação das fronteiras argentinas e paraguaias ocorreu em 1875, por meio do Tratado Tejedor-Sosa, assinado no Rio de Janeiro. Jaime Sosa, plenipotenciário paraguaio, concordou com os termos argen-

9. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 7/5/1876.

tinhas cedendo-lhes os territórios requeridos em troca da retirada das tropas argentinas e brasileiras do país. No entanto, o Império reagiu rapidamente, alegando que o tratado de aliança previa a manutenção da independência e a integridade paraguaia, condenando a anexação de territórios paraguaios pela Argentina. Além disso, segundo alguns parlamentares brasileiros, seria uma desonra para o país se uma guerra que ele custeou resultasse na ampliação do território argentino, com perigo para a sua segurança e para o equilíbrio da balança de poder na América do Sul (Cervo, 1981, p.124). Diante da oposição brasileira, a tensão aumentou e uma guerra entre Brasil e Argentina, ex-aliados na Tríplice Aliança, parecia próxima.

Os receios de um conflito armado foram fortalecidos pelas controvérsias que ambos os países mantinham a respeito do território que havia sido ocupado pelas missões jesuíticas e dos rios que delimitavam as respectivas soberanias naquele local. As negociações, iniciadas em 1857 e logo interrompidas, foram retomadas nas décadas de 1870-1880 e só definitivamente resolvidas por meio do laudo arbitral do presidente norte-americano Grover Cleveland, em favor do Brasil, no ano de 1895.

Em meio às tensões em relação às negociações fronteiriças decorrentes do final da Guerra do Paraguai, *A Província* publicou um longo editorial sobre quão desastroso seria um conflito armado, tanto para a Argentina quanto para o Brasil, uma vez que ambos os países ainda sentiam fortemente as consequências da guerra contra Solano López. E concluiu com uma crítica à política exterior brasileira no tocante às repúblicas vizinhas, julgando-a “ingloriosa, perniciososa aos nossos interesses, ofensiva aos nossos brios de povo inteligente”. Segundo o jornal, decididamente outro deveria ser o rumo da política brasileira nas questões daqueles povos.¹⁰ *A Província* marcava, assim, o desejo de redefinição da política externa nacional também para as nações sul-americanas, por meio

10. *A Província de São Paulo. A Província de São Paulo*, 6/6/1875.

da condenação do intervencionismo adotado por décadas naqueles territórios.

O *Jornal do Commercio* tratou desse tema à exaustão, sob o viés da rivalidade entre os dois países e os receios quanto a uma possível expansão territorial argentina. De acordo com o periódico, o Brasil não desejava a guerra, porém dependia do governo argentino agir para que a pendência em relação ao tratado de limites chegasse ao final com uma solução “justa” e pacífica para todas as partes. Observou-se uma forte vinculação desse diário com a concepção geopolítica adotada pelo Império, o que motivou críticas duras à República Argentina e à atuação do ministro plenipotenciário Carlos Tejedor, conforme veremos mais adiante.

Parte considerável das notícias internacionais publicadas no Brasil baseava-se em artigos de jornais estrangeiros chegados ao país via pacote e selecionados a critério de cada órgão de imprensa nacional. Dessa forma, *A Província* se utilizava de fragmentos de jornais argentinos que se mostravam “superiores aos preconceitos nutridos contra o Brasil”, e que “combatiam a propaganda de ódio aos brasileiros”,¹¹ tais como o *La Pampa*, o *La Nación*, e a *Tribuna*. A “Crônica Política” publicada em 1º de abril de 1875, composta por trechos de vários jornais argentinos, mostrou-se emblemática nesse sentido e demonstrou claramente o tom conciliatório empregado pelo periódico, que se manifestou não só em relação às tensões do ano de 1875, mas durante todo o período analisado.¹² De acordo com a crônica, o jornal *La Pampa* advertia as autoridades argentinas sobre a necessidade de estas desfazerem os falsos boatos e te-

11. Crônica Política – Argentina. *A Província de São Paulo*, 1º/4/1875.

12. Nem mesmo durante as tensões e do risco de guerra decorrentes das negociações sobre o território de Palmas ou Missões, em litígio entre os dois países por décadas, e que culminaram na definição de um tratado de arbitramento no ano de 1889, o jornal paulista abandonou sua proposta. Embora o tema causasse grande celeuma na opinião pública nacional, o jornal pouco se manifestou, e quando o fez apelou para que a diplomacia atuasse a fim de desfazer “as nuvens que ameaçam tão grande tempestade”. Cf. Guerra. *A Província de São Paulo*, 29/7/1887.

mores de guerra que tomavam vulto em parte da imprensa de ambos os países. Fragmentos do periódico argentino *Tribuna*, publicados no mesmo dia, referindo-se às fortificações militares na ilha Martin Garcia, alegavam que elas ligavam-se à defesa do território e não a projetos de agressão, e que não havia “razão alguma para que se apresentasse carregado de nuvens o horizonte de nossas relações com o Brasil”.¹³

Para o *Jornal do Commercio*, apenas o *La Nación* demonstrava maior sensatez no tocante às relações com o Brasil. Segundo o diário fluminense, a *Tribuna*, ao declarar que “não havia motivos para se acreditar em um rompimento com o Brasil”, desejava apenas matizar sua visão sobre o Império, pois o fez “em meio a provocações”, para voltar logo em seguida ao tom belicoso.¹⁴ As declarações da imprensa argentina motivaram grandes discussões nas cartas do correspondente do *Jornal* em Buenos Aires. Diferentemente do periódico paulista, que selecionava as publicações – ou fragmentos – que privilegiavam a convergência entre os países, a folha fluminense deu publicidade às divergências e aos ataques jornalísticos da república vizinha. Contudo, reconhecia os exageros de alguns órgãos de imprensa. Repetindo um trecho da mensagem de Sarmiento ao deixar o governo, declarou que, “se todas as frases pomposas estampadas em letras redondas se traduzissem por fatos, esta América meridional já seria um vasto cemitério em que só haveria montões de ossos para revelar que aqui viveram as nações mais belicosas e valentes do mundo”.¹⁵

Não obstante as tensões entre Brasil e Argentina, um tratado definitivo foi referendado em 1876, tendo como pano de fundo a crise do regime monárquico brasileiro e o desejo argentino quanto à resolução, com o intuito de consolidar sua posição diante do Chile,

13. Crônica Política – Argentina. *A Província de São Paulo*, 1^a/4/1875.

14. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 6/7/1875.

15. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 18/8/1875.

com o qual a Argentina também possuía pendências lindeiras. O novo tratado – Irigoyen-Machain – submetia o território em litígio ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos e autorizava a retirada das tropas de ocupação do território paraguaio. Em 1878, o presidente norte-americano, Rutherford Hayes, emitiu parecer favorável ao Paraguai, concedendo-lhe a área disputada com a Argentina, entre os rios Pilcomayo e Arroyo Verde. Esses acontecimentos não mereceram mais do que notas curtas do diário *A Província de São Paulo*. O *Jornal*, por sua vez, detalhou o desenlace da questão e regozijou-se pelo fato de a resolução se dar “sem armas e sem soldados, sem dinheiro e sem sangue, sem vitórias e nem derrotas, com honra para todos, sem desaire para ninguém, com o triunfo da justiça e manutenção da paz, na feliz exigência da civilização do nosso século”. Felicitou também o governo brasileiro pela escolha do representante “que com tanto êxito soube desempenhar a sua missão”, e parabenizou Bernardo de Irigoyen, plenipotenciário argentino que “demonstrou que pode ser bom republicano sem desprezar as regras de cortesia”.¹⁶

Enquanto a economia motivava relações comerciais privilegiadas da Argentina com a Europa, a agenda diplomática do país manteve o contexto americano como lugar preponderante devido aos litígios limítrofes com as nações vizinhas. Destes, o mais grave foi travado com o Chile. Combinando ciclos de hostilidade e de relativa distensão, as contendas a respeito da região da Patagônia e do estreito de Magalhães se estenderam por mais de três décadas. Naquela conjuntura, teorias sobre uma possível aliança entre o Chile e o Brasil contra a República Argentina alimentaram hipóteses de guerra e as pautas da política militar do país. Acreditava-se que uma aliança seria uma tendência natural das diplomacias de Santiago e Rio de Janeiro, em contrapartida às manifestações de aproximação entre a Argentina, Bolívia e Peru, que deram lugar à teoria

16. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 18/2/1876.

de um “sistema cruzado” de equilíbrios sul-americanos (Paradiso, 1993, p.28-9, 38).

Essas querelas fronteiriças repercutiram desfavoravelmente sobre a economia do país, pois entre os anos de 1875 e 1881 os investimentos militares corresponderam a cerca de 21% dos gastos totais argentinos. A dinâmica da paz armada se impôs à região, acometida por constantes tensões que pareciam irremediavelmente destinadas a desembocar em uma guerra (idem, p.30). De acordo com Paradiso, foi em torno desse tema que a classe dirigente argentina mostrou maior diferença de critérios, expressa em conceitos opostos a respeito do interesse nacional, da condução da política exterior, da paz e da guerra. Os debates desse período colocaram frente a frente idealistas contra realistas, pacifistas contra belicistas, os que defendiam a prioridade do comércio contra os partidários de uma política de poder e influência (idem, p.31). No entanto, tal como ocorreu no Brasil, no último quartel do século XIX, a conjuntura político-econômica argentina favoreceu as posições daqueles que propunham a solução negociada dos conflitos.

Com a proximidade de uma nova disputa eleitoral em 1880, iniciou-se a corrida de diversas candidaturas à presidência. Julio Roca, que havia ganhado prestígio após comandar a “Conquista do Deserto”,¹⁷ recebeu o respaldo de influentes setores bonaerenses, de algumas facções dos autonomistas, de proprietários de terras e de governos provinciais. Os partidários da política de conciliação encabeçaram a candidatura do governador da província de Buenos Aires, Carlos Tejedor. Consequentemente, este obteve o apoio da outra porção dos autonomistas, com peso na cidade e na província de Buenos Aires.

A tensão entre os dois candidatos e seus respectivos grupos de apoio já se manifestava desde 1879, com o crescente armamento das milícias provinciais. O ponto culminante se deu pela diver-

17. A Conquista do Deserto, ou Campanha do Deserto foram ações militares que buscaram, essencialmente, expulsar os índios da região localizada ao sul de Buenos Aires para incorporar as terras da região.

gência quanto ao destino das novas terras obtidas por meio da Campanha do Deserto. Para conservar a lealdade das províncias do interior, Avellaneda e Roca propuseram colocar as novas terras sob a jurisdição nacional e posteriormente reparti-las aos veteranos da campanha, excluindo assim pessoas influentes da região portenha. Tejedor, por sua vez, pretendia incorporar os novos territórios à província de Buenos Aires. A ascensão política de Roca alarmava essa província, que via ameaçada sua tradicional hegemonia.

A situação se deteriorava à medida que se aproximavam as eleições. Confirmado o triunfo de Roca, Tejedor se rebelou. Avellaneda e parte da Câmara dos Deputados, do Senado e da Suprema Corte de Justiça, se instalaram em Belgrano, proclamando aquele território sede temporária do poder e marcando o início da luta para combater a insurreição liderada pelo governador de Buenos Aires. A guerra civil se estendeu até meados de 1880, quando chegou ao fim após vários combates, negociações e a renúncia de Tejedor. O processo foi concluído em setembro daquele ano, quando o Congresso sancionou a lei de federalização da cidade de Buenos Aires, separando-a da província e convertendo-a em capital federal da República. Outras medidas foram tomadas para destituir a província de seu *status* privilegiado, tais como a abolição do seu exército permanente e o fim da autorização para a emissão de dinheiro. Em consequência desses acontecimentos, iniciou-se a construção de uma nova sede do poder provincial, a cidade de La Plata, fincada a cerca de cinquenta quilômetros da antiga.

A *Província de São Paulo* noticiou os desentendimentos entre o poder nacional e a província bonaerense e criticou a ação do Estado central, que “acentuava o seu propósito de tratar Buenos Aires como um país conquistado”.¹⁸ O diário classificou a ação como “decapitação” da província¹⁹ e declarou que Buenos Aires ficou reduzida à impotência, pois a intervenção nacional tomou para si o

18. Revista estrangeira – Repúblicas do sul da América. *A Província de São Paulo*, 17/7/1880.

19. Revista estrangeira. *A Província de São Paulo*, 1^a/9/1880.

governo daquela província e se apossou dos elementos constitutivos de sua força.²⁰ Contudo, as críticas não foram além dessas afirmações, pois, antes de tudo, o periódico privilegiava os dados do comércio, da imigração, da instrução pública, da malha ferroviária, entre outros elementos, que colocavam o país platino no lugar imediatamente abaixo dos Estados Unidos no continente americano.²¹ O *Jornal do Commercio* também chamou a medida de “decapitação” da província, e foi além, afirmando que os meios empregados para tornar aquela cidade a capital nacional demonstravam que o governo argentino não queria a harmonia constitucional, o que fazia crer que o general Roca governaria uma ditadura.

De acordo com Túlio Halperín Donghi (1982, p.138-41), a presidência Roca, compreendida entre os anos de 1880 e 1886, marcou uma nova etapa na história argentina, iniciada a partir da consolidação do Estado nacional e do modelo econômico primário-exportador adotado nas décadas anteriores:

Aqueles que viveram, viram nos eventos de 1880 a linha divisória da nova etapa da história argentina. Em 1879 foi conquistado o território indígena; essa presença que havia acompanhado toda a história espanhola, independentemente das comarcas platenses, por fim se desvanecia. No ano seguinte, o conquistador do deserto era presidente da nação, depois de vencer a suprema resistência armada de Buenos Aires, que via assim perdido o último resto de sua passada primazia entre as províncias argentinas. A vitória das armas nacionais tornou possível separar a capital da província, cujo território foi federalizado [...] Além da vitória do interior, do qual era oriundo (filho de uma família tucumana de história complicada e lealdades políticas divididas), o triunfo de Roca era o do Estado central [...] A nova etapa da história argentina não havia começado em 1852, esta só começou em 1880.

20. Exterior – Rio da Prata. *A Província de São Paulo*, 10/9/1880.

21. Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*, 19/5/1889.

A consolidação do Estado nacional, a superação da crise comercial e a melhoria da situação europeia, entre outros fatores, abriram à Argentina uma nova era de oportunidades. Os investimentos estrangeiros, sobretudo britânicos, aumentaram de maneira sem precedentes, principalmente no setor de transporte. A extensão das vias férreas, por exemplo, passou de 2.500 quilômetros em 1880 para 9.360 em 1890. Naquele decênio, a população do país duplicou. O fluxo imigratório, que já era grande nas décadas anteriores, atingiu a cifra de 850 mil pessoas, alavancando todos os setores produtivos do país. Os ganhos com o comércio exterior se elevaram significativamente. Medidas referentes à educação e aos direitos civis – tais como a instituição do ensino público e do matrimônio civil – também impulsionaram o desenvolvimento do país, que se tornou, naquela década, o mais próspero da América Latina.

Esses dados motivaram uma série de comparações entre o Brasil e a Argentina, realizadas pelo diário *A Província*, que apresentava, entre outros elementos, a adoção do regime republicano pelo “gigante da América do Sul” como o caminho para o progresso, tal como trilhado pelo país vizinho.

Como dito anteriormente, a década de 1880 marcou uma inflexão do periódico fluminense em relação à Argentina. O crescimento econômico daquela república, o afluxo de imigrantes, as negociações das questões fronteiriças e as demonstrações de cordialidade entre os dois países naquela década acarretaram um aumento considerável das declarações positivas sobre o país vizinho. Contudo, o *Jornal* não se descuidou da discussão em torno dos sistemas de governos e, tal como ocorrido com os Estados Unidos, as considerações a respeito da Argentina refletiram essa preocupação.

No ano de 1886, Roca foi substituído pelo presidente Juárez Celman, cujo governo foi apelidado por opositores de *unicato*, ou seja, governo de um homem só. O presidente iniciou uma nova etapa quanto aos investimentos estrangeiros e obteve grande êxito a princípio. Porém, um resultado de seu programa foi a crise de 1890, quando o país se viu novamente à beira da bancarrota e da revolução. De acordo com Bello, nem mesmo os resultados do in-

flacionismo da administração Juárez Celman abalaram entre os republicanos brasileiros a confiança na “milagrosa força do regime político de Buenos Aires” (Bello, 1969, p.58). Esse aspecto foi confirmado por meio da análise do jornal *A Província de São Paulo*, que durante todo o período buscou salientar os elementos positivos da Argentina.

A abordagem a seguir, como no capítulo anterior, será pautada pelos temas estabelecidos pelos próprios órgãos de imprensa, destacando assim suas prioridades no tocante à seleção dos fatos publicados e mais intensamente debatidos, os quais denotam os interesses específicos dos grupos dirigentes dos diários.

“Lições aproveitáveis”²²

As posições do periódico paulista sobre a Argentina seguiram um caminho mais complexo do que o observado em relação aos Estados Unidos, pois pesavam sobre elas as rivalidades políticas, o temor expansionista, os litígios fronteiriços, as imagens negativas construídas sobre as repúblicas hispano-americanas e a menor taxa de intercâmbios comerciais. Porém, o elevado crescimento econômico, o aumento populacional alavancado pela imigração, o alto índice de alfabetização, as semelhanças quanto ao passado colonial ibérico e, conseqüentemente, quanto à filiação “latina” de brasileiros e argentinos, colocavam o país platino como um modelo de organização para os republicanos d’*A Província de São Paulo*.

A partir da análise dos editoriais do jornal paulista, constatamos a presença frequente de comparações entre a Argentina e o Brasil, sempre em detrimento deste, principalmente em temas que envolviam as propostas do diário para o país, tais como a forma de governo, o liberalismo econômico, os incentivos à imigração e a

22. Lições Aproveitáveis. *A Província de São Paulo*, 15/1/1884. Editorial referindo-se aos dados do até então último recenseamento da Confederação Argentina.

instrução pública. Outro elemento que constituiu o discurso d'A *Província* em relação à Argentina foi o tom ameno diante das tensões políticas que envolveram as duas nações no último quartel do século XIX. Ainda que algumas visões negativas se fizessem presentes nas publicações do diário, prevaleceram as representações positivas da república vizinha.

De acordo com *A Província*, os Estados Unidos eram o modelo ideal de organização política, mas, em consonância com as teorias científicas em voga no período, o jornal reconhecia que aquele país possuía em favor do seu progresso a “composição biológica” de sua população.²³ Assim, utilizou-se em grande medida a comparação com a República Argentina, nação que em muitos aspectos se assemelhava ao Brasil, mas que, devido às suas instituições políticas, progredia consideravelmente mais que este.

A Província de São Paulo afirmou reconhecer que as instituições argentinas ressentiam-se de vícios condenados pela escola democrática, mas acrescentou que “quem estuda com imparcialidade a marcha desse Estado americano não pode deixar de confessar que ele tem progredido extraordinariamente”.²⁴ O diário republicano propôs-se a fazer esse “estudo imparcial” sobre o país vizinho, a fim de apresentar aos seus leitores os progressos daquela república, derivados, sobretudo, de sua forma de organização política.

O desenvolvimento almejado pelos dirigentes d'A *Província* passava, incontestavelmente, pelos exemplos frutíferos do continente. De tal forma que o Brasil, até então de costas para a América (Prado, 2001, p.128), deveria agora mirá-la de frente, pois era no contexto americano que o país encontraria o caminho para o progresso.

23. A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*, 28/1/1875. Ressaltamos a importância conferida às teorias sobre as diferenciações entre os povos de descendência latina e anglo-saxônica ao final do século XIX e início do XX, conforme apresentamos no capítulo anterior.

24. *Ibidem*.

Segundo o diário, as explicações para as disparidades entre os dois países centravam-se nas instituições adotadas por ambos e na virtude dos políticos argentinos, que não perdiam o seu tempo, ocupando-se com projetos que visavam ao desenvolvimento do nacional.²⁵ Assim, artigos sobre as deliberações do Congresso argentino eram constantes no jornal, acompanhados, na maioria das vezes, de críticas à situação brasileira, como podemos observar no editorial assinado por Rangel Pestana:

É bom que em todo o império se fique conhecendo bem o desenvolvimento da República Argentina.

O parlamento dessa nação *americana, tão nova como a nossa, da mesma raça latina, com a mesma tendência para a oratória palavrosa*, oferece-nos, entretanto, no funcionamento do seu parlamento, um exemplo admirável. Até nisso o confronto nos é desfavorável. Aquele povo espanhol faz menos uso da retórica parlamentar e apresenta mais atos positivos de direção social que as nossas duas câmaras.²⁶

Pestana afirmava que os dados positivos sobre a política e a economia argentinas, que o periódico divulgou naquela data, haviam sido publicados anteriormente por outro jornal brasileiro, de cunho conservador, que não havia dado a devida importância àqueles números, embora, “com toda a certeza tenha ficado impressionado”,²⁷ e continuou:

A leitura dos trabalhos do Congresso Argentino deve entristecer os monarquistas que procuram sempre comprometer aquela nação aos olhos do povo brasileiro.

25. Correspondência argentina. *A Província de São Paulo*, 21/8/1887.

26. Pestana, Rangel. Notas e Respigas. *A Província de São Paulo*, 12/10/1883, grifo nosso.

27. *Ibidem*.

De fato, o confronto *mostra a nossa inferioridade intelectual*, perfeitamente comprovada nos atos do Legislativo das duas nações.

Enquanto aqui se discute, com grande expansão de fingido amor à liberdade [...] lá tratam, com verdadeiro patriotismo, de projetos relativos a estradas de ferro, canais, represas e pontes, fundação de colônias nos territórios nacionais, construção de edifícios para escolas normais e cais, e merecem atenção o registro civil, as exposições industriais, edifícios para imigrantes, etc.

Ora, é força confessar, que assim o parlamento representa a atividade nacional.

O nosso – representa... a confraria dos pedintes, preguiçoso no tocante às grandes questões de interesse nacional e só ativo quando se move ao impulso dos poderosos patrões com força para fazer deputado.²⁸

No editorial, o periódico fazia críticas duras aos políticos brasileiros. Entretanto, chamou-nos a atenção o novo olhar lançado à república platina, na maioria das vezes representada negativamente no Brasil, dadas as rivalidades que haviam permeado as relações entre os dois países. Mais que representar positivamente o país vizinho, o jornal afirmou que o confronto com aquela nação salientava a “inferioridade intelectual” brasileira, rompendo assim, definitivamente com o senso comum sobre a superioridade monárquica diante das repúblicas hispano-americanas. Em outra passagem, sobre a instituição do casamento civil na Argentina, essa interpretação foi ratificada:

Na comparação de fatos dessa ordem *reconhece-se a grande superioridade moral das outras nações americanas sobre o império*. Os homens dirigentes da República Argentina julgaram de necessidade regular civilmente o casamento e lá está a lei aprovada tendo

28. Ibidem, grifo nosso.

havido longo debate e francas manifestações de opiniões contrárias. Cá no império dos Bragança todos os projetos referentes à liberdade de cultos são asfixiados nas pastas das comissões que se receiam da impopularidade.²⁹

A *Província* se esforçou para desfazer as imagens preconcebidas em relação ao país vizinho, sublinhando, repetidas vezes, que embora os políticos brasileiros e a imprensa monarquista objetivassem fazê-lo passar por um território anárquico, a realidade salientava os seus progressos, ao passo que o Brasil, à sombra da monarquia, permanecia estagnado:

Ainda há muita gente para quem a República Argentina não passa de um povo de corrilheiros. É mais fácil conservar a memória de pequenas revoltas aumentadas pela letra dos telegramas, do que arquivar as grandes medidas de ordem econômica e liberdade social, que aquela República põe em prática.³⁰

Veremos por aí que a *Republiqueta* vai tomando a posição de acentuado contraste confrontada nessa relação com o nosso conhecido e crônico descalabro, fato ainda bem recentemente comprovado pela palavra oficial do nosso ministro da Fazenda, o sr. Paranaguá.³¹

O diário declarava que as imagens negativas divulgadas no Brasil sobre a Argentina eram frutos do desconhecimento e da indiferença dos homens públicos e de parte da imprensa brasileira a respeito das motivações dos seus movimentos políticos e criticava o “falso juízo” que se formava no país em decorrência desses elementos:

29. Mais um confronto. *A Província de São Paulo*, 7/10/1888, grifo nosso.

30. Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*, 19/5/1889.

31. Finanças Argentinas. *A Província de São Paulo*, 19/5/1883, grifo do jornal.

Grande parte da imprensa monarquista e mesmo alguns jornalistas democratas costumam negar às repúblicas sul-americanas a justiça a que têm direito. A Confederação Argentina, por exemplo, raras vezes merece atenção dos jornais brasileiros e seu progresso não é estudado por nós. Vai nisso um erro de nossa parte com os vizinhos americanos.

Parece que em regra os homens públicos no Brasil preferem fazer aquela nação passar aos olhos do povo como uma república convulsionada pelas ambições pessoais, como uma terra onde a anarquia arraigou, velando então a verdade que seria mais importante conhecermos, podendo dar valor exato ao seu progresso e riquezas.

Esses movimentos enérgicos da opinião ali não são estudados e explicados aos nossos compatriotas apáticos e indiferentes ao governo da sociedade em que vivem. Daí vem o juízo falso que se forma entre nós das agitações na República Argentina.³²

Segundo o diário paulista, o desenvolvimento argentino, ainda que desprezado pelos monarquistas, não era ignorado no Brasil. E até mesmo a imprensa de cunho conservador reconhecia o “imenso desenvolvimento das forças econômicas e a grande absorção das ideias mais adiantadas da Europa e da América” pelas repúblicas hispano-americanas, notadamente Argentina e Chile.³³

Em 31 de março de 1881, *A Província* publicou um editorial a respeito das considerações do periódico *Cruzeiro* sobre o crescimento econômico das repúblicas vizinhas. Esse jornal fluminense, de posição conservadora, declarou que, após a Guerra do Paraguai, os brasileiros puderam conhecer que “ao lado de fórmulas arbitrárias e da falta de garantias individuais, dissensões políticas e lutas de facções – nessa Idade Média republicana”, havia grande desenvolvimento nas repúblicas platinas. A explicação do *Cruzeiro* para esta “aparente contradição” estaria no fato de que, os “germes da

32. A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*, 2/6/1880.

33. S. Paulo, 30 de março. *A Província de São Paulo*, 31/3/1881.

prosperidade” existiam em vários países, com as mais contraditórias formas de governo – não sendo mais resultante de uma forma específica de organização, como afirmavam os teóricos políticos do século XVIII; o ponto central seria adaptar os governos ao grau de habilitações de suas populações e produzir, pela harmonia de interesses, as condições de paz e estabilidade ativa e progressista. Por este motivo podiam-se encontrar exemplos de prosperidade na América hispânica.³⁴

Em conclusão, o *Cruzeiro*, “fiel à sua índole antirrepublicana”, afirmava que o Brasil possuía a forma de governo mais apropriada às suas condições sociológicas e apenas faltava-lhe transformá-la de um ideal para uma realidade prática. No entanto, segundo *A Província*, essa afirmação era um “monstruoso absurdo”, refutado tanto em nome de suas opiniões sobre o futuro do Brasil quanto “em nome da teoria científica em que o colega procurou jeitosamente apoiar-se”.³⁵ E terminava declarando que a *imobilidade monárquica* não era, felizmente, o término definitivo da evolução americana e democrática da nacionalidade brasileira.³⁶

Para apontar o caminho que conduziria à “evolução americana e democrática” do Brasil, a Argentina foi utilizada como exemplo comprobatório dos benefícios da adoção do regime republicano e dos demais elementos almejados pelos dirigentes do jornal, tais como o modelo federativo, o liberalismo econômico e os incrementos na imigração e na instrução pública.

A organização republicano-federativa dos Estados Unidos era considerada ideal pelos dirigentes do periódico paulista. Por esse motivo, a proposta do Partido Liberal, em 1885, para a instituição de uma monarquia federativa no Brasil foi rechaçada pelo jornal, que afirmou que os exemplos frutíferos existentes de federações

34. *Ibidem*.

35. *Ibidem*. Ressaltamos as diferentes apropriações das teorias científicas no Brasil. Nessa passagem, ambos os periódicos afirmaram apoiar-se em Herbert Spencer e Auguste Comte; no entanto, chegaram a conclusões completamente dispares.

36. *Ibidem*, grifos do jornal.

referiam-se a repúblicas. Além dos Estados Unidos, o jornal mencionou a Argentina, que, das nações latinas da América, era a que mais se aproximava da organização estadunidense e, por esse motivo, aquela nação, estudada no conjunto do seu progresso, oferecia uma civilização superior à nossa. Em conclusão, o editorialista demonstrava, por meio do exemplo argentino, que o modelo federativo seria completo apenas sob a forma democrática, ou seja, sob o regime republicano, e que a adoção desse modelo impulsionaria o Brasil, tal como o país platino, ao progresso.³⁷

A instrução pública na Argentina também mereceu destaque nas páginas d'*A Província*. Ainda que o modelo norte-americano se constituísse em parâmetro para o jornal, o modo como a nação platina buscou imitar aquele arquétipo era louvável,³⁸ devendo o Brasil seguir o seu exemplo:

A leitura da última *Mensaje* oferecida pelo presidente da República Argentina ao Congresso em maio do corrente ano, dá-nos uma prova cabal do desenvolvimento daquele país.

Bem diferente das nossas falas do trono, o relatório que anualmente o presidente da República lê ao Congresso, nada tem de fórmulas metafísicas, não possui as frases casuísticas e anfibológicas de que o monarca principalmente faz gasto.

Da *Mensaje* do sr. Julio Roca, que nos foi obsequiosamente enviada, vamos dar uma rápida notícia, resumindo a parte relativa à instrução pública, que bem mostra a intuição adiantada e a sábia direção resultante do espírito democrata que ali domina.

O sr. Roca está intimamente convencido de que a base mais sólida do engrandecimento de um povo é a instrução pública. Assim se eleva o nível moral dos cidadãos e a Nação adquire elementos para manter-se vigorosa e forte. Esta ideia encarnou-se, felizmente, nos habitantes do país: é coisa que ressalta a preocupação a favor da instrução pública [...]

37. Ibidem.

38. Cf. Pestana, Rangel. Votar para instruir. *A Província de São Paulo*, 1º/7/1885.

Não há dúvida que o censo demonstra que a República Argentina é a mais adiantada em matéria de educação, das nações da América Latina; a inspeção tem dado benéficos resultados [...]

O documento é valioso, digno de ser lido; os nossos homens políticos, os chefes de partido, os interpretadores das falas do trono têm ali boa amostra do que um governo sério, independente, livre das superstições de um estado de coisas que já passou e que bem compreende quais os ideais modernos, o que cumpre fazer na idade da ciência.³⁹

Desde a unificação argentina, no início da década de 1860, quando expoentes do movimento liberal se sobrepuseram às forças descentralizadoras e se afirmaram na presidência do país, buscou-se modelar e fortalecer a presença de instituições públicas em diferentes níveis da vida nacional (Soares, 2003, p.134). De acordo com Gabriela Pellegrino Soares, o ponto de partida para se pensar as políticas de difusão educacional na Argentina é, forçosamente, a figura de Domingo F. Sarmiento, presidente entre 1868 e 1874. Sarmiento, tal como percebera na sociedade norte-americana, via a educação como “fundamento do sistema republicano e como meio para a geração de um ‘espírito público’” (idem, p.137). Enquanto presidente, Sarmiento promulgou, em setembro de 1871, a lei que autorizava o financiamento de iniciativas de instrução pública provinciais pelo Tesouro Nacional. Outras medidas se seguiram a essa com a finalidade de organizar o sistema educacional público, que culminaram na lei de julho de 1884, sob a presidência Roca, cuja pedra fundamental era a educação laica, gratuita e universal.

A Província de São Paulo, de acordo com os ideais positivistas, defendia a instalação de escolas gratuitas e laicas no Brasil, cuja finalidade seria o desenvolvimento moral e cívico da população. Por esse motivo, grande atenção foi conferida a esse tema e muitas críticas foram dirigidas ao governo nacional devido aos escassos in-

39. Galvão, Argymiro. *A República Argentina. A Província de São Paulo*, 15/10/1884, grifo nosso.

vestimentos no setor, apoiadas, na maioria das vezes, nos exemplos norte-americano e argentino.

A Argentina se apresentou como o “modelo possível” de organização política por ter imitado com sucesso várias características do regime norte-americano, tais como o modelo federativo e o incentivo à instrução pública, e, não obstante a sua filiação latina, alcançou índices elevados de desenvolvimento em pontos considerados cruciais para *A Província de São Paulo*. Por esse motivo, seu exemplo foi intensamente veiculado pelo jornal.⁴⁰

A República Argentina é exemplo que temos diante dos olhos. O progresso admirável dessa nação americana, *de raça latina*, tão agitada até pouco, revolucionada ainda há muitos anos pela caudilhagem apresenta hoje uma feição acentuadamente civilizadora [...] Política, científica e industrialmente estudada, a República Argentina destaca-se dentre as outras nações latinas do continente, ocupando lugar imediato ao da Grande República dos Estados Unidos. Poucos países dentro de poucos anos têm tido um desenvolvimento econômico tão prodigioso como a pátria de Mitre e Sarmiento, dois nomes notáveis no sul da América.⁴¹

Comparações também foram feitas em relação à quantidade de imigrantes na Argentina e no Brasil. Além de solução para o problema da mão de obra no país, a população estrangeira se constituía, segundo o jornal, em um “poderoso elemento de riqueza e prosperidade”.⁴² A imigração se inscrevia, dessa forma, em um duplo projeto para os dirigentes do periódico paulista, pois suplan-

40. Durante o período analisado, foram computadas 751 notícias, entre notas, artigos e editoriais, sobre a Argentina e 357 sobre os Estados Unidos. Mesmo considerando a distância e as dificuldades para obtenção de notícias norte-americanas, esses números são expressivos no tocante ao interesse do jornal pelo país platino.

41. Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*, 19/5/1889, grifo nosso.

42. Correspondência Argentina. *A Província de São Paulo*, 11/11/1886.

taria a falta de braços no território nacional e proporcionaria ao país uma redenção racial.

As iniciativas da Argentina – nação que “tão sabiamente” aproveitava os benefícios da imigração⁴³ – para incentivar a entrada e bem receber os imigrantes em seu território foram bastante abordadas. Dados sobre o ingresso de estrangeiros e suas nacionalidades, legislações a respeito do tema e a propaganda empreendida por aquele país para atrair imigrantes foram constantemente divulgadas pelo periódico, pois essas ações deveriam servir de exemplo ao Brasil:

Nos processos de povoamento do seu território, a República Argentina serve de modelo para todas as outras.

Cada dia se ativa ali a introdução de imigrantes e se melhoram os serviços [...] Aí se construirá um imenso palácio com todas as dependências do serviço da imigração. Em determinados pontos serão criados hospitais perfeitamente isolados, onde os recém-chegados, atacados por moléstias contagiosas, receberão todos os cuidados desejáveis [...].

Assegura, além disso, aos imigrantes uma instalação confortável e mais salubre que a da hospedaria atual.

Isto se faz na República Argentina. Aqui não há hospitais de isolamento para os imigrantes atacados por moléstias contagiosas e de uma só pancada se aglomeram em um edifício relativamente pequeno, sem acomodações precisas, cerca de 10 mil pessoas, sendo uns infectados de angina, outros de sarampo e outros de febre amarela, pondo, assim, em sério perigo o estado da capital e levando moléstias às cidades do interior.

Agora que o número de imigrantes na hospedaria é pequeno, por que não se aproveita a falha para melhorar o edifício? [...]

A Argentina está nos dando o exemplo.⁴⁴

43. Correspondência Argentina. *A Província de São Paulo*, 19/1/1888.

44. Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*, 19/5/1889.

No último quartel do século XIX, o Brasil e a Argentina disputavam imigrantes europeus, elemento que se constituiu em motivo de tensão entre os dois países. A *Província* tratou desse tema por meio da crítica ao governo imperial, pois, segundo o diário, o que aquele país divulgava sobre o Brasil baseava-se nas informações que o governo brasileiro prestava, ou seja, se os dados eram equivocados, isso ocorria devido a falta de estatísticas no nosso país, ao passo que a Argentina realizava regularmente censos e atualizava seus registros:

Queixamo-nos frequentemente da deslealdade e da intriga dos argentinos que tratam constantemente de nos deprimir na Europa. Não há, porém, razão para isso. O que eles dizem e escrevem a nosso respeito é baseado nas informações que nós mesmos lhes prestamos.⁴⁵

A *Província* alertava para a “hábil atuação dos diplomatas argentinos em explorar o que há de bom lá e ruim aqui”, ao passo que os representantes brasileiros só enxergavam uma coisa: o armamento argentino. De acordo com o periódico, outro deveria ser o foco do Brasil, pois, enquanto “nos preocupamos em comprar encouraçados”, os argentinos “com sua propaganda chamam colonos, pagam-lhes a passagem e tantas coisas mais”.⁴⁶

O jornal deixava claro seu distanciamento em relação ao senso comum que se fazia no Brasil sobre os países vizinhos e enfatizava a atuação dos republicanos no sentido de “fazer conhecer a verdade” sobre aqueles territórios, “tantas vezes caluniados” no Brasil.⁴⁷

45. Revista econômica. *A Província de São Paulo*, 30/7/1886. No artigo, *A Província* denunciou o fato de publicações estrangeiras se utilizarem de dados brasileiros datados de 1872, ao passo que os dados argentinos eram de 1883, resultando em propaganda negativa do Império no exterior e, consequentemente maior afluência de imigrantes para o país platino.

46. Fatos e boatos. *A Província de São Paulo*, 4/7/1884.

47. Questões Sociais – A imigração na América do Sul. *A Província de São Paulo*, 14/7/1882.

Apesar disso, podemos observar no trecho a seguir o embate entre as interpretações positivas – que o periódico buscava divulgar – e as imagens negativas enraizadas pelo processo de construção identitária do império brasileiro:

As nações vizinhas têm cada vez mais se reabilitado no conceito dos brasileiros, elas, tão caluniadas sempre.

A quem devemos o conhecimento dessa conquista da civilização senão ao partido republicano, que, continuamente, observa todos os fatos e ações que patenteiam os benéficos efeitos da prática da verdadeira democracia?

Outrora, só víamos nelas as agitações populares e as revoluções, sem nos preocuparmos e sem nem sequer cogitarmos do estado social daquele povo.

Hoje, as coisas mudaram: um partido político simpático àquelas instituições, não podia deixar passar em silêncio as grandes questões políticas que têm sido agitadas e solvidas pelos Estados sul-americanos.

Não se observa mais com tanto exclusivismo o que se passa na Europa.

As velhas instituições do continente europeu não se assemelham tanto às nossas, como estas com as das hispano-americanas, que pela religião, pela raça, e quase pela origem, participam com o Brasil das mesmas tendências políticas e das mesmas necessidades sociais.

As possessões espanholas disseminadas por todo o continente americano em núcleos de população, com grandes distâncias uma das outras, se dividiram em várias repúblicas.

Seria mesmo impossível que se cogitasse em uni-las em uma só nação que se estendesse da Califórnia à Patagônia. Ao passo que o Brasil, tendo toda a sua população junto à costa obteve, por isso, mais facilmente a unidade, ajudado pela força dos acontecimentos.

Estes Estados de população insignificante tiveram uma educação política quase nula, agravada pelo espírito impaciente e agi-

tador que, legítima herança de sua metrópole, está continuamente produzindo os seus tristes efeitos.

Vemos, por exemplo, o Paraguai, a obra-prima da educação jesuítica na América, tornar-se não uma república democrática, nem tão pouco uma monarquia constitucional, mas um não sei que de absurdo, só próprio do despotismo asiático ou do decadente Império Romano.

Da civilização tão incompleta e tão desigual entre estas diversas nacionalidades, resulta a contínua agitação.

As revoluções de que têm sido vítimas estes Estados, são sempre oriundas dos embates dos grandes problemas sociais comuns a todas as nações modernas. Assim, é sempre para fazer com que o poder exercido despoticamente entre na esfera da legalidade, que aquelas repúblicas trabalham.

Os monarquistas não cessam de apontar-nos esses países, onde só veem agitações, e esquecem que o nosso país há sido também o teatro de 26 revoluções, desde a independência até os nossos dias, contando-se entre elas a do Rio Grande do Sul, uma das maiores que têm havido na América do Sul.

Mas o verdadeiro juiz não somos nós: é a Europa, que envia para as repúblicas americanas números de imigrantes muito superior à corrente de imigração destinada ao “pacífico” Império brasileiro, provando quanto elas merecem mais confiança.

Estes encontram nas repúblicas espanholas meios de educação para seus filhos iguais aos que poderiam achar em sua pátria.

Assim, a República Argentina, que é o Estado da América que recebe mais imigrantes depois dos Estados Unidos, está classificada no 9º lugar entre as nações mais adiantadas quanto à instrução [...].⁴⁸

Para reabilitar as caluniadas repúblicas do continente, *A Província* buscou atribuir novo significado às constantes lutas internas e à fragmentação das mesmas, interpretadas no Brasil como repre-

48. Ibidem.

sentações da barbárie, próprias do regime republicano. O jornal enfatizou o parco povoamento e as grandes distâncias que separavam as antigas possessões espanholas e que impossibilitaram a formação de um grande país naquela porção do continente, ao passo que o Brasil havia contado com circunstâncias mais favoráveis. A herança da metrópole ibérica, a educação religiosa e as desigualdades sociais foram apresentadas como principais fatores para as agitações ocorridas tanto nas repúblicas quanto no Império, pois, ainda que os monarquistas apontassem as revoluções nos países vizinhos, não se podia esquecer que no Brasil também haviam ocorrido várias rebeliões. E ressaltou que, mesmo com todas as imagens negativas construídas no império sobre as repúblicas do continente, a Europa mandava para lá um número muito superior de imigrantes, o que provava que havia um equívoco no que diziam os monarquistas. Por fim, exaltava a República Argentina, país que se destacava internacionalmente pelo aumento de sua população, pela entrada de imigrantes no país e por sua instrução pública.

Ainda que o periódico tratasse do conjunto das repúblicas hispano-americanas, a Argentina e algumas vezes o Chile mereciam maior atenção. O modo como o jornal retratou o Paraguai no artigo anterior, por exemplo, demonstra os limites da proposta d'A *Província* em relação às nações latino-americanas.

A discussão “racial” envolvendo as repúblicas hispano-americanas e o Brasil apresentou desdobramentos no jornal. Era consensual a aproximação entre as antigas possessões espanhola e portuguesa na América, descendentes da mesma “raça latina”. No entanto, a interpretação sobre o peso da herança “biológica” proveniente das antigas metrópoles gerou um debate travado por meio de uma série de artigos assinados por Alberto Sales e por Lusus,⁴⁹ publicados em 1884.

Alberto Sales, após exaltar a composição biológica da população norte-americana em comparação com as do sul do continente,

49. Não foi possível identificar o autor dos artigos em resposta a Alberto Sales; a única referência encontrada no periódico foi a assinatura “Lusus”.

afirmou que tanto o Brasil quanto as repúblicas hispano-americanas necessitavam de uma “renovação de sangue”, para que esta porção do continente pudesse superar seu estado de estagnação mental. Segundo esse autor, o estágio do desenvolvimento das atividades comerciais e políticas das repúblicas latino-americanas tornavam patente a precocidade da decadência social das mesmas. Esse quadro se devia ao “problema biológico do cruzamento com raças inferiores”, que causava mais prejuízos do que vantagem social. Citando Gustavo Le Bon, Sales afirmou que a existência miserável das repúblicas hispano-americanas, entregues a uma perpétua anarquia, era a prova dos maus resultados que produziam os cruzamentos entre raças muito dessemelhantes. Segundo o autor, se os espanhóis e portugueses não tivessem se cruzado em larga escala com raças muito inferiores, não teríamos que lastimar a nossa própria decadência. E por essa razão era urgente o estabelecimento de uma corrente imigratória abundante para a América do Sul, para que uma grande massa de população europeia pudesse modificar profundamente o tipo mental dos povos desta porção do continente, pois só assim estes países poderiam se apresentar com vantagem nos grandes combates da civilização moderna.⁵⁰

O racismo científico, redefinido e adaptado às condições locais, tornou-se recorrente no Brasil no último quartel do século XIX. De acordo com Roberto Ventura, desse processo de ajuste das “importações ideológicas” resultaram modelos de pensamento como a ideologia do branqueamento e da miscigenação, na tentativa de eliminar a contradição entre a realidade étnica brasileira, o racismo científico e o liberalismo progressista (Ventura, 1991, p.62). Com a finalidade de “escapar à armadilha determinista” de Gobineau e Agassiz (idem, p.63), pela qual o Brasil estaria condenado ao atraso e à barbárie, Sales enalteceu os benefícios que a mestiçagem com os povos europeus acarretaria para o país.

50. Sales, Alberto. Para onde vamos – Resposta a Lusus. *A Província de São Paulo*, 27/11/1884.

Lusus, por sua vez, apresentou uma opinião completamente distinta, combatendo todos os pontos apresentados por Sales. De acordo com Lusus, a falta de ação e a estagnação mental que se atribuíam aos brasileiros não provinham da mistura de sangue, mas principalmente, quase exclusivamente, da permanência da escravidão que corroía todo o organismo social e que havia se enraizado aqui mais do que em qualquer outro país da América.⁵¹ Quanto à argumentação “científica” proposta por Sales, Lusus afirmava que:

inferir das hipóteses até aqui formuladas para explicar o sucesso dos fatos, que este ou aquele povo era mais apto ao progresso do que aquele outro era edificar sobre um terreno movediço, uma vez que há profundas divergências não só quanto à unidade da espécie humana, mas também quanto à classificação dos tipos em que ela se divide, por se tratar de um estudo muito recente.⁵²

Sobre a comparação com os Estados Unidos, feita por Sales, Lusus afirmava que, para mensurar as diferenças entre as duas Américas, seria necessária uma análise profunda, pois não era possível estabelecer a distinção unicamente pela diversidade dos povos colonizadores. E rebateu a citação de Le Bon sobre a “existência miserável das repúblicas hispano-americanas” que justificaria a inferioridade desses povos, dizendo que:

aí estão a República Argentina e o Chile a provar exatamente o contrário. Depois dos Estados Unidos não existem na América países mais prósperos e mais aptos para as conquistas dos progressos da civilização. E se as constantes revoluções políticas operadas no continente sul-americano podem provar alguma coisa nos destinos de uma sociedade, não é por certo a *existência mise-*

51. Lusus. Ainda duas palavras – Resposta ao dr. Alberto Sales. *A Província de São Paulo*, 28/11/1884.

52. *Ibidem*.

rável, mas a energia física e intelectual de um povo sequioso de progresso e liberdade.⁵³

No conjunto das representações do periódico sobre os países do continente americano, elementos dessas duas interpretações foram apropriados. De um lado, o reconhecimento da superioridade do elemento saxão que compunha a população norte-americana e a insistência nos benefícios morais que a imigração poderia proporcionar ao Brasil; de outro, a tentativa de reabilitar as repúblicas latino-americanas entre os leitores brasileiros, sobretudo por meio do exemplo argentino. De acordo com Ventura, a “proclamada inferioridade das raças não-brancas, a crítica de Gobineau à miscigenação e a previsão de esterilidade dos mestiços, por Agassiz, colocavam um dilema para a elite brasileira”, que oscilava entre o liberalismo e o racismo, entre o pressuposto liberal da igualdade e o princípio racista da desigualdade (Ventura, 1991, p.58).

O objetivo de apresentar a República Argentina como exemplo a ser seguido pelo Brasil não era fácil, dadas as constantes tensões entre os dois países. Entre as décadas de 1870 e 1880, as negociações quanto aos litígios fronteiriços, boatos de uma aliança entre Brasil e Chile contra a Argentina e os armamentos das duas nações causaram celeuma na opinião pública dos dois lados da fronteira. A imprensa participou ativamente desses confrontos, não faltando jornais partidários da paz ou da guerra entre os dois vizinhos. Em meio a essas discussões, a atuação d’*A Província* pautou-se pelo pragmatismo, no sentido de conjurar o risco de um possível conflito armado entre os dois países. O diário adotou um tom ameno para tratar das constantes tensões, manifestando o intuito de desfazer as nuvens que se formavam no horizonte do rio da Prata. Tal postura foi adotada, segundo o periódico, não por amor ao império, em franco processo de deterioração, mas pela república brasileira, que seria herdeira de grandes desgraças e de uma dívida tremenda.⁵⁴

53. Ibidem, grifo do jornal.

54. Somos pela paz. *A Província de São Paulo*, 29/12/1888.

Assim, a criteriosa seleção das notícias a serem publicadas e a crítica em relação à política brasileira foram as estratégias utilizadas pelo periódico para aplacar o clima de guerra que se estabeleceu na imprensa de ambos os países.

Na década de 1880, em meio às negociações sobre o território das Missões e do suposto risco de um confronto iminente entre Brasil e Argentina, respondendo às considerações de outro órgão de imprensa, *A Província* declarou:

Vê o estimável colega monárquico, como outros jornais, perigo para o Brasil em uma guerra com a República Argentina.

Estamos completamente desprovidos, não temos esquadra, não temos cavalaria, não temos exército pronto, e as fronteiras estão desguarnecidas!

Eis aí o que se grita em grande coro, do qual fazem parte os melhores defensores da monarquia e até homens responsáveis por esse mau estado do Império.

É verdade, nem por isso, as despesas diminuíram durante os dez últimos anos e grandes somas têm sido gastas com o exército e a esquadra.

As “republicuetas” metem medo ao Império!

Quando menos, elas exercem uma influência benéfica sobre nós: obrigam os nossos estadistas a confessarem que eles são ineptos e esbanjadores no governo e grandes patriotas fora dele; que não se acanham de tornar patentes aos olhos do povo seus erros e sua incapacidade administrativa e política.⁵⁵

A Província também apresentava os desentendimentos entre os dois países como coisas do passado, heranças do antagonismo ibérico e enfatizava as boas relações entre os vizinhos, expressas repetidas vezes por meio de pronunciamentos oficiais tanto no Brasil quanto na Argentina. Nesse sentido, o periódico reproduziu um

55. Pestana, Rangel. Notas e respigas. *A Província de São Paulo*, 21/7/1882.

artigo do *La República*, diário argentino que tinha como principal redator Nicolás Avellaneda, que na ocasião havia acabado de deixar a presidência. O político fez um balanço das relações entre o Brasil e a Argentina, passando pelos momentos de desconfiança, mas apontando para um futuro próspero e pacífico entre ambos:

Até hoje, com poucos intervalos, tem havido uma desconfiança, que tira sua origem das antigas querelas da Espanha colonial, conquistadora, com Portugal colonial e conquistador.

Um fato agravou essa desconfiança, e foi a pretensão de conquistar a Província Oriental para anexá-la ao Império, depois desse fato, outros se produziram que aproximaram os povos do Prata ao Brasil, fazendo esquecer o passado – e restabelecendo a confiança e a boa harmonia.

O Brasil não pode passar dos seus limites, porque seu idioma, seu sistema de governo, sua civilização, seus costumes, sua tradição não se assimilam aos povos do rio da Prata.

A República Argentina não aspira tão pouco passar dos seus limites. Quer conservar-se o que é, com o que tem, e desenvolver-se com seus próprios elementos [...]

Se é assim, por que razão estes dois povos, importantes da América do Sul, não se põem de acordo, não se aproximam para se concentrar em uma ação comum? [...]

Nossa aliança, nossas boas relações, são coisas que interessam vivamente ao Brasil moderno, ao Brasil comercial, pacífico e amante do progresso [...]

A paz do rio da Prata e a boa harmonia do Brasil com estes governos devem ser o programa do Império. Assim, consultará interesses recíprocos, e o comércio unido ao do Império na América do Sul se salvará e aumentará sua influência legítima [...]

Hoje, os interesses melhor compreendidos das repúblicas do Prata e do Brasil devem influir para aproximar seus povos e seus governos, a fim de saírem do isolamento, concertando os meios de estreitar as boas relações e exercer uma ação comum em benefício de todos – em benefício do comércio, da paz e da civilização.

A geografia, a vizinhança, a natureza uniu estes povos; – o desenvolvimento crescente de sua população e do seu comércio tem frutificado essa união.⁵⁶

Pretendia-se a inauguração de uma nova fase nas relações entre as duas nações, que visava à aproximação das mesmas e na qual o comércio e o “progresso material” suplantariam as antigas desavenças de origem ibérica. O diário bonaerense destacou também o equívoco dos temores entre os dois países, baseados nas supostas pretensões anexionistas destes, descartando que existissem tais aspirações por parte da Argentina, ao mesmo tempo em que as considerava improváveis por parte do Brasil.

O discurso conciliador do jornal *A Província de São Paulo* pode ser notado também no tocante às chamadas “revoluções” ocorridas na Argentina. Esses eventos motivavam grande parte das imagens negativas construídas no Brasil a respeito do país platino, na medida em que os monarquistas os associavam à barbárie e à desordem, consideradas traços característicos das repúblicas hispano-americanas. Por esse motivo, o tema requeria do periódico paulista uma nova interpretação, uma vez que este objetivava retratar positivamente o regime republicano partilhado pelo país vizinho. Segundo o diário, as motivações dos “movimentos enérgicos de opinião” na Argentina não eram estudadas no Brasil, acarretando análises distorcidas dos mesmos,⁵⁷ e quando as revoltas eram aqui noticiadas tinham o intuito de escaramuçar o que seria mais importante conhecer: o progresso argentino.⁵⁸ Assim, *A Província* sempre publicava essas notícias acompanhadas de notas sobre o desenvolvimento comercial e industrial da República Argentina:

56. Brasil e Confederação Argentina. *A Província de São Paulo*, 26/11/1880.

57. *A Província de São Paulo*. *A Província de São Paulo*, 2/6/1880.

58. Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*, 19/5/1889.

No meio das *revoluções* projetadas e terminadas pelo acordo dos chefes populares o caráter nacional se acentua pelo aperfeiçoamento das indústrias e da educação científica.⁵⁹

Aquela nação tem incontestavelmente progredido mais que a nossa, e não obstante as lutas intestinas em muitos pontos não nos é inferior, e em alguns outros nos é superior.⁶⁰

Ainda que motivado por objetivos pragmáticos, o jornal *A Província de São Paulo* contribuiu para a divulgação de uma interpretação positiva em relação à Argentina entre os anos de 1875 e 1889. Devido às suas convicções republicanas, o periódico encontrou na Argentina qualidades não evidenciadas pelo discurso dominante e mostrou uma visão alternativa de acordo com seus objetivos político-partidários.

“Nuvens no horizonte”

As representações do *Jornal do Commercio* sobre a Argentina podem ser divididas em duas fases. Até meados de 1879, sobressaíram-se as declarações negativas e a abundante utilização das imagens preconcebidas em relação a essa república. Em momentos isolados, porém, notamos certa polifonia, responsável por notas pontuais que vislumbravam uma melhor sorte para a nação platina e suas relações com o Brasil. Contribuíram para esse discurso os desentendimentos em torno da demarcação das fronteiras e os reflexos da crise econômica argentina iniciada em 1873. Na década de 1880, por sua vez, observou-se um número crescente das representações positivas do *Jornal* sobre o país vizinho, motivadas pelo acelerado crescimento econômico e populacional, alavancado pela imigração, pelo abrandamento das disputas políticas internas e a

59. A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*, 2/6/1880.

60. A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*, 28/1/1875.

negociação das pendências externas. Esse novo cenário suscitou uma discussão a respeito dos diferentes sistemas de governo que regiam o Brasil e a Argentina, demonstrando, mais uma vez, a importância dos países americanos no debate da imprensa brasileira nos anos de crise do regime monárquico.

A falta de unidade do país, as supostas pretensões de avanço sobre os territórios vizinhos, os estadistas e a população argentina ocuparam lugar de destaque entre as críticas do *Jornal* na década de 1870. O diário fluminense salientou que o país vizinho não possuía unidade política, indispensável para a constituição de uma grande nação, pois as províncias de “Entre Rios, Corrientes e Santa Fé, nas margens do Paraná, Buenos Aires na bacia do Prata, Mendonza e Córdoba, no sopé dos Andes preocupavam-se mais com a sua autonomia do que com a nacionalidade”.⁶¹ Criticou os estadistas, que, cegos de vaidade, em vez de promover a verdadeira grandeza da pátria, preocupavam-se somente em disputar territórios com os Estados limítrofes, provocando temores de conflitos internacionais. E retratou a população como ambiciosa, arrogante, barulhenta, facilmente impressionável e supersticiosa, características que corrompiam o tecido político da nação, encaminhando-o para a anarquia ou ditadura:

Por esse quadro, ligeiramente esboçado, se pode fazer juízo fiel da imensa tarefa que têm a desempenhar os estadistas argentinos para consolidar a organização de sua pátria! As instituições políticas, não bastam para promover a felicidade e grandeza de uma nação. É indispensável que ela esteja educada para compreendê-las e respeitá-las. As ambições bastardas são mais vulgares justamente onde a sociedade é mais inculta e à sombra da liberdade, que convertem em licença, a perturbam e agitam, não lhes deixando outra alternativa senão a anarquia ou a ditadura. As repúblicas da América do Sul nos dão disso frequentes exemplos e a

61. Retrospecto político do ano de 1875 – República Argentina. *Jornal do Comercio*, 9/1/1876.

própria confederação que já devia estar isenta desse mal, ainda sofre dele.⁶²

O *Jornal* se mostrou preocupado com a repercussão que o movimento republicano brasileiro ganhou na Argentina. De acordo com o correspondente, as publicações da oposição faziam os argentinos crerem que o império estava ameaçado de dissolução e que mal podia conter o Partido Republicano. Seus receios pautavam-se nos supostos planos de guerra contra o Brasil formulados naquele país, apoiados, sobretudo, na ideia de que poderiam encontrar apoio nos partidos Republicano e Liberal. Parte da imprensa platina, de acordo com o diário, aderiu a essa perspectiva:

ainda ontem a celeuma guerreira se voltava contra a nossa monarquia, não estava longe o momento em que nossa política ominosa devia encontrar o merecido castigo, o instante feliz em que os heróis do Prata fariam a ventura completa de todos os brasileiros sem exceção de um só, enfiando-lhes até as orelhas o *gorro frígio e a coroa republicana*.⁶³

O correspondente alertou que na Argentina, invariavelmente, um grão de areia tomava proporções imensas, porém, como esses exageros constituíam o estado normal de atuação tanto dos jornalistas quanto de alguns estadistas, o governo brasileiro deveria se manter vigilante.

As declarações do *Jornal* sobre as dificuldades financeiras argentinas ironizavam as pretensões daquele país em ser um modelo para a América do Sul. De acordo com o diário, por mais que os defensores do regime se esforçassem para encobrir o estado lamentável em que o país se encontrava, o momento era de desenganos, de miséria e de terror e que, naquela situação, seria difícil à Argen-

62. Ibidem.

63. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 18/8/1875, grifo do jornal.

tina “salvar o título de república modelo que com tanto prazer dava a si”.⁶⁴ A nação platina foi retratada como arrogante, “um país cujas aspirações eram maiores que suas forças”,⁶⁵ mas que, ainda sim, não desperdiçava ocasiões para declarar-se “digno de ombrear com Paris ou Londres”⁶⁶ e como “modelo de prosperidade e ilustração”.⁶⁷

O quarto de hora de Rabelais e a reminiscência dos tempos felizes nas misérias do Dante pintam eloquentemente os transe que atualmente estamos sofrendo neste centro que com tanta arrogância reclamara o título pomposo de *Athenas do Prata!*

Prestar contas é sempre um ato sério, chorar a prosperidade perdida é uma verdadeira angústia.⁶⁸

O *Jornal* afirmou que não havia esperanças para aquela nação à vista de tão descomunal desequilíbrio entre as rendas e as despesas públicas e criticou o hábito argentino de pagar dívidas antigas por meio de novos empréstimos. A grave situação financeira se refletia também na sociedade, produzindo o aumento da criminalidade, a falta de empregos, a miséria da população e o refluxo na imigração. Naquela conjuntura, o correspondente em Buenos Aires atribuiu para si o papel de dar a conhecer, principalmente aos numerosos admiradores da Confederação Argentina no Brasil,⁶⁹ o cenário desolador em que aquele país se encontrava.

64. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 18/3/1876.

65. *Ibidem*.

66. Retrospecto político do ano de 1875 – República Argentina. *Jornal do Commercio*, 9/1/1876.

67. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 6/7/1875.

68. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 28/2/1876, grifo do jornal.

69. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Montevideú. *Jornal do Commercio*, 22/7/1877.

Não há aqui quem não chore... a não ser aqueles que são pagos para declarar que vivemos no melhor de todos os mundos. As quebras, os homicídios, os roubos a mão armada nas ruas mais centrais, os rostos tristes, quando não macilentos, uns denotando abatimento cruel, outros a verdadeira miséria, coisa que anteriormente era um *avis raro*, um mal-estar que esvoaça pelos ares e anuncia qualquer acontecimento grave [...] tudo isso se comparado com o que foi Buenos Aires há seis ou sete anos, bem mostra que apesar de ferro carris, telégrafos, fortalezas, canhões e encouaçados, o país tem retrogradado horripelmente, e não está longe da raia fatal depois do que não há senão o chão.⁷⁰

Diante de tal panorama, exacerbaram-se as rivalidades entre as duas nações nas páginas do periódico. De acordo com o *Jornal*, “insultar, em lugar de discutir e atribuir ao Brasil todos os males” era uma tática sempiterna da imprensa argentina, pois “o insulto para certa gente era mais fácil que uma leal argumentação”.⁷¹ A atuação política da imprensa – fosse por meio dos artigos de opinião ou da utilização de uma criteriosa seleção dos acontecimentos, pronunciamentos e artigos publicados na Argentina – contribuía para diminuir, como demonstrado na análise do diário *A Província de São Paulo*, ou aumentar as tensões entre os dois países. O *Jornal do Commercio*, durante a década de 1870, definitivamente priorizou a segunda vertente. Essa posição foi evidenciada na abordagem desse órgão das negociações fronteiriças entre Argentina e Paraguai, com a participação do Brasil, ao final da Guerra da Tríplice Aliança e os seus desdobramentos.

Como vimos anteriormente, o frustrado tratado Tejedor-Sosa, que estabelecia a retirada das tropas aliadas do Paraguai e a anexação do território entre os rios Pilcomayo e Arroyo Verde pela

70. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 9/11/1875.

71. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 8/4/1876.

Argentina, provocou enorme celeuma. O periódico fluminense conferiu grande destaque à repercussão desse acordo extraoficial na imprensa argentina, salientando as provocações desta ao Brasil. De acordo com o correspondente, “não escassearam as sovas (perdão leitores meus) ao Brasil, à sua política ominosa, absorvente e perfídica, aos estadistas imperiais, enfurecidos contra o dr. Tejedor, porque este hábil e eminente diplomata argentino tinha sabido metê-los num chinelo”.⁷² Em consonância com a posição do governo brasileiro, o *Jornal* se colocou veementemente contra o acordo e defendeu sua anulação, advogando que o ministro paraguaio não estava autorizado a realizá-lo.

Após a recusa do tratado pelo governo paraguaio, o correspondente em Buenos Aires lamentou o fato de a imprensa argentina não reconhecer o erro cometido pelo seu ministro plenipotenciário na condução dessa questão. Afirmou que esperar uma declaração nesse sentido seria “conhecer mal a índole dos nossos aliados, que tão facilmente se mostram adversários nossos”, pois, naquela conjuntura, a imprensa daquele país “se agarrava mais do que nunca à prática velha de pintar-nos como inimigos da paz, de pôr em evidência nossa política intrigante e ominosa, que reduziu o Paraguai ao papel de dócil escravo, atento ao menor sinal nosso”, como se o governo e o Congresso do Paraguai tivessem anulado o tratado não por este ser contrário às instruções dadas ao seu representante e ferirem os interesses do seu país, e sim porque o Império o quis – “o nosso império invejoso do progresso e engrandecimento da República Argentina”.⁷³ Ademais, o correspondente cobrou uma postura mais dura dos estadistas brasileiros diante da intenção argentina de anexar territórios paraguaios, o que, segundo ele, refletia o sonho de restabelecimento das fronteiras do Vice-Reinado

72. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 6/7/1875, grifo do jornal.

73. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 14/7/1875.

do Prata e criticou os senadores liberais que, em seus discursos negligentes, alimentavam as pretensões da república vizinha.

No geral, as declarações do *Jornal* sobre a Argentina na década de 1870 mantiveram uma tônica negativa. Contudo, um hiato ocorreu entre novembro de 1876 e abril do ano seguinte, quando houve a substituição do correspondente antigo por outro mais simpático àquela república. Em sua primeira carta, o novo colaborador deixou claro o caráter da abordagem que pretendia seguir e a distinção desta com a que era realizada até então:

Em primeiro lugar, nada tenho de comum com os correspondentes que o *Jornal* tem mantido ultimamente nas duas margens do Prata. Esta declaração era necessária para não assumir a responsabilidade do que outros tenham dito. Creio mesmo que dissentirei desses correspondentes na maneira de encarar as relações do Império com seus conterrâneos do Sul.⁷⁴

E continuou, afirmando que reconhecia que existiam prevenções entre o Brasil e a Argentina, mas que, em lugar de fomentá-las, dando publicidade a pequenos incidentes ou manifestações de jornalistas patriotas, iria combater com todas as suas forças as possíveis desavenças, mostrando que eram ilógicas, anacrônicas e, sobretudo, prejudiciais ao progresso dessa parte da América. Declarou que as relações entre os dois países eram as melhores possíveis e que não havia nenhum motivo de desacordo, porém advertiu o Império para que cuidasse melhor de sua imagem naquela localidade, uma vez que os fatos mais honrosos e importantes para o país eram ali ignorados. Também criticou a incoerência e o intervencionismo da política brasileira dirigida à região platina.

Nos anos seguintes, novas mudanças ocorreram na publicação. A partir de maio de 1877, as notícias argentinas passaram a ser dadas pelo correspondente em Montevidéu, que acumulou a

74. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 8/11/1876.

função de veicular os eventos das duas margens do Prata e retomou o viés negativo, embora menos agressivo. Em 1878, o *Jornal* voltou a contar com um correspondente em Buenos Aires, sem maior alteração na linha de análise. A inclinação à vertente da convergência entre os países voltou a se manifestar apenas em meados de 1879 e início da década de 1880, demarcando uma nova fase nas representações do diário fluminense acerca da república vizinha. Infelizmente, não foi possível mapear quem eram esses colaboradores, nem precisar outros momentos de mudança devido à inexistência de arquivos sobre eles.

Em meados de 1879, se iniciou uma inflexão nas opiniões do *Jornal* sobre a Argentina, que pode ser relacionada à melhoria da economia, ao afluxo de imigrantes, ao abrandamento das disputas internas daquela nação e, possivelmente, à inclinação do correspondente. Em 18 de julho, o diário declarou que a república vizinha crescia e se desenvolvia de maneira excepcional. Se três anos antes o país havia sofrido com a profunda crise comercial, naquela conjuntura, a situação era bem diversa, pois a renda pública crescia rapidamente, o crédito na Europa se firmava, o comércio e a indústria se animavam com solidez, e o intenso ingresso de imigrantes dava vigoroso impulso às obras do país, principalmente às ferrovias. Assim, para o jornal, era justo dizer que o governo argentino atuava com uma previdência pouco comum e uma energia quase heroica.⁷⁵

A partir de 1880, os retrospectos políticos referentes à Argentina destacaram, ano após ano, a prosperidade e a paz que a nação desfrutava. Segundo o *Jornal*, desde que começou a haver governo regular na República – após intermitentes guerras civis que durante vários anos paralisaram o desenvolvimento da produção nacional e das forças industriais – o trabalho e a paz não cansavam de fecundar os recursos do país, e a imigração, atraída tanto pela riqueza do solo como pela amenidade do clima, aumentava rapida-

75. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 18/7/1879.

mente. A situação comercial tendia a transformar-se e a indústria, alargando-se dia a dia, produzia na quantidade necessária para o consumo do país um grande número de artigos que antes eram pedidos exclusivamente ao velho continente.⁷⁶

Ao relatar o surgimento de um movimento caudilhista em Corrientes, diferentemente da abordagem adotada na década anterior, o correspondente assegurou que aquele levante se findaria rapidamente, pois os novos tempos não permitiam que um caudilho organizasse elementos que pudessem abalar a paz. Os estadistas argentinos, principalmente Júlio Roca, também passaram a ser elogiados pelo diário fluminense. Ao final do mandato presidencial, a postura de Roca, que “tranquilo, sereno no meio dos ataques mais violentos, continuava com toda a calma o seu caminho, preparando-se para descer do alto posto e entregar as rédeas do poder ao seu sucessor”,⁷⁷ foi enaltecida pelo correspondente, pois a transição do poder efetuada sem revolução demonstrava que o país estava realmente no caminho do progresso.

Em um balanço da administração Roca, de 1880 a 1886, o jornal reproduziu uma inscrição da municipalidade de Buenos Aires que enumerava as conquistas da república e que, segundo o periódico, se configurava no elogio mais digno dos tempos modernos e na melhor compreensão dos interesses da nação, superando as antigas memórias levantadas pela guerra:

República Argentina, 1880-1886 – seis anos de paz e progresso – conquista e povoação do deserto – estabelecimento definitivo da capital da república – tratado com o Chile – 4 mil quilômetros de vias férreas – 6.800 quilômetros de telégrafos nacionais – criação de imensos territórios nacionais – unidade monetária – reorganização do Banco Nacional – liberdade de ensino – afirmação da

76. Retrospecto político do ano de 1882 – Estados do Rio da Prata. *Jornal do Commercio*, 20/1/1883.

77. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 1^a/5/1886.

soberania nacional – construção de edifícios escolares – registro civil – duplicação das rendas públicas – tratado com o Brasil – lei de terras – Banco Hipotecário – porto de Buenos Aires – aformoseamento da capital – A municipalidade ao cidadão general Julio A. Roca.⁷⁸

No ano de 1887, a expansão econômica argentina foi alvo de uma série de reportagens do *Jornal*, com o objetivo de mostrar que aquele país progredia com “verdadeiros passos de gigante”. Naquele mesmo ano, as negociações para a resolução via arbitramento da questão das Missões, território disputado por várias décadas entre os governos brasileiro e argentino, contribuíram para a paz e cordialidade entre os dois países. De acordo com o correspondente, nos anos 1880, as relações entre o Brasil e a Argentina se encontravam em ótimo estado, “à exceção das acostumadas notícias, das fantasias acesas que veem a cada instante um conflito”. Divergindo da abordagem da década anterior, o diário considerou a “mania de ver no horizonte um futuro confronto com o Brasil” uma prática que não valia a pena ser mencionada, pois essas declarações eram divulgadas quando os jornais não tinham outros assuntos.⁷⁹

A imigração na Argentina também foi objeto de interesse por parte do *Jornal*. Por ser favorável à substituição do trabalho escravo pelo livre no Brasil, o diário fluminense considerava o escasso número de imigrantes que adentravam o império um problema crucial. Por esse motivo, criticava os ineficazes esforços para atrair uma corrente imigratória na proporção necessária e para a alocação dos recém-chegados. Para corroborar essa assertiva, apresentava comparativamente os dados da Argentina, elogiando a campanha daquele governo para fomentar a introdução de “braços estrangeiros” no país, as repartições dedicadas à recepção e alojamento dos mesmos e, principalmente, os benefícios econômicos propi-

78. Revista política de 1886. *Jornal do Commercio*, 5/1/1887.

79. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 18/10/1887.

ciados pelos imigrantes. Na perspectiva apresentada pelo jornal, a imigração era a chave do desenvolvimento da República Argentina e o meio pelo qual aquela nação aumentava seus produtos e construía seu legítimo progresso.

Contudo, durante os meses que antecederam as eleições de 1886, algumas notas negativas foram dirigidas à política argentina. Tais considerações se relacionavam às posições ideológicas e à desconfiança do periódico quanto ao funcionamento do regime republicano. Referindo-se aos ataques pessoais entre os candidatos que disputavam a presidência, o *Jornal* declarou que, em meio à grandiosa prosperidade adquirida pela Argentina, o país via se escancararem os abismos que se julgavam cobertos pelo bom senso e o patriotismo.⁸⁰ O diário retratou a campanha como uma babelônia eleitoral e salientou a tendência para o arbítrio que constituía a política naquele sistema de governo.

Concomitante à análise desse processo, ocorreram diversas discussões sobre a natureza do regime político adotado por aquele país, demonstrando a preocupação nutrida pelo órgão de imprensa em afirmar sua adesão à monarquia, ainda que reconhecesse o desenvolvimento alcançado pelo vizinho. Segundo o *Jornal*, o sistema republicano na América do Sul estava baseado em uma ficção, pois o povo não elegia de fato os seus representantes:

A preocupação que os perseguem (os governantes), influenciando sobre os seus atos, é a de suprir, por meios artificiais, a eleição popular. Foi assim que os governos fizeram para si eleitores, reunindo a volta de si quantidade tal de elementos, que lhes seja quase impossível sair-se mal. A repetição desses atos fizeram com que o povo se convencesse de que são os governos que elegem e não ele.⁸¹

80. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 8/12/1885.

81. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 17/6/1885.

Para o periódico, a liberdade, tão exaltada entre os defensores do regime, não existia de fato, pois a máquina eleitoral servia apenas para dar legitimidade a um sucessor previamente escolhido pelo governo. De acordo com o diário, a irregularidade desses atos era a fonte das revoltas que se estabeleciam em períodos fixos, sob o pretexto da eleição do novo presidente da república.⁸²

Em outro momento, o periódico afirmou que os estadistas argentinos ignoravam as regras da ciência política, governavam de forma arbitrária e não respeitavam os legisladores eleitos pelo povo. Todavia, a regularidade com que se deu a transição entre os governos de Julio Roca e Juarez Celman deu novo ânimo à inclinação positiva do diário para com o país vizinho. As considerações depreciativas ficaram circunscritas ao período eleitoral e se ligavam ao posicionamento do *Jornal* no debate da imprensa em torno da crise da monarquia. Tal como ocorrido em relação aos Estados Unidos, as representações sobre a Argentina foram utilizadas como parâmetro para a discussão nacional sobre a adequação da forma de governo, do sistema de trabalho e das relações comerciais.

O comércio pautava o verdadeiro sentido da civilização moderna e, em nome dele, ambos os governos deveriam abandonar antigas prevenções. Segundo o periódico, “não se compreende que dois países ricos, grandes e poderosos, vivendo de vida própria, tenham por esses tempos de progresso, um pelo outro uma antipatia absurda e estúpida e sem motivo certo”.⁸³ Em um olhar retrospectivo das relações entre os dois países, o correspondente em Buenos Aires destacou a nova fase, marcada pela superação dos antagonismos tradicionais e o desejo de prosperidade mútua:

Há vinte anos não se sabia o que era esta classe de afetos. Entre o Brasil e a República Argentina havia antagonismo. Certa prevenção tradicional como que era sustentada desde a época da con-

82. *Ibidem*.

83. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Montevidéu. *Jornal do Commercio*, 15/6/1881.

quista e afastava a ponto tal as duas nações uma da outra, que se tinha como popular qualquer guerra que se anunciava. Quanta diferença entre esses tempos e os que atravessamos! [...] A civilização aproxima ambos os países, fez com que se conhecesse, se estudassem, conhecessem o fundo do barbarismo que existia nesses sentimentos hostis e se interessassem pela sorte e prosperidade recíproca.⁸⁴

Nesse sentido, o *Jornal* veiculou, em 3 de agosto de 1888, um artigo na seção “Publicações a pedido”, intitulado “Interesses entre o Brasil, os Estados Unidos e as repúblicas do Prata”, no qual o autor anônimo afirmou que as repúblicas vizinhas estavam para o Brasil, no sentido comercial, no mesmo nível que os Estados Unidos e, portanto, mereceriam especial atenção. Por esse motivo, aconselhou as autoridades responsáveis a estreitarem esses laços comerciais por meio da extinção dos direitos de importação da farinha, um dos principais produtos argentinos, medida que seria benéfica a ambos os países, pois aumentariam as trocas comerciais e resultaria no barateamento do pão para os consumidores brasileiros.

A partir de meados da década de 1880, o diário noticiou diversas manifestações de cordialidade entre as duas nações. As declarações argentinas diante do anúncio da enfermidade de d. Pedro II em 1885 foram consideradas uma evidência do “progresso moral e intelectual da República”. De acordo com o correspondente, além de um telegrama dirigido ao governo brasileiro, vários “homens, tanto velhos, quanto jovens demonstraram verdadeiro sentimento afetuosos para com a pessoa do monarca”.⁸⁵ Em 1888, por ocasião do aniversário da revolução de maio – movimento que deu início ao processo de independência na região do rio da Prata –, o periódico declarou que, como “intérprete dos senti-

84. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 7/8/1885.

85. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 7/8/1885.

mentos do país”, não deixaria passar a “gloriosa data de 25 de maio sem erguer cordial saudação à nação argentina, aos seus filhos ilustres que a tornaram independente e aos que têm sabido mantê-la grande e forte na senda da liberdade e do progresso”.⁸⁶

A abolição da escravidão ecoou favoravelmente no país vizinho. As declarações e manifestações populares e das autoridades em decorrência desse evento culminaram na visita de uma comissão da imprensa fluminense à cidade de Buenos Aires, inclusive com a presença de um representante do *Jornal do Commercio*. Reproduzindo um artigo do diário argentino *La Nación*, o correspondente explicou que

A manifestação feita pelos jornais brasileiros tem por fim retribuir o voto de felicitação e de amizade que o povo e as autoridades deste país consagraram ao povo brasileiro por causa da abolição da escravidão no império... Porém hoje que se aproxima o aniversário da nossa emancipação política, a imprensa brasileira quis dar à expressão de seus sentimentos uma forma ainda mais sensível e excepcional formando no seu seio uma comissão que faça ato de presença e de fraternidade no aniversário pátrio.⁸⁷

De acordo com o correspondente, o povo argentino, “pela grandiosa manifestação com que recebeu a notícia da total libertação dos escravos e pela recepção inolvidável feita aos jornalistas fluminenses” demonstrava um sentimento de amizade e fraternidade para com o Brasil, apesar dos germes de discórdia e de ódio que alguns procuravam semear.⁸⁸

Em 1889, após a assinatura do tratado que acordava a submissão do território das Missões ao arbitramento norte-americano,

86. *Jornal do Commercio* – 25 de maio. *Jornal do Commercio*, 25/5/1888.

87. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 4/7/1888.

88. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Buenos Aires. *Jornal do Commercio*, 15/1/1889.

o *Jornal* elogiou a iniciativa do IHGB, que, apreciando devidamente a importância deste para a solução pacífica da questão, resolveu conferir os títulos de presidente e sócio honorários do Instituto ao presidente argentino Juarez Celman e ao seu ministro de Negócios Estrangeiros, Henrique Moreno, respectivamente.

Ao final desta análise constatamos que, no último quartel do século XIX, as representações da Argentina passaram por um processo de reformulação no Brasil, agregando um discurso positivo. Durante a década de 1870, o *Jornal* combateu veementemente o que chamou de “vozes isoladas”,⁸⁹ compostas pelos partidários do republicanismo e “admiradores da Confederação”,⁹⁰ utilizando-se em grande medida das imagens preconcebidas gravadas na memória coletiva nacional. Na década de 1880, porém, o diário fluminense engrossou esse coro, contribuindo para a divulgação de características não evidenciadas pelo discurso dominante. Ainda que com ressalvas em relação ao regime político vigente naquele país, o crescimento econômico e populacional, o abrandamento das disputas internas e as negociações das pendências externas pela Argentina foram exaltados por esse periódico.

As considerações do *Jornal* sobre a república vizinha na década de 1880 seguiram duas orientações. A primeira caracterizou-se pelas críticas referentes ao funcionamento do republicanismo, demonstrando a importância que as repúblicas do continente assumiram no debate nacional durante a crise do regime monárquico brasileiro. Por outro lado, o entendimento de que o fortalecimento das relações comerciais se constituía no objetivo primordial de uma nação que aspirava ao progresso encaminharam o discurso do periódico a um tom conciliador e de ajuda mútua.

89. Retrospecto político do ano de 1875 – Brasil. *Jornal do Commercio*, 11/1/1876.

90. Exterior – Correspondência do *Jornal do Commercio* – Montevidéu. *Jornal do Commercio*, 22/7/1877.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O afastamento e a construção de imagens negativas em relação às repúblicas latino-americanas durante o regime monárquico, tanto no âmbito da política de Estado quanto nos escritos brasileiros são um consenso entre os historiadores. Este trabalho demonstrou, porém, que existiram vozes que destoaram do discurso dominante.

Entre os anos de 1875 e 1889, uma elite política, econômica e cultural associada à campanha republicana, com o objetivo de impulsionar a adesão a essa forma de governo, divulgou por meio do jornal *A Província de São Paulo* uma visão alternativa sobre a Argentina, enfatizando suas características positivas, propondo novas interpretações para os embates políticos e a fragmentação do seu território, apresentando-a como um exemplo a ser seguido pelo Brasil. A crise da monarquia e os altos índices de crescimento do país platino foram traduzidos pelos representantes do periódico paulista como uma prova da superioridade do regime republicano, perspectiva que divergia de forma contundente da construção identitária brasileira.

Os republicanos não foram os únicos a receber os influxos dessa conjuntura. Por meio da análise do *Jornal do Commercio*, foi possível constatar que, a partir da década de 1880, a pujança da economia, os elevados números da imigração e o abrandamento das

disputas internas argentinas suscitaram um discurso positivo por parte desse diário monarquista em relação ao país vizinho. Desse modo, podemos afirmar que as representações da república platina passaram por um processo de reformulação por parte de dois dos mais importantes órgãos de formação da opinião pública no Brasil, um comprometido com o liberalismo republicano e outro com o conservadorismo monárquico.

Quanto aos Estados Unidos, o crescente fluxo comercial entre as duas nações amenizava as discordâncias políticas. No último quartel do século XIX, as relações entre os dois países se estreitaram. É emblemática, porém, a mudança de posicionamento do governo brasileiro quando da instauração do regime republicano no país, ocorrida durante a I Reunião Pan-Americana. Diferentemente da cautela recomendada pela monarquia, se configurou a aproximação da jovem república brasileira à política pan-americana liderada pelos Estados Unidos (Bueno, 2004).

A análise do periódico republicano *A Província de São Paulo* demonstrou que essa aproximação vinha sendo gestada desde 1875, em contraposição ao exame realizado pelo diário fluminense, que salientava a unilateralidade da proposta estadunidense. Podemos observar também uma crescente admiração e interesse da elite brasileira por aquele país e a oposição entre o americanismo, defendido pelo periódico paulista, e o europeísmo, que marcou o império e, por esse motivo, se refletiu no *Jornal do Commercio*.

A participação desses dois importantes órgãos de imprensa na discussão política nacional do último quartel do século XIX contribuiu para a formação de um espaço da opinião pública no Brasil. Os diários, enquanto agentes de intervenção, disputavam leitores e partidários de cada uma das interpretações abrangendo temas-chave, tais como o regime político mais adequado ao país, economia, abolição, imigração, instrução pública e as relações com os demais países americanos. Ainda que não seja possível fazer aqui um balanço exato do alcance das formulações de cada periódico, o crescimento ano a ano das publicações nos possibilita afirmar que os ideais divulgados tiveram número crescente de adeptos. Quanto

às representações das repúblicas americanas notou-se um embate entre as declarações positivas, decorrentes da conjuntura político-econômica das décadas de 1870 e 1880 e os traços da identidade nacional, que exaltavam a singularidade e superioridade das instituições monárquicas brasileiras.

Destacamos também a evocação maciça dos Estados Unidos e da Argentina no debate político da imprensa brasileira em torno da crise da monarquia. Ambos os países foram constantemente envolvidos em editoriais sobre questões nacionais e utilizados como exemplos a fim de corroborar os posicionamentos dos jornais. *A Província de São Paulo* encaminhou seu discurso a fim de apresentar esses países como símbolos dos benefícios da adoção do regime republicano, ao passo que o *Jornal do Commercio* enfrentou o desafio de noticiar os acontecimentos norte-americanos e argentinos e, conseqüentemente, o acelerado desenvolvimento econômico destes, e, ao mesmo tempo, combater a propaganda republicana, que os colocavam como modelos a serem seguidos pelo Brasil.

As interpretações dos periódicos *A Província de São Paulo* e *Jornal do Commercio* sobre os Estados Unidos e a Argentina no último quartel do século XIX evidenciaram novos elementos quanto às relações entre o Brasil e os demais países americanos. Ainda que a historiografia apresente a Proclamação da República como um divisor de águas no tocante às relações interamericanas no Brasil, este estudo demonstrou que algumas mudanças, ao menos no campo das ideias, já se delineavam anos antes, com destaque ao discurso positivo para com a Argentina, as discussões em torno da política pan-americanista liderada pelos Estados Unidos e as recorrentes menções a ambos os países no debate acerca da crise do regime monárquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*. v.III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.83-118.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão da nação*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de, GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Imagens em confronto: as representações do Império brasileiro sobre as repúblicas platinas na segunda metade do século XIX. In: *A visão do outro: Seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. p.331-50.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 1999. Tese (doutorado) – Departamento de História – FFLCH – USP.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p.185-211.
- BEIRED, José Luis Bendicho, BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (Org.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- _____, CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia (Org.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. (UNESP Publicações)
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 6.ed. São Paulo: Nacional, 1969.
- BORGES, Valdeci Rezende. Meio de comunicação da cultura escrita na Corte imperial. *Opsis – Revista do Niesc*, v.5, 2005.
- BRANDALISE, Carla. A ideia e concepção de “latinidade” nas Américas: a disputa entre as nações. In: ORO, Ari Pedro (Org.). *A latinidade da América Latina: enfoques sócio-antropológicos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- _____. A proclamação da República no Brasil e seus efeitos nas relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade. In: *A visão do outro: Seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. p.243-54.
- _____. Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-1889). *Política Externa (São Paulo)*, v.13, n.1, p.65-80, 2004.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Barcos, telégrafo elétrico e cabo submarino*. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em 10/10/2011.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista. 1920-1945*. São Paulo, 1986. Tese (doutorado) – Departamento de História – FFLCH – USP.

- CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. São Paulo: Editora Senac, 2000. p.285-316.
- _____, PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____, NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CERVO, Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1885)*. Brasília: Editora UnB, 1981.
- _____. Estados Unidos, Brasil e Argentina nos dois últimos séculos. In: CERVO, Amado, DÖPCKE, Wolfgang (Org.). *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história*. Brasília: Linha Gráfica, 1994. p.358-67.
- _____, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica. In: *A visão do outro: Seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. p.29-43.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DONGHI, Tulio Halperín (Org.). *Proyecto y construcción de una nación: Argentina 1846-1880*. v.68. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1980.
- _____. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.
- DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). *Textos de História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB (Brasília: UnB)*, v.16, n.2, p.217-47, 2008.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

- ESCUDE, Carlos, CISNEROS, Andrés (Org.). *História general de las relaciones exteriores argentinas*. 2000. Disponível em <<http://www.argentina-rree.com/historia.htm>>. Acesso em 5/11/2011.
- FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERREIRA DE ARAÚJO, Antonio. Presse. In: SANTA-ANNA NERY, M. F. J. (Org.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.
- FERREIRA, Gabriela N. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FOHLEN, Claude. *A América anglo-saxônica de 1815 à atualidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- GIL, Federico. *Latino América y Estados Unidos: domínio, cooperación y conflicto*. Madri: Tecnos, 1975.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, n.1, p.5-27, 1988.
- _____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v.3, p.184-200, dez. 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. v.4. Declínio e queda do império. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- _____. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. v.5. Reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. v.7. Do império à república. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.
- LAFER, Celso, PEÑA, Felix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

- LAFER, Celso, PEÑA, Felix. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LAGARRIGUE, Jorge. *Positivismo y catolicismo*. Disponível em <www.ensayistas.org/antologia/XIXA/lagarrigue/>. Acesso em 7/10/2011.
- LEAL, Carlos Eduardo, SANDRONI, Cícero. Jornal do Commercio [verbetes] In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. v.3. Ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.
- LEITE, Beatriz Westin C. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, F. *Clássicos da política – 1*. São Paulo: Ática, 1989.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.121-47.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997.
- MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempo de Império. In: LUCA, Tânia Regina de, MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____, DE LUCA, Tânia Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Ibri, 2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do império à república. *Revista Estudos Históricos (São Paulo: CPDOC/FGV)*, v.2, n.4, 1989.
- _____. *O Tempo Squarema: a formação do Estado imperial*. 4.ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MELLO, Evaldo C. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

- MORENO, Isidoro J. Ruiz. Argentina y el fin de la monarquía en Brasil. In: *A visão do outro: Seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. p.255-72.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- PARADISO, José. *Debates y trayectoria de la política exterior Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos EUA: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. *Introdução às relações internacionais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- PORTO, Sergio Dayrell (Org.). *O jornal da forma ao sentido*. 2.ed. Brasília: Editora UnB, 2002.
- PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. Ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994.
- _____. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2000. p.319-48.
- _____. O Brasil e a “distante América do Sul”. *Revista de História (São Paulo: USP)*, n.145, p.127-50, 2001.
- _____. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História (São Paulo: USP)*, n.153, 2005.
- _____. Textos brasileiros sobre a Argentina: entre a crítica e a admiração (1840-1920). *Temas&Matizes (Unioeste)*, v.9, n.18, p.31-40, 2010.
- QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano. *Hispania*, LVII/2, n.196, 1997.
- RÉMOND, René. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- ROCK, David. *Argentina 1516-1987: desde la colonización española hasta Alfonsín*. Trad. Néstor Míguez. 4.ed. Buenos Aires: Alianza, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História (São Paulo: ANPUH, Contexto)*, v.15, n.30, 1991.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação. Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SAMBUCETTI, Susana Irene Rato de. La visión de los diplomatas argentinos sobre la monarquía y república en Brasil. In: *A visão do outro: Seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. p.273-330.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- SANTOS, Luis Cláudio Villafañe dos. *O Brasil entre América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais. Dois séculos de história: entre a predominância europeia e a emergência américo-soviética (1815-1947)*. Brasília: Ibrl, 2001.
- SATA, Hugo Raúl. *Una política exterior argentina: comercio exterior e ideas en sus orígenes y consolidación (1862-1914)*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1987.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos – poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO E ESTRANGEIROS. *O Conselho de Estado e a política externa do*

- império*: consultas da seção dos negócios estrangeiros. 1875-1889. Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: Funag, 2009.
- SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina*: história de uma ideia. Trad. Sérgio Bath e Mário Higa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. Conformando uma Argentina leitora: educação pública, bibliotecas e mercado editorial entre fins do século XIX e meados do século XX. *História (São Paulo)*, n.22(2), p.133-50, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WRIGHT, Antônia F. de Almeida. Brasil-Estados Unidos 1831/1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*: declínio e queda do império. Tomo II. v.4. São Paulo: Difel, 1985.
- ZICKMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História (São Paulo: PUC)*, n.4, 1981.

Fontes

- A Província de São Paulo*. Disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – Cedap – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, campus de Assis.
- Jornal do Commercio*. Disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – Cedap – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, campus de Assis.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 43,4 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
2013

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Tulio Kawata

ISBN 978-85-7983-439-4



9 788579 834394

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora